

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

OS HABITANTES DO GUAJU:

Um olhar etnográfico sobre o Bairro Guajuviras.

Leandro Barbosa dos Santos

Pelotas, 2016

Leandro Barbosa dos Santos

OS HABITANTES DO GUAJU:

Um olhar etnográfico sobre o Bairro Guajuviras.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Claudia Turra Magni

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S237h Santos, Leandro Barbosa dos

Os habitantes do Guaju : um olhar etnográfico sobre o bairro Guajuviras / Leandro Barbosa dos Santos ; Cláudia Turra Magni, orientadora. — Pelotas, 2016.

194 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Memória. 2. Narrativa biográfica. 3. Trajetória social. 4. Antropologia urbana e visual. 5. Guajuviras. I. Magni, Cláudia Turra, orient. II. Título.

CDD : 307.76

Leandro Barbosa dos Santos

OS HABITANTES DO GUAJU:

Um olhar etnográfico sobre o Bairro Guajuviras.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: Pelotas, 31 de maio de 2016.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Claudia Turra Magni (Orientadora)
Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales

Prof^a. Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha
Doutora em Antropologia pela Université Paris Descartes

Prof^a. Dra. Flavia Maria Silva Rieth
Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

*Dedico este trabalho á minha esposa Amanda
a pessoa que mais acreditou em mim
nestes anos de incertezas.*

Gratidão deveria ser mais do que gestos e palavras bem intencionadas. Necessitaria ser o reconhecer a alegria da convivência, o prazer da caminhada com o amigo, o deleite de ser amparado e aceito, e o encanto de compartilhar a beleza da vida em serenidade. Gratidão não careceria ser medida em versos, ou precisar de presentes ou demonstrações de afeto exageradas. A gratidão necessitaria apenas conter a simplicidade do gesto, o singelo olhar verdadeiro, e a multidão de palavras que são descritas no silêncio. Gratidão é o ato de recorrer à memória em busca de imagens vivas, aquelas lembranças que só encontramos nos verdadeiros amigos, em especial a esperança de continuar caminhando junto. A gratidão é a maior recompensa de quem sabe que a vida se constituiu no ato de compartilhar, de abrir e descobrir caminhos, de doar-se sem pretensão, de acreditar no outro. Gratidão é acima de tudo uma expressão da verdadeira humanidade.

*Momentos que roubamos de amigos
Encontramos o feliz prazer e sentido,
O sabor audaz que rouba o medo
Que zomba da tristeza ou perigo
Deleite este possuir um verdadeiro amigo
O Feliz saber que de almas somos ligados
Levando mesmo a distância uma parte consigo
O que de mais fiel do que contar segredos com sorrisos?
Sim, ter a fascinação deste fiel amigo.*

Dedico minha gratidão a todos que no íntimo compartilharam comigo um pouco de si, estou seguro de que vocês sabem que são parte de tudo que sou e estarão sempre comigo onde eu estiver.

Se o sinhõ não tá lembrado
Dá licença de contar
Aqui onde agora está
Este ardifício arto
Era uma casa velha
Um palacete assobradado
Foi aí, seu moço, que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímo nossa maloca
Mas, um dia, nós nem pode se alembrá
Veio os home com as ferramenta
O dono mandou derrubá
Peguemo todas nossas coisa
E fumo pro meio da rua
Apreciá a demolição
Que tristeza que nós sentia
Cada taubua que caia
Doia o coração
Mato Grosso quis gritá
Mas em cima eu falei
Os home tá com a razão
Nóis arranja outro lugar
Só se conformemo
Quando o Joca falou
"Deus dá o frio conforme o cobertô"
E hoje nós pega as palha
Na grama do jardim
E pra isquece nós cantemo assim
Saudosa maloca, maloca querida
Dim dim dom de nós passemos dias feliz de nossa vida
Saudosa maloca, maloca querida
Dim dim dom de nós passemos dias feliz de nossa vida

Saudosa Maloca – Adoniran Barbosa

Resumo

SANTOS, Leandro Barbosa. **Os habitantes do Guaju**: Um olhar etnográfico sobre o Bairro Guajuviras. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Esta pesquisa versa sobre as memórias coletivas e práticas cotidianas de habitantes do Bairro Guajuviras, Canoas, Rio Grande do Sul, considerando-se os arranjos temporais que ritmam o viver cotidiano dos moradores de cidades brasileiras, configurados em suas expressões, imagens e narrativas. A partir de uma abordagem antropológica visual, utilizou-se, como método, a etnografia em contextos urbanos, atentando-se à linha de estudos relativos às sociedades complexas, e, como objetivo a análise do fenômeno da memória e da duração, entendido como cerne das afinidades sociais dos habitantes do espaço urbano contemporâneo. Com base nos estudos concernentes à narrativa biográfica e à trajetória social, buscou-se compreender o fenômeno da duração e da memória do lugar, tendo como princípio as interpretações das formas de negociação dos habitantes locais. Diante do caráter inacabado do viver urbano, o destaque se encontra nas estruturas espaço temporais que evidenciam o fenômeno da alteridade e da experiência humana com a cidade. Investigou-se como esses habitantes se identificam reciprocamente, incluindo a perspectiva solidária local, revelando nas narrativas o traçado que transcende o tempo, conduzindo muitos dos modos de estabelecer vínculos no espaço.

Palavras-chave: Memória, Narrativa Biográfica, Trajetória Social, Antropologia Urbana e Visual, Guajuviras, Canoas.

Abstract

SANTOS, Leandro Barbosa. **The Inhabitants of Guaju:** An ethnographic glance at the neighborhood Guajuviras. 2016. 194f. Dissertation (Master Degree in Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

This research turns on the collective memories and everyday practices of inhabitants of neighborhood Guajuviras, Canoas, Rio Grande do Sul, considering the temporary arrangements that rhythm the daily lives of the dwellers of Brazilian cities, set in their expressions, images and narratives. From a visual anthropological approach it was used as method ethnography in urban contexts, paying attention to the line studies on complex societies, and as objective to analyze the phenomenon of memory and duration, understood as the core of social affinities of the inhabitants of contemporary urban space. Based on studies concerning to the biographical narrative and social trajectory, it aims to understand the phenomenon of life and memory of the place, with the principle interpretations of forms of negotiation of the locals. Faced the unfinished character of urban living, the highlight is the temporal space structures that evidence the phenomenon of alterity and human experience with the city. It was examined how these people identify with each other, including local solidarity perspective, revealing the narratives tracing that transcends time, leading many ways to establish links in space.

Key-words: Memory, Biographical Narrative, Social Trajectory, Urban and Visual Anthropology, Guajuviras, Canoas.

Lista de Figuras

Figura 1	Localização do Bairro.....	11
Figura 2	Delimitação do Território.....	12
Figura 3	Mapa das Invasões Posteriores.....	13
Figura 4	Vista Aérea 70 metros.....	14
Figura 5	Entrada do Guajuviras.....	20
Figura 6	Com alunos da Turma 82b.....	23
Figura 7	Diferentes vistas dos prédios.....	42
Figura 8	Guajuviras recém-ocupado.....	43
Figura 9	Guajuviras atualmente.....	44
Figura 10	Algumas fotografias que compõe a constelação dos símbolos de coexistência e religiosidade.....	48
Figura 11	Algumas fotografias que compõe a constelação <i>Os Caminhos da Memória</i>	50
Figura 12	Esquema do Blog.....	57
Figura 13	Blog.....	59
Figura 14	Facebook.....	59
Figura 15	Twitter.....	60
Figura 16	YouTube.....	60
Figura 17	Imagem retirada de mídia social.....	62
Figura 18	Trajetos.....	66
Figura 19	Jéferson Cristian.....	84
Figura 20	Roberto dos Santos e grupo de samba no Colégio Guajuviras.....	87
Figura 21	Pe. Armindo Cattelan.....	92
Figura 22	Moradores e policiais beirando o confronto.....	99
Figura 23	As construções inconclusas já ocupadas.....	99
Figura 24	Gerson Rocha.....	100
Figura 25	Salvo conduto oferecido pela COHAB.....	101
Figura 26	Jorge Grinã e João de Iemanjá.....	104
Figura 27	Festividade realizada no dia das Crianças 2015.....	106
Figura 28	Edimar Dias.....	113
Figura 29	Jérson Cristian.....	118

Figura 30	Modificações nos prédios.....	123
Figura 31	Evolução das áreas verdes e institucionais.....	124
Figura 32	Mapa de Localização.....	127
Figura 33	Sistema Viário.....	128
Figura 34	Avenida 17 de Abril – intensidade de usos.....	130
Figura 35	Avenida 17 de Abril.....	132
Figura 36	Edição 19 de abril de 1997.....	138
Figura 37	Edição 23 de junho de 1997.....	140
Figura 38	Guajuviras sujando a cidade.....	141
Figura 39	Dados IHA.....	146
Figura 40	Gráfico observatório de Segurança Pública Canoas.....	148
Figura 41	Foto da ocupação com diversas personalidades da política brasileira..	149
Figura 42	Relato de Edimar sobre habitar o Guajuviras.....	151
Figura 43	Guajuvirenses Vida Loka.....	156
Figura 44	Imagens produzidas sobre os moradores do bairro.....	157
Figura 45	Irmão Antonio Cechin em sua residência.....	164
Figura 46	Gruta em homenagem a N. Sra. Aparecida no Guajuviras.....	170
Figura 47	Aulas de educação patrimonial na Escola Municipal Guajuviras.....	171

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNG	Agência da Boa Notícia Guajuviras
CAIC	Centro de Atenção Integral à Criança
COHAB/RS	Companhia de Habitação do Rio Grande do Sul
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
NECHA	Núcleo de Extensão, História e Cultura Afro-brasileira
PDUA	Plano Diretor Urbano Ambiental
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal
UNISEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

1 Introdução	11
2 Trajetória de pesquisa.....	20
2.1 De Historiador a aprendiz de Antropólogo através do estudo das narrativas.....	20
2.2 Elementos teórico-metodológicos na incursão de pesquisa em campo	26
2.3 O uso da imagem como fundamento para constituição da pesquisa.....	33
2.4 Uma viagem entre coleções e constelações.....	45
2.5 Copresença em comunidades virtuais e weblogs	51
2.6 A proposta de documentário	63
2.7 O DVD interativo	65
2.8 Por uma antropologia da imagem	66
3 Guajuviras: De espaço de conquista a território da paz (um olhar de dentro e de perto)	71
3.1 A trajetória do bairro enquanto espaço ocupado: rotinas e conflitos.....	81
3.2 Tensões entre formas de habitar: diferentes usos e significados de espaços que são considerados públicos.	111
3.3 Caminhar na rua	120
3.4 Avenida 17 de abril, o ponto de observação	126
4 Guajuviras sitiado: um espaço à mercê do estigma? (Um olhar de longe e de fora)	136
4.1 Guajuviras sob constante observação: um bairro na mídia	137
4.2. Guajuviras: um território da paz?	143
4.3 Do bairro para o município: o trajeto do bairro.....	150
4.4 Do município para o bairro: fluxos e percursos	154
5 No Guajuviras quem lembra é quem conta.....	159
5.1. A memória do espaço, o ontem e o hoje	163
5.2 A memória e seus espaços de compartilhamento.....	168
6 Considerações Finais.....	173
Referências	176
Anexos.....	186

1 Introdução

O Conjunto Habitacional Guajuviras, situado na cidade rio-grandense de Canoas, foi ocupado no dia 17 de abril de 1987, sendo considerada a maior invasão urbana do sul do Brasil. Para os atuais habitantes do Guajuviras, este dia se constitui em uma data de extrema importância, correspondendo ao princípio das ocupações que foram articuladas a partir de um longo processo de tomada de posse do Conjunto Habitacional Ildo Meneguetti, como era anteriormente conhecido. O bairro Guajuviras surge na época, sendo considerado o maior aglomerado de habitações populares do Rio Grande do Sul, em um período marcado pela luta por moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre e também no Estado. Localizado na parte nordeste da cidade, considerado um dos mais populosos, conforme censo do IBGE de 2010, lá atualmente residem mais 40 mil pessoas em 5.924 moradias, casas e blocos de quatro andares, devido às invasões das áreas verdes.

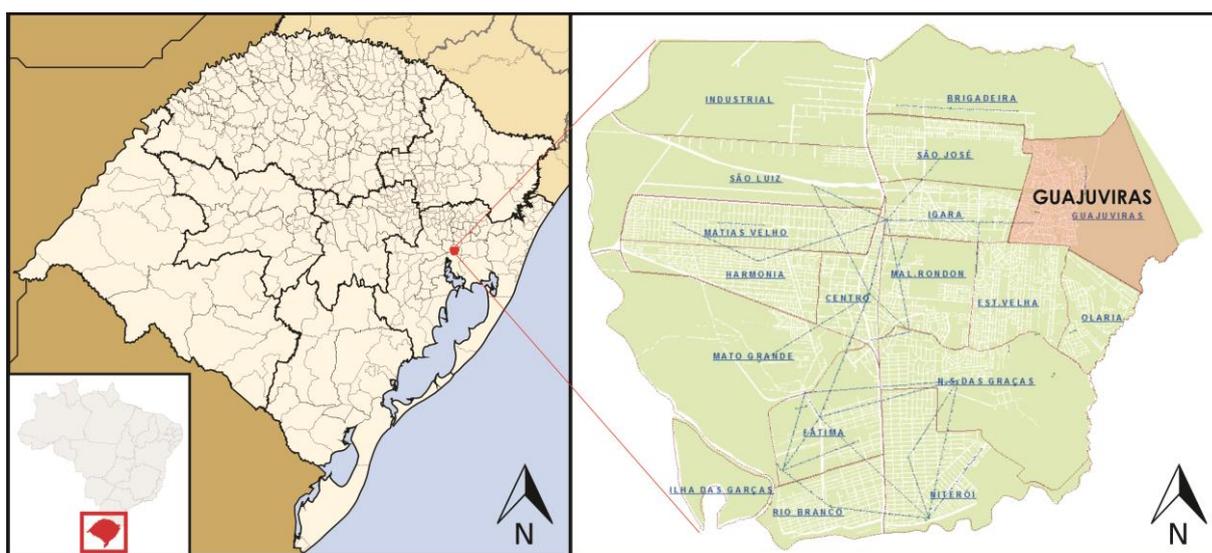


Figura 1 – Localização do Bairro – Fonte: PDUA Canoas, 2008

Segundo as associações de moradores, esse número já ultrapassa os 60 mil habitantes. Ponderando sobre as motivações dos ocupantes, Penna *et Al.* (1998) faz referência à narrativa de Luiz Carlos Zacher, um dos ocupantes no período:

O preço muito alto dos aluguéis, a política de salários do governo Sarney, o fracasso do Plano Cruzado e a imigração massiva da população do campo para a cidade, foram elementos que contribuíram para que a situação chegasse a esse ponto (PENNA, *et al.*, 1998, p.32).

Em decorrência da crise que o país enfrentava no período, fazia-se necessária uma intervenção que enfatizasse a importância de políticas públicas habitacionais na Região Metropolitana de Porto Alegre.



Figura 2 – Delimitação do Território – Fonte: Google Earth

Após seis meses de enfrentamentos e resistência, foram abertas as negociações com a Companhia de Habitação do Estado COHAB/RS, e através de uma assembleia geral, os ocupantes aprovaram a proposta sugerida pelo governo, e os 5.924 imóveis invadidos começaram a ser regularizados, dando início ao surgimento do bairro, hoje conhecido como Guajuviras. Considerado um exemplo de êxito na militância e luta por moradia, tornou-se um referencial ainda pouco explorado em sua importância, principalmente para os movimentos sociais e debates sobre as articulações pela conquista de território e apropriação do espaço urbano.

Em 2009, o Guajuviras tornou-se o primeiro alvo para aplicação de diferentes programas sociais promovidos pelo PRONASCI¹. Dentre estes, destacam-se o Mulheres da Paz, Pacificar, Justiça Comunitária, Casa das Juventudes e Agência de Boas Notícias. Além disso, houve um reforço do policiamento na região, integrando uma ação em parceria entre a Brigada Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, através do Observatório da Segurança Pública. Hoje o Guajuviras novamente assume destaque nacional, sendo considerado o primeiro território pacificado do Brasil.

¹ Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o PRONASCI marca uma iniciativa no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.



Figura 3 – Mapa das Invasões Posteriores – Fonte: Prefeitura de Canoas

Esta pesquisa etnográfica versa sobre as memórias coletivas e práticas cotidianas de habitantes do Bairro Guajuviras, considerando os arranjos temporais que ritmam a vida dos moradores das cidades, configurados em suas expressões, imagens e narrativas. Situa-se, portanto, dentre os estudos etnográficos em contextos urbanos, na linha de pesquisas relativas às sociedades complexas.

Tomo, por fundamento, as contribuições de Eckert e Rocha (2013) sobre o fenômeno da memória e da duração entendida como cerne das afinidades sociais dos habitantes do espaço urbano contemporâneo. Com base nos estudos concernentes à narrativa biográfica e trajetória social, pretendi refletir sobre a construção de sentidos de espaços do bairro em meio à metrópole brasileira, sobre sua relação com as formas de interpretação e negociação dos habitantes locais, que evidenciam o caráter inacabado do viver urbano, e sobre as estruturas espaço temporais, que destacam o fenômeno da alteridade e da experiência humana com a cidade.

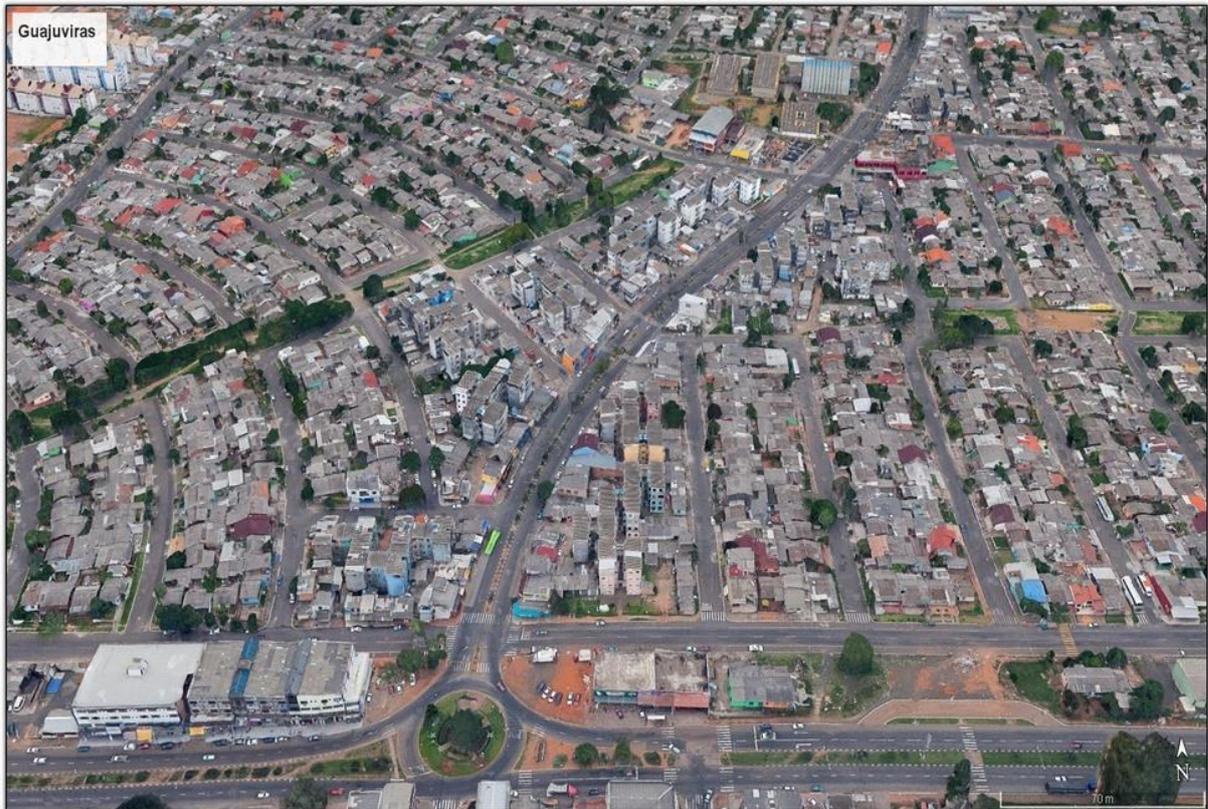


Figura 4 – Vista Aérea 70 metros – Fonte: Google Earth

Diante das transformações produzidas no Guajuviras, foram observados os diferentes ritmos temporais, através da análise das pluralidades, dos estilos de vida, das cosmovisões, dos códigos ético-morais e universos simbólicos de seus moradores, com intuito de destacar esta diversidade de formas sociais descontínuas evidenciadas no decorrer do processo de ocupação e estabelecimento do bairro. Trata-se do estudo do fenômeno da duração e da memória coletiva, tomando-se como ponto de partida os processos interativos vivenciados na relação do pesquisador com os moradores, os quais também articulam suas reminiscências com o cotidiano do bairro, conectando as distintas maneiras que, em distintos períodos, relatam as suas experiências do habitar na cidade.

Emprego a pesquisa qualitativa baseada no método etnográfico, tendo por base a técnica da observação participante (MALINOWSKI, 1984), associada a entrevistas semi-dirigidas com moradores do bairro, O recurso videográfico, fotográfico e ao diário de campo – com dados parcialmente publicados em blog, e redes sociais que construí especialmente para este fim - foi o meio de consolidar os dados, partilhá-los com meus interlocutores e demais interessados no tema, incorporando suas reações a estas informações e interpretá-los à luz de teorias antropológicas.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998) destaca que as entrevistas combinadas com observação participante complementam-se dialogicamente, possibilitando o exato encontro etnográfico. Já em acordo com a Antropologia Interpretativa de Geertz, assinalamos que a cultura ou realidade social do grupo a ser estudado deve ser explanada como um documento “um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GERTZ, 1978, p.321).

Neste sentido procurei desenvolver uma leitura das experiências vivenciadas em campo por meio de uma descrição densa de uma “hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos dos quais gestos são produzidos, percebidos e interpretados” (GEERTZ, 1978, p.17). Com base nas críticas propostas por este autor (GEERTZ, 1998) sobre a autoridade etnográfica, indiquei um modelo dialógico e polifônico de textualização e contextualização do encontro etnográfico, em que busquei interpretar estas narrativas e perspectivas, que em si, constituem interpretações de meus interlocutores sobre suas vivências. Nos escritos etnográficos, o que se evocou enquanto “nossos dados” seriam a própria constituição das construções de outros.

Conforme DaMATTA (1978), através do registro no diário de campo levei em conta, não apenas os dados objetivos, mas também a dimensão intersubjetiva da experiência etnográfica, objetivando-a, através do registro das surpresas, emoções e dilemas ao qual esta sujeito o antropólogo em trabalho de campo, no contato direto e humano com seus interlocutores. Esta articulação entre teoria e dados empíricos sugeriu-nos o próprio processo de escrita e construção de narrativas imagéticas, que buscou interpretar a gama de informações obtidas para melhor tecer a sua trama de significados. Conforme James Clifford,:

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o “interior” e o “exterior” dos acontecimentos de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. (CLIFFORD, 2002, p. 33)

Com intuito de alcançar uma maior abrangência nos debates sobre a constituição do biográfico no contexto do método etnográfico, vamos recorrer ao conceito de etnobiografia proposto por Gonçalves *et. al.* (2012). Neste sentido, rejeitamos a produção de uma visão “autêntica” ou essencialista que vise alcançar “o ponto de vista do nativo”, mas, diversamente, buscamos dar conta das complexas

relações de alteridade implícitas no encontro etnográfico e nesta representação sobre o outro, realizada com ele a partir de construções dialógicas.

A noção de etnobiografia problematiza o etnográfico e o biográfico, junto com as experiências do sujeito e as suas percepções culturais, estruturando uma narrativa que abranja estes dois aspectos simultaneamente e a tensa relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade.

Quanto ao material imagético produzido no trabalho etnográfico, partiremos da proposta de Gilbert Durand (2001) através da constituição da Teoria do Imaginário, na qual destaca que os seres humanos são habitados por imagens, se refletem por meio delas e emolduram o tempo e o mundo, partindo de determinadas constelações de imagens acionadas em suas tradições culturais. Destacamos que, como elemento primordial na composição desta dissertação, foi constituído um acervo audiovisual, através do qual tornou-se possível uma aproximação maior do material e corporal. O *corpus* fotográfico e videográfico produzido encontrou um campo fértil para o registro, a reflexão, o diálogo e as trocas em todo o processo de pesquisa, fomentando a experiência de campo e permitindo ao etnógrafo figurar em imagens as problemáticas de pesquisa, que assumiam uma visibilidade própria.

Conforme destacado por Eckert e Rocha (2011) diante dos jogos da memória, a manifestação da forma de uma imagem não encerra todos os sentidos. Nesta perspectiva o registro imagético do encontro etnográfico foi preconizado de forma a estimular a esta experiência de maneira multilateral. As imagens produzidas em campo, *a posteriori*, são incorporadas à narrativa, atribuindo matéria ao tempo narrado, acrescentando densidade e vibração em um ritmo singular às distintas faces do tempo. Neste sentido foi proposto que o método de tratamento da imagem em uma etnografia da duração possibilitasse um desvendamento destas estruturas subjacentes implícitas nas narrativas.

Extrapolando sua produção e uso documental como meio de registro do trabalho de campo, foi proposta a problematização do uso da imagem no decorrer da análise antropológica. É a partir de uma perspectiva proposta por Samain (2012) que assumimos a ideia de que as imagens são pensantes, pois nos instigam a uma reflexão, indiferentemente da mesma estar ligada ao real, ou acionada através do imaginário. Também se destaca o fato de que as imagens são portadoras de pensamentos comportando a reflexão de quem a produziu, e congregando os pensamentos daqueles que as observaram. Neste sentido as imagens tornam-se

lugares de memória coletiva que assumem o caráter de objetos que pensam, conversam e se transmitem, independentemente de nossa ação.

Ponderando sobre tal elemento, entendemos a potência da utilização da fotografia e do vídeo enquanto meios de proporcionarem à pesquisa uma base tangível e expressiva para elaborar essas comparações e fundamentar visualmente essas inter-relações ou encadeamentos. Ou seja, somando-se à sua importância para o registro de situações em campo, assim como para a construção dialógica da análise do material empírico produzido, foi ainda possível recorrer à linguagem fotográfica e fílmica enquanto elemento fundamental para a elaboração de narrativas etnográficas que integram os produtos finais desta pesquisa, seja em forma de textos e imagens impressos que estruturam a presente dissertação, seja em forma de arranjos possíveis por meio do blog etnográfico, ou diferentes mídias sociais. Ainda através de ensaios videográficos e fotográficos que acompanham a dissertação, mas também têm a sua autonomia de circulação. A reflexão sobre as características da mensagem etnográfica são articuladas diante de alguns princípios da construção das mensagens fotográficas, procurando destacar sua eficiência para lidar com algumas categorias empregadas na antropologia.

Em acordo com esta perspectiva, deu-se o processo de incursão a um específico espaço da cidade de Canoas. O bairro Guajuviras atualmente está com 28 anos de existência, e também pode ser considerado periférico por sua localização junto aos limites da cidade, mas transpõe esta condição devido ao histórico, e enquanto espaço de lutas e conquistas. A questão central levantada nesta pesquisa, não diz respeito somente à admirável história desta parte da cidade de Canoas, mas se refere em especial à experiência destes habitantes com o seu bairro. A pergunta que foi lançada como plataforma da incursão era: como poderiam ser entendidas as diferentes articulações da memória e práticas individuais e coletivas dos habitantes em relação ao processo político de ocupação deste território periférico do município de Canoas/RS?

Tornou-se evidente que estas percepções transcendiam o habitar, remetendo ao trânsito que relaciona as diferentes temporalidades vividas no espaço durante e pós a ocupação ocorrida em 1987. No decorrer do período de pesquisa, a elaboração de dados deu-se por meio de uma abordagem etnográfica que envolveu situações de observação participante nos espaços de sociabilidade. Procurei prezar por uma flexibilidade na realização das entrevistas, por vezes indo à residência dos

entrevistados, e em outros momentos realizando as mesmas em locais públicos. O percorrer estes espaços era uma iniciativa que visava ressaltar a experiência de “*flâneur*”, no intuito de aticar as memórias em relação à experiência do habitar. Embora os participantes fossem informados acerca dos temas a serem abordados, procurei fazer com que a conversação fosse realizada de maneira informal mantendo a característica de entrevistas semi-diretivas, bem como, o caráter individualizado da entrevista. Elas foram gravadas e parcialmente transcritas, e em algumas foram feitos apenas registros e atribuídos nomes fictícios a pedido dos interlocutores.

Em termos metodológicos, procurei compreender os fenômenos sociais referente ao universo de pesquisa do bairro Guajuviras, por meio da experiência etnográfica. A metodologia utilizada em campo foi constituída pela aderência às técnicas de pesquisa referentes à antropologia visual, envolvendo o trabalho de campo com câmeras e técnica de observação participante. Tal perspectiva nos conduziu à possibilidade de aprofundar a experiência de inserção em campo junto aos moradores e ex-habitantes da região. Buscou-se ampliar este diálogo com especialistas e profissionais que haviam atuado no bairro através de processos desenvolvidos por programas sociais aplicados na região. Diversos foram os meios acessados que buscaram o aprendizado das lógicas de ocupação e aproximação dos moradores, manifestos através de experiências temporalmente distintas.

Esta dissertação será dividida em seis capítulos que buscam descrever a trajetória e a diversidade de reflexões provenientes do processo de desenvolvimento da pesquisa em campo. Recobro entrevistas e relatos dos encontros e desencontros urbanos, desenvolvendo um texto igualmente combinado por palavras e imagens.

No presente capítulo, ofereço ao leitor a introdução do trabalho, com um panorama do universo de pesquisa, localizando-o geograficamente e apresentando, em termos gerais, a metodologia utilizada para composição deste trabalho.

Já no capítulo dois será proposta uma reflexão referente ao processo de formação acadêmica, e como se deu esta transição interdisciplinar diante de um universo de implicações que exigiam meu deslocamento, tornando-me um aprendiz de antropólogo. Nesta reterritorialização de meus paradigmas, procuro aprofundar

² **Flâneur** personagem objeto das reflexões de Walter Benjamin (1992) sobre a obra de Charles Baudelaire. O caminhar pode ser percebido como meio através do qual é possível dilatar o sentido de noção de espaço, conforme se constitui em uma prática que infringe e subverte as normas que disciplinam e regulam.

os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa, principalmente no que concerne à prática etnográfica com a através de imagens e dos recursos da WEB. Apresentarei uma perspectiva teórica dos autores e conceitos que acompanharam o transcorrer do texto, fundamentando os usos da imagem e composição dos diferentes recursos sonoros e visuais. Abordarei temas que permearam a proposta da constituição de coleções etnográficas e blog, estas que conduziram as estratégias e uso das mídias sociais, bem como, nos instigaram na produção do documentário e DVD interativos.

No capítulo três proponho a apresentação de alguns dos interlocutores de pesquisa, onde serão explorados os espaços e aspectos históricos contidos nas narrativas, elucidando ao leitor a especificidade de vida no bairro enquanto território de ocupação em relação à cidade de Canoas. Neste capítulo o leitor descobrirá a construção de personagens, protagonistas e suas narrativas, encontrando a solidariedade enquanto elemento que une os habitantes, manifestando as trajetórias familiares e coletivas.

O capítulo quatro estabelecerá uma proposta de análise distinguindo as tensões existentes entre a cidade e os habitantes do bairro. Consideraremos as dificuldades e problemas, compreendendo com isso os efeitos de um longo processo de estigmatização que hoje implica diretamente na relação dos moradores com a metrópole.

Por fim no capítulo cinco, proponho a análise das memórias produzidas pelos interlocutores, destacando elementos do passado e do presente que compõem a memória do espaço. Neste sentido receberá ênfase o posicionando do olhar em direção ao cotidiano, comércio, e trajetos estabelecidos por seus habitantes no bairro. Igualmente aponto para diferentes espaços, os qualificando enquanto fundamentais na preservação e conservação da memória. Igualmente neste mesmo capítulo me encaminho para as considerações finais.

2 Trajetória de pesquisa



Figura 5 – Entrada do Guajuviras – Fonte: do autor

2.1 De Historiador a aprendiz de Antropólogo através do estudo das narrativas

Como forma de introduzir esta etnografia e o tema proposto, vejo como necessário traçar um relato que identifique a minha trajetória acadêmica/profissional, e contextualize esta pesquisa, explicitando o modo como, de historiador, vim a me inserir na perspectiva da Antropologia Urbana e Visual, e, em especial, nos estudos de Memória e das Sociedades Complexas.

Em 2011, quando integrei o Núcleo de Extensão, História e Cultura Afro-brasileira (NECHA), através da produção de um documentário histórico intitulado, “Chácara das Rosas, Um Quilombo Urbano”, teve início o meu interesse por questões como narrativa, memória e registro da oralidade. Esta reflexão foi reforçada com a descoberta de um universo de possibilidades derivadas do uso de fotografias e vídeos, tornando possível a consolidação do projeto enquanto método e

fundamento epistemológico na produção da pesquisa. Hoje não posso deixar de pensar que, no momento em que me propus a sair com uma pequena câmera de mão, com vídeo e áudio sincronizados, estava lançando as sementes do que viria a ser uma experiência etnográfica, ainda incompleta e carente de fundamentação, mas carregada de significados que me acompanharam durante a formação acadêmica, norteando meu caminho em direção ao que me proponho na atualidade.

Assim como indicado por Eckert e Rocha (2002), em seu texto *Etnografia de rua e câmera na mão*, pude iniciar meu aprendizado sobre cidade como matéria moldada pelas trajetórias humanas, e não como mero traçado do deslocamento indiferente de um corpo no espaço. Foi a tentativa de, através do registro histórico contido nas falas de meus interlocutores, recompor muitos destes traçados, que ali foram depositados por homens e mulheres através do tempo. Ao observar as dinâmicas daquele bairro, pude percebê-lo como objeto temporal que circulava em torno de um espaço reivindicado em constante contraste. Hoje entendo o destaque de Elias e Scotson (2000), quando ressaltam as tensões entre estabelecidos e *outsiders*: pude perceber os trajetos e o poder dos lugares, em especial na forma como estes “*outsiders*” (naquele momento, os indesejados ocupavam uma nesga de terra, resquíio de suas habitações ancestrais) usaram, reutilizaram e modificaram seu território, designado, pelos estabelecidos, de “planeta dos macacos”. Foi tamanha a inquietude, que minha sensibilidade instigou-me a explorar esta relação - tempo e paisagem - contida nas narrativas de meus entrevistados.

Também neste mesmo ano comecei a ocupar o cargo de funcionário do setor de Educação Patrimonial do Museu José Joaquim Felizardo, onde, através deste envolvimento, acabei por integrar-me na pesquisa intitulada “Narrar Outras Memórias, Construir Outras Histórias: História Oral no Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo”, sob coordenação da Dr^a Maria Angélica Zubarán. Nesta pesquisa, me foi proposta a função de operador de câmera e entrevistador, além de transcritor de parte de algumas das entrevistas gravadas.

Este processo de ouvir e reouvir, recortar e selecionar partes das falas contidas nas narrativas constituiu-se em um exercício de reflexão sobre como era pensado o método de registro da oralidade. Outro ponto importante era perceber como contrastavam as diferentes narrativas populares e institucionais quanto a um espaço político de memória, que, por vias da oralidade, agora passava a assumir um *status* de patrimônio imaterial para os moradores, tornando a manifestação dessas

reminiscências coletivas, um elemento que vinha a contemplar a diversidade social, étnica, cultural, fundamentando os laços de pertencimento desses moradores com o seu bairro.

Não foram poucas as referências teóricas que me acompanharam nesta construção intelectual. Destas, ressalto a importância de Alistair Thonsom (1997) em seu texto, “Recompondo a Memória, questões sobre a relação entre história oral e memórias”, em que o autor destaca a sua experiência com seus interlocutores (ex - soldados australianos), enfatizando a importância dos silêncios e subjetividades que surgem junto com os traumas, e todo um universo particular que se estabelece entre entrevistador e entrevistado. Trata-se de uma discussão relacionada com outros debates propostos pela Antropologia, que dizem respeito à postura do antropólogo, e que são habilmente articulados por Oliveira (1998), Silva (2000), Magnani (2009), Eckert & Rocha (2008).

Hoje posso identificar que o teor antropológico destes textos foi o que caracterizou a minha empatia pelos escritos de Thonsom (2002). Também destaco a presença de outros autores que me introduziram a uma discussão mais profunda sobre oralidade enquanto método, como no caso da Verena Alberti (2005), com o Manual de História Oral, livro que me desvelou este método da História como via de produção de pesquisa. Outro importante debate entre oralidade, tempo e idade foi aquele proposto por Eclea Bosi (2003), ao explorar a dinâmica das memórias temporais de idosos. Não menos importante para a minha trajetória de pesquisa foi Alessandro Portelli (1997), que me instigou a atentar para uma sensibilidade ética enquanto entrevistador, em especial na relação com os entrevistados. Estas são discussões, próprias do campo histórico, que estão igualmente presentes no cotidiano do etnógrafo, em especial no que tange o tratamento das narrativas e o olhar antropológico.

Já na segunda metade de 2012, acabei por integrar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Luterana do Brasil. Conhecendo minha trajetória, a responsável pelo programa, Dr^a Evangelia Aravanis, propôs que eu elaborasse um projeto de Educação Patrimonial para que o mesmo fosse desenvolvido através de oficinas em parceria com a proposta de estágio docente.



Figura 6 – Com alunos da Turma 82b – Fonte: Arquivo Escola Municipal Guajuviras

Depois de um tempo de reflexão, e pensando já em um possível tema de monografia ou mestrado, usei a oportunidade como laboratório e cheguei à produção de uma proposta intitulada “Construindo Identidades a partir da Memória Canoense no Bairro Guajuviras”. Refletindo sobre distintas questões relacionadas à imaterialidade do patrimônio, em especial na forma como os indivíduos oferecem sentido aos espaços através de suas reminiscências, logo me vi cercado de discussões referentes ao tema. De minhas reflexões, fizeram parte autores como Maurice Halbwachs (1990) e Stuart Hall (2003), seja através do conceito de memória coletiva, seja pela própria temática da cultura, que já me aproximou ainda mais dos debates antropológicos, pela crítica a uma visão essencialista. Paraphrasing Hall (2003, p.44), “cultura não é uma arqueologia e sim uma produção sujeita aos indivíduos e ao espaço que ocupam”.

Ponderando também a necessidade de relacionar o patrimônio imaterial à questão da dualidade da memória, Astor Antônio Diehl (2002) afirma que esta é capaz de conceber probabilidades de aprendizagem e de socialização que influenciam a constituição de uma identificação cultural. Mas, já no final de minha trajetória enquanto professor na Escola Guajuviras, vindo a consolidar meu interesse pela Antropologia, destaco o antropólogo Joël Candau (2011), que aborda uma multiplicidade de conceitos, estabelecendo um diálogo com o historiador Pierre Nora

(1993), com o sociólogo Maurice Halbwachs (1990) e com o filósofo Paul Ricoeur (2007), a respeito de noções como lugar de memória, memória coletiva, quadros sociais de memória, memória justa, tradição e tradicionalidade.

Posteriormente à realização das oficinas para Educação Patrimonial sobre o bairro Guajuviras, foi possível perceber a riqueza dos materiais resultantes das atividades propostas para os alunos, incluindo uso de mapas, fotografias antigas, escrita e exercícios práticos dos educandos com seus familiares, moradores do bairro. Neste sentido, a proposta de um projeto etnográfico surge a partir da análise de alguns vídeos produzidos por alunos, nos quais percebi que as narrativas e memórias articuladas, por vezes não conferiam com as propostas educativas organizadas no projeto.

Perceber que elas eram, em certa medida, divergentes da história oficial despertou uma reflexão sobre as minhas próprias falhas diante da preocupação em ordenar a narrativa com intuito de reproduzi-la para os seus habitantes. Gilberto Velho (2008) descreve as dificuldades causadas por uma perspectiva sociologizante, que por vezes descarta o protagonismo dos sujeitos, tornando-os meros coadjuvantes de suas próprias histórias. É como se o pesquisador, no decorrer de um evento, não acreditasse que estes se constituíssem em agentes, com poder de narrativa, sendo que tal atitude é uma negativa ao reconhecimento dos processos sociais que condicionam e afetam os indivíduos.

No esforço de fugir de um voluntarismo psicologista, a ciência social constantemente cai num fatalismo sociologizante em que a explicação *post facto* se torna rotina. Assim é que os comportamentos, acontecimentos, eventos são considerados, muitas vezes, como resultados de determinação de forças sociais e históricas através das quais os indivíduos e grupos são levados a agir, em boa parte inconscientes das causas “Reais” de suas ações. É a velha idéia de que os atores são joguetes de forças impessoais e poderosas, nada mais fazendo do que confirmar através de suas ações o sentido da história. (VELHO, 2008, p. 109-10).

Magnani (2002) também apresenta a necessidade desta mudança de perspectiva para uma percepção do urbano de maneira mais ampla. Com intuito de guiar o etnógrafo para captar uma maior abrangência de percepções, o autor incentiva o deslocamento em direção ao ato de imergir na perspectiva da constituição da etnografia. Assim, através do método etnográfico sobre a cidade, o pesquisador poderá perceber a sua dinâmica, resgatando este olhar “de perto e de dentro” que permite identificar, descrever e refletir sobre elementos que são descartados por enfoques que priorizam uma perspectiva “de fora e de longe”.

A mudança de foco que a perspectiva antropológica possibilita, principalmente em função do método etnográfico, tem a vantagem de evitar aquela dicotomia que opõe, no cenário das grandes metrópoles contemporâneas, o indivíduo e as megaestruturas urbanas [...] A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p.17)

Conforme Elias e Scotson (2000) o ato de apresentar a história do bairro como um elemento alheio que precisava ser reconhecido e institucionalizado como forma de organizar aqueles *outsiders*, referia-se mais a uma alocação que reproduzia um ideal carregado de estigmas, representado através da relação da cidade com o bairro.

No artigo, “Quando cada caso não é um caso”, Cláudia Fonseca (1999) destaca este elemento essencial na constituição de uma etnografia, distinguindo os muitos equívocos no desenvolvimento de um método etnográfico que se detém somente na aplicação de técnicas ou orientações teóricas focadas no individual, não levando em conta a importância do aspecto social. A autora destaca que a ideia proposta na premissa “cada caso é um caso” não é compatível com o método etnográfico, sendo necessária a competência por parte do etnógrafo na aplicação metodológica. Para a autora, a etnografia não seria tão aberta quanto se presume, em especial por fazer parte das Ciências Sociais contando com um “enquadramento político histórico do comportamento humano” (FONSECA, 1999, p.62).

Este lugar de imprecisões é onde se encontra o perigo de uma transição, “em especial na transdisciplinar”, em que o pesquisador, ao invés de agregar as vantagens da etnografia, apenas permaneceria em um “limbo” onde prevalece a armadilha do senso comum quanto ao assunto em questão. É importante destacar que, diante desta problemática, muitos trabalhos tidos por etnográficos acabam por não sê-lo, representando apenas a descrição de uma realidade observada, para uma narrativa textual densa.

Outro elemento importante evidenciado naquela experiência docente acima narrada estava no fato de os professores da escola em que eu estava inserido não serem residentes do bairro, foco do projeto em questão, mas sim, moradores de outras localidades do município, que se deslocam até o Guajuviras para trabalhar, o

que tornava o ambiente escolar um espaço permeado por discursos de pessoas "estabelecidas". O bairro, tal como representado constantemente pelas mídias, é reduzido às páginas criminais, feito um animal selvagem a ser domado por programas de pacificação. Para que eu pudesse superar estas representações estigmatizantes, agora enquanto etnógrafo, ficou clara a necessidade de meu processo de imersão junto aos moradores exigir mais do que apenas uma mudança de local, pois seria necessário uma reformulação que afetaria diretamente a minha condição enquanto pesquisador. Não eram somente as entrevistas que me fariam entender o bairro de perto e de dentro, seria preciso aproximar-me dos moradores sem tantos *a priori*s e descolado do *status* de que eu desfrutava; compreender e ser compreendido por aquele grupo. Neste sentido, era imprescindível um esforço de desconstrução de meu papel social enquanto professor, estabelecendo outros fluxos em minha trajetória que me conduzissem ao encontro direto, sem mediações institucionais, com aqueles moradores.

2.2 Elementos teórico-metodológicos na incursão de pesquisa em campo

Diante das expectativas referentes ao ingresso em campo, o período em que optei por esta experiência constituiu-se em um momento muito singular. Após um tempo de preparo, propondo-me, através das disciplinas cursadas para o mestrado, a fundamentar este estudo, a incursão veio a consolidar os diversos debates sobre os temas considerados. Embora a minha convivência com o grupo remontasse a meados de 2012, atuando como docente em duas escolas no bairro, foi em 2014, através das minhas primeiras investidas enquanto etnógrafo, que pude perceber o quanto era necessário questionar tudo o que eu achava saber sobre aqueles habitantes.

Em uma reflexão sobre o texto *Observando o Familiar*, de Gilberto Velho (1978), é compreensível que nem sempre o familiar seja notório. Mesmo nas grandes metrópoles habitadas pelo pesquisador existem situações que provocam um estranhamento tão grande quanto em sociedades exóticas, pois são muitas as descontinuidades existentes. O fato de estar vivendo em meio a uma sociedade complexa, altamente hierarquizada, torna perceptível como ela organiza as suas camadas sociais e seus sujeitos com estigmas e estereótipos. Considerar a minha

posição nessa hierarquia pré-estabelecida foi fundamental para a reconstituição de um trajeto e projeção de uma futura pesquisa, em especial no que se referia a minha proposta de estudo.

Eu estava diante de um contexto urbano onde imperava a fragmentação de papéis e descontinuidades simbólicas. Neste sentido, a noção de projeto, de Gilberto Velho (1981) orientou-me quanto aos caminhos relativos à constituição da pesquisa. Segundo o autor, a família, o trabalho, o lazer, as opções políticas, dentre outros, configuram um campo de possibilidades em que os atores individuais movimentam-se, impelidos e pressionados, mas com uma distinção de alternativas e opções. A heterogeneidade dos papéis e domínios conectados a um possível trânsito entre eles origina uma diversidade de identidades multifacetadas e de permanência relativa.

A princípio, havia destacado uma série de critérios sobre qual seria o perfil dos meus entrevistados. Inicialmente pensei em compor perfis que remetessem ao critério da ocupação do Bairro em determinado recorte de tempo. Mas conforme a reflexão sobre a constituição destes espaços urbanos se aprofundava, percebia que a escolha de interlocutores por este parâmetro deveria corresponder à pluralidade com que este espaço foi sendo constituído. Preferi, então, estabelecer por critério de definição de meu universo de pesquisa, apenas o conhecimento dos narradores em relação ao habitar o bairro, independente de serem ou já terem sido moradores. O destaque estaria na intensidade desta experiência do habitar, em relação a este específico espaço urbano.

O enfoque estaria na capacidade de articulação destas memórias, em conjunto com a facilidade em discorrer sobre as mesmas. Refletir sobre quem iria produzir as narrativas a respeito do bairro, era também pensar que a cidade é composta por esta pluralidade. Este fato me impulsionava a perceber que estes narradores produziam percepções distintas e imaginadas sobre aquele lugar compartilhado em meio à urbe. Assim como descrito por Agier (2011) a cidade não pode ser pensada como uma totalidade ou um objeto, ela é “coisa humana”, a forma mais complexa e sofisticada da civilização. Neste sentido, o cuidado e o empenho na constituição de uma pesquisa relacional, local e “micrológica”, como define o autor, é o que torna possível a elaboração de uma antropologia da cidade.

Assim, por método, o antropólogo tem necessidade de se emancipar de qualquer definição normativa e *a priori* de cidade para poder procurar a sua possibilidade por toda parte, trabalhando para descrever o processo à

posição que dá ao saber antropológico um lugar à parte e reconhecível no conjunto dos conhecimentos da e sobre a cidade, disponibilizando-os para todos. Cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo... Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e a sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa aprender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação. (AGIER, 2011, p.37-8)

Certamente este era o objetivo da pesquisa enquanto estabelecimento de uma relação com os interlocutores, entender as distintas articulações da memória em relação ao Guajuviras. Estas percepções estão para além do habitar, mas também remetem ao trânsito que relaciona as temporalidades diferentes, e que foram vividas no espaço durante e após a ocupação do Bairro, ocorrida em 1987. Encontrar o bairro como um personagem que instigaria estas narrativas, que interagiria e se comunicaria com estes interlocutores, estabeleceria a reflexão sugerida por Latour (2012) em sua Teoria Ator-Rede.

O autor propõe uma análise, tomando as interações como objeto inicial de seu estudo. Seria ponderar que estes intercâmbios adquirem relevância conforme manifestam mediações, conexões estas que são capazes de produzir transformação na medida em que as informações nelas presentes são articuladas, afetando-se reciprocamente. Os elementos materiais e imateriais, as organizações e as relações de poder na vida social, seriam parte destas afinidades de interação, sem que uma determine a outra, embora possuam influência de atuação mútua. Nesta perspectiva, não existe diferença de natureza entre os diferentes atores, já que todos têm a possibilidade de serem mediadores ou intermediários no transcorrer da mediação. Dando consistência a este tema, Latour indica um princípio de simetria, destacando que os atores oferecem as mesmas probabilidades de produção de interferência ou mediação, não hierarquizáveis. Este princípio está abertamente ligado ao estabelecimento das relações de poder, e de como estas são constituídas.

Desta maneira, seria possível perceber o bairro como um ator, um intermediário que produz sinais, um causador de efeitos e mediações, intervindo e originando cruzamentos em uma rede de fluxos, movimentos, negociações, uniões, afetando os espaços onde os atores intervêm e sofrem intervenções, simultaneamente. Como ator, o bairro contribui na constituição destas identidades, estabelecendo um campo de relacionamentos e afinidades.

Uma importante questão pautou minha reflexão: como eu poderia ajustar minha entrada em campo, ou como refletir o modo de debater os dados sem me

propor a este deslocamento enquanto etnógrafo? Evidenciei que meus interlocutores estavam em constante movimento neste campo instável que é a cidade, sendo que para acompanhá-los eu também deveria me adicionar a este fluxo como modo de alcançar uma proximidade daqueles a quem pretendia captar as narrativas.

Neste sentido, encontro a importante provocação lançada por minha orientadora, Claudia Turra Magni, quando me propõe o desafio de abandonar a condição hierárquica da posição social que ocupava enquanto professor e me lançar no campo das alteridades, permitindo-me significar e ser significado. De certa maneira, o desafio, converge para o texto de Silva (2000) quando propõe o “adentrar em campo”, criticando a ideia de que o antropólogo poderia “pairar” como uma entidade acima da vida dos seus interlocutores, como se esta relação não resultasse em nenhum tipo de interferência. Esta seria uma percepção contraditória diante dos fundamentos epistemológicos que guiam a observação participante no trabalho de campo.

Em um primeiro momento, enquanto professor, eu estabelecia meu ponto de observação em um lugar protegido e assegurado pelo sistema hierárquico da escola. Agora, como aprendiz de antropólogo, era necessário envolver-me com esta proposta de uma etnografia, que demandaria um deslocamento em direção à alteridade. Foi neste ponto que compreendi o quão difícil seria tencionar minha incursão através de observação participante, sem envolvimento com os conflitos, articulações, e limitações do cotidiano destes habitantes do bairro. Seria imprescindível a submissão a este aprendizado sobre o grau de proximidade e distanciamento que deveria manter para concretizar esta pesquisa.

Antes, conhecia parcialmente as rotinas do bairro, a partir de um ponto relativamente fixo de observação: a escola onde eu atuava. Agora, em meu novo *status*, permiti-me exercitar deslocamentos, percorrendo vias, becos e avenidas, propondo-me a experiência de uma etnografia de rua. Já ciente de que estava transitando em um campo distinto de conhecimento, tornou-se evidente que seria necessário desbravar este trajeto municiando-me de instrumentos antropológicos como forma de interpretar as experiências propostas. O campo realmente vem a se materializar através de leituras, em acordo com relatos e dados diversos, obtidos por diferentes vias. Esta reflexão é sintetizada na fala de Silva (2000), ao destacar que o campo não é só nossa experiência concreta, situada entre o projeto e a escrita

etnográfica. Não existe uma produção linear, esta não é a realidade de como se dá o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Neste sentido, conforme destacado por Magnani (2003), foi possível perceber que a antropologia tem uma contribuição específica para a compreensão do espaço urbano, que abrange questões da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade, sendo este legado teórico-metodológico o que torna possível a concretização destes estudos. No caso específico de minha pesquisa, percebi que as motivações e expectativas em relação ao campo, ao invés de tornarem-se um obstáculo, acenderam estas perspectivas para o questionamento dos dados obtidos. Não era necessária uma correspondência entre documentos oficiais e narradores, as discordâncias tornaram-se essenciais para a compreensão destes eventos descritos e fotografados. Como destacado por Thomson, o ato de abranger estas contradições é o que instigava-me a perceber a pluralidade que reflete as tensões do tempo e da memória. "Ouvindo os mitos, as fantasias, os erros e as contradições da memória, e prestando atenção às sutilezas da língua e da forma narrativa, podemos entender melhor os significados subjetivos da experiência histórica" (THOMSON, 2002, p. 12).

Na presença destes relatos irregulares, é que pude compreender que através da produção das narrativas dos interlocutores, o tempo é articulado de maneira distinta por diferentes pessoas. Ao perceber o processo da construção destas diversas falas, foi possível ponderar sobre a discussão originada pelo conceito de etnobiografia proposto por Gonçalves *et. al.* (2012). Este destaca que o indivíduo não é só uma manifestação da representação coletiva, como muitas vezes é considerado pelo conceito de memória proposto por Halbwachs (1990), mas que a individuação criativa dos *personagens-pessoas* desenvolve também uma autonomia que não está totalmente submetida à força que emana da sociedade.

Neste entremeio ocorreria um improviso, uma narração que não é neutra, mas que assume um papel agenciador, agregando novos significados, ao mesmo tempo em que estes elementos também afetam o etnógrafo. O relato não é uma via de mão única, em que o interlocutor apenas fala, e o etnógrafo escuta. A constituição desta relação é o que materializa um processo de objetificação da cultura, como citado por Wagner (2010); é a possibilidade dada ao antropólogo para compreender o seu objeto de estudo. Na consolidação de um diálogo é que se materializa este processo, chamando a atenção do pesquisador para a cultura daquele indivíduo e,

percebendo o que ela quer dizer, em um exercício que acontece junto com a objetificação dentro da cultura do pesquisador.

É apenas mediante uma "invenção" dessa ordem que o sentido abstrato de cultura (e de muitos outros conceitos) pode ser apreendido, e é apenas por meio do contraste experienciado que sua própria cultura se torna "visível". No ato de inventar outra cultura, o antropólogo inventa a sua própria e acaba por reinventar a própria noção de cultura. (WAGNER, 2010, p.31)

Pois assim como o pesquisador tem curiosidades em relação ao que o interlocutor pode narrar, o mesmo também possui dúvidas e expectativas sobre o pesquisador. Neste mesmo significado, encontrei apoio na crítica proposta por Goldman em sua análise da obra de Wagner:

Aqui tocamos num ponto fundamental, pois o reconhecimento da criatividade daqueles que "estudam" é, para Wagner, condição de possibilidade da prática antropológica. Mais do que isso, o antropólogo deve estar preparado e disposto a assumir duas premissas: reconhecer naqueles que estuda o mesmo nível de criatividade que crê possuir; não assimilar a forma, ou o "estilo", de criatividade que encontra no campo com aquele com o qual está acostumado e que ele próprio pratica. (GOLDMAN, 2011, p.203)

A realização de um registro fílmico da experiência etnográfica de pesquisa deve contar com escolhas metodológicas e estratégias de precisão, mas acima de tudo com a perspectiva pautada por procedimentos éticos. Quando decidi empregar a câmera como instrumento, busquei refletir sobre as possibilidades técnicas disponíveis e questões éticas que se lançavam entre eu e meu objeto de estudo. Como idealizava a produção de um filme de caráter etnográfico e antropológico, optei por um método de trabalho realizando entrevistas semi-diretivas. Mas por vezes preferi adequar a minha perspectiva enquanto pesquisador a novas dinâmicas de participação. Buscando proximidade e fluidez no deslocamento de perspectivas de visão, ofereci movimento às filmagens optando por caminhadas, percorrendo o bairro junto aos meus interlocutores. Com a câmera na mão, me movi no sentido de torná-la ativa e participante durante os diálogos. Por vezes não consegui um bom resultado em termos técnicos, em decorrência das mudanças bruscas nos trajetos e também das surpresas que nos advinham. Como descrito no texto de Eckert e Rocha (2003), percebi que a caminhada não era descompromissada ou inocente, mas estava operando em uma esfera de significados que surgiam conforme nos movíamos através dos espaços.

O personagem baudelairiano, o flâneur, caminha na cidade: um percurso sem compromissos, sem destino fixo. O estado de alma deste personagem-tipo é de indiferença, mas seus passos traçam uma trajetória, um itinerário que concebe a cidade, o movimento urbano, a massa efêmera, o processo de civilização. Logo, esta não é uma caminhada inocente. A cidade é

estrutura e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência. (ECKERT, ROCHA, 2003, p.1)

Ao caminhar em companhia de meus interlocutores através das vias intrincadas e descontínuas daquele bairro, foi possível intuir como ele era moldado por seus ocupantes. Propus-me a personificar a reflexão indicada por Roberto Cardoso de Oliveira (1998) sobre a necessidade de uma domesticação teórica do olhar. Enquanto caminhava por aquelas ruas, percebia, sutilmente, que minhas antigas percepções eram gradualmente transformadas e substituídas por novas perspectivas no modo de observar o Guajuviras. A paisagem urbana permeada por construções semiacabadas, escurecidas pelo tempo, assumia uma vivacidade misteriosa, agora adquirindo um *status* que ao invés de provocar medo, causava interesse.

Considerar estes trajetos percorridos pelos habitantes, percebendo os carros em seu ritmo vagaroso, seguindo pela avenida principal, ouvir e ver as crianças correndo em brincadeiras burlescas, chamando a atenção dos transeuntes, só intensificava a minha experiência etnográfica. As dessemelhantes formas pintavam imagens em minha consciência, traduzindo o ato de ocupar, de apropriar-me, de manipular o espaço em sua maneira particular. Magnani aponta a importância do olhar paciente do etnógrafo, aquele olhar disposto a uma sensibilidade, passível de constante aprendizado das diferentes classificações, regras e diferenciações.

Na verdade, o olhar paciente do etnógrafo terminou sim aprendendo que há, sim, classificações, regras, diferenciações. Assim, foi possível descobrir que naquele universo aparentemente monótono, havia uma extensa rede de lazer e diferenciações na forma de, por exemplo, praticá-lo: Havia lazer de homens solteiros e casados, de mulheres e moças, de crianças e adultos, e também modalidades desfrutadas em casa e fora de casa. (MAGNANI, 2003, p.6)

Parece ilusório pensar que cada espaço urbano se constitui individualmente sem cair na “tentação da aldeia”, mas o processo de composição dos laços de pertencimento do lugar também constituem individualidades. Evocando Gonçalves *et. al.* (2012) em uma referência a Elias e Scotson (2000), ele ressalta diferenças entre indivíduos culturalmente homogêneos, fato este que acentuaria este espaço da diferença e da idiosincrasia na construção social.

2.3 O uso da imagem como fundamento para constituição da pesquisa

Um levantamento de material histórico/imagético referente ao processo de ocupação do Bairro Guajuviras foi realizado antes de minha opção teórico-metodológica pelo trabalho com narrativas, o que veio a enriquecer a etnografia, através de uma pesquisa sobre o histórico do bairro, a partir de registros, tanto jornalísticos, quanto biográficos, que remetiam ao desenvolvimento desta ocupação. Também enfatizei a importância de entender as configurações das sucessivas ocupações que aconteceram no decorrer do período de 1987 a 1990, como forma de compreender que distintas regiões eram ocupadas em tempos diferentes, fato que também influenciava a narrativa. Neste sentido, teria uma facilidade maior na escolha de meus interlocutores, entendendo suas dinâmicas e trajetos, percebendo que esta relação também influi nas distintas construções dos relatos e usos do espaço urbano.

Ao sair com uma câmera na mão, no intuito de observar e registrar o bairro, procurei através de um ajustamento do olhar, captar imagens, observando a cidade como um objeto temporal, um espaço desenhado por diversos trajetos e movimentos sobrepostos, forjados dentro de um tecido de ações produzidas no cotidiano. Lembrando o texto de Eckert & Rocha (2002), compreendi que acessando estes recursos audiovisuais em uma etnografia de rua, estava constituindo a minha caminhada enquanto antropólogo, conhecendo o meu objeto de estudo. Mas precisava também reconhecer que o momento do registro se constituía em uma intervenção consentida com os interlocutores.

Estar atento era também compreender que nesta perspectiva de intervenção estabeleciam-se tensões e estas precisavam ser mediadas, de forma tal que a ruptura não se constituísse em um momento de constrangimento inócuo. Um importante ponto a ser destacado foi a forma como pude aprender a mediar esta relação com meu interlocutor, ao mesmo tempo em que mediava a presença da câmera, sendo que pude ser surpreendido por esta pluralidade emergindo através da constituição etnográfica que exigia este desprendimento temporal, elemento essencial para experiência.

Para se atingir tal componente narrativo, o etnógrafo precisa contar com o tempo como amigo, pois ele só o atinge quando a densidade de sobreposição cumulativa dos tempos vividos ao longo de um trabalho de campo, aparentemente fadado à «perda de tempo», se precipita diante dos seus olhos. Horas de um trabalho persistente de escritura depositadas na

tela do computador, fitas de vídeo, películas fotográficas ou folhas de papel, sempre na tentativa do investigador aprisionar o efêmero, são, finalmente, recompensadas e encontram, enfim, uma gama de sentidos desvendados por um leque de conceitos. (ECKERT, ROCHA, 2002, p.4)

Conforme se desenrola o momento em que se articula a intervenção, é possível amenizar esta compleição através do desenvolvimento de uma relação mais interpessoal na composição da entrevista. O relacionamento humano supera esta presença incômoda a partir do momento em que o informante percebe que uma linha de confiança é estabelecida com o pesquisador. A comunicação surgia naturalmente no momento em que se estabelecia esta relação. Em contrapartida, uma preocupação excedida com o tempo só ressaltava os estranhamentos em uma perspectiva negativa que coagia o informante.

No desenvolvimento da pesquisa, a metodologia de tratamento dos dados obtidos baseou-se na proposta de composição de coleções etnográficas, com a constituição de acervos de imagens videográficas, fotográficas, sonoras e escritas. Ao refletir sobre este método, segui as orientações de Ana Luiza Carvalho da Rocha (2008) que enfatiza que este se estabelece na capacidade de reunir os dados em núcleos de sentido, constituindo constelações de imagens que partem da convergência destas, embora situadas em diferentes regimes.

Assim, para a produção e geração de coleções etnográficas sobre o patrimônio etnológico de uma comunidade urbana qualquer, quanto mais constelações de imagens apresentarem desde um mesmo ponto de convergência, tanto mais direções para o antropólogo construir conhecimento sobre uma determinada ordem de fenômeno. Por outro lado, pesquisar o fenômeno da memória coletiva a partir da produção e geração de coleções etnográficas de conjuntos documentais de imagens, através do encadeamento de símbolos e das motivações simbólicas que as orientam, torna evidente que este ato de pesquisa não pode ser uma obra sistemática de um pensador único uma vez que a pesquisa com a etnografia da duração se revela, ela própria, como integrando o patrimônio da humanidade. (ROCHA, A. L. C. da.,2008,p.08)

Assim, à medida que fui realizando o trabalho de campo, coletei e produzi imagens recorrendo a diversos suportes, consecutivamente buscando organizá-las e acervá-las por núcleos de sentido, ou coleções. Meu propósito, portanto, não se limitou à elaboração de um documentário, mas sim à constituição de uma coleção imagética que refletisse a riqueza do patrimônio etnológico do bairro Guajuviras em Canoas tornando-o disponível a seus habitantes. Para tal, construí um aporte que me conduziu a refletir sobre o potencial das imagens, percebendo que ao me deslocar em campo, realizando uma fotografia ou registro de vídeo, apreendia as rotinas e circulações do cotidiano, entendendo como elas passavam a constituir a

memória coletiva naquele espaço urbano. Assim, pretendo ressaltar o aporte teórico que serviu de base para organizar e dispor este material imagético em forma de coleção etnográfica, integrada por núcleos de sentido. Assim, a autora segue enfatizando que:

A produção e geração de coleções, a partir do método de convergência aqui descrito, comporta sempre adições, correções, subtrações e retoques no estudo das suas constelações, ações estas que são o fruto da colaboração de todos aqueles que produziram tais documentos, no passado e/ou no presente. A descoberta do isomorfismo das imagens responsáveis por sua polarização em categorias se dá a partir das correlações estabelecidas entre eles pela própria participação da imaginação criadora do antropólogo no sentido de suas formas seguindo o efeito de sua convergência em torno de um núcleo de significados, tomados em constelações, como um todo. (ROCHA, A. L. C. da.,2008,p.09)

Refletindo sobre a composição das coleções etnográficas a partir das formas de sociabilidades e itinerários urbanos no mundo contemporâneo, tal como indicado por Eckert e Rocha (2001), procurei evidenciar as minhas motivações adotando o estruturalismo figurativo durandiano. Foi recorrendo à noção de imaginário proposta por Gilbert Durand (2001) que enfatizei a sugestão do “trajeto antropológico” como fundamento para tratar da coleção etnográfica produzida nesta pesquisa. Segundo a indicação do autor, procurei me posicionar neste “trajeto” abrangendo o constante câmbio que existe no nível do imaginário, agindo em meio às “pulsões subjetivas e assimiladoras, e às intimações objetivas que procedem do meio cósmico e social” (DURAND, 2001, p.29)

Desta forma, situei a investigação antropológica justamente no trajeto, permitindo que os imaginários se constituíssem por meio dele. A observação de tal condição foi o que me possibilitou resolver os problemas de anterioridade ontológica na pesquisa, destacando que a gênese recíproca oscila mutuamente entre o gesto pulsional e os meios material e social. O “trajeto antropológico” também se comunica com alguns debates produzidos sobre o símbolo por Piaget (1975). Através de um jogo do imaginário, diz ele, a distinção entre simbolismo inconsciente e consciente não possui clareza, o que ocorre tanto em crianças como em adultos, prevalecendo um estado de ausência de diferenciação na assimilação do real ao eu. Neste sentido Piaget destaca:

Supressão da consciência do eu por absorção imaginária total do mundo exterior e, portanto, por confusão com este, tal é o princípio do simbolismo inconsciente e vê-se desde logo que ele constitui um simples caso-limite dessa assimilação do real ao eu que é o simbolismo lúdico (PIAGET, 1975, p. 256).

Assim o “trajeto antropológico” auxiliou a organizar o esqueleto dinâmico que reproduz imagens na tela funcional do imaginário. Durand (2001) segue relacionando o imaginário enquanto um trajeto modelado por pulsões do sujeito:

Finalmente o imaginário não é outra coisa que este trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito, e no qual reciprocamente, como magistralmente Piaget mostrou, as representações subjetivas explicam-se ‘pelas acomodações anteriores do sujeito’ ao meio objetivo (DURAND, 2001, p. 38).

O autor, por sua vez, dialoga com os estudos sobre a forma e a imagem numa perspectiva bachelardiana, discorrendo sobre temas referentes à imaginação e ao imaginário. Assim procurei destacar a prática das coleções etnográficas ponderando sobre esta materialização do imaginário que ocorre quando se pensa, sonha-se e vivencia-se a matéria. Bachelard (1998) sugere que a imagem material vai ao encontro da profundidade, buscando uma intimidade substancial que dá vida e movimento à realidade metafórica. É um universo subjacente e também inconsciente, em constante movimento, que existe alimentando organicamente o universo poético. “O imaginário não encontra suas raízes profundas e nutritivas nas imagens, a princípio, ele tem necessidade de uma presença mais próxima, mais envolvente, mais material.” (BACHELARD, 1998, p.126).

Para Durand (apud Rocha, 2008), o método de convergência, utilizado para as coleções, encontra-se conexo ao estruturalismo figurativo, em que as formas imagéticas ocupariam um papel menor na classificação, pois as coleções possuem um dinamismo transformador, contemplando o campo do imaginário e da imaginação criadora. Já no estruturalismo figurativo, a maneira que as imagens são interpretadas deriva da associação entre o devaneio e a matéria, por meio da qual uma forma se faz percebida, potencializando a interpretação da própria imagem. As formas utilizariam as imagens, manifestando traços que aqueles que as utilizam reproduzem para dar sentido ao seu mundo. “A imagem, portanto, contempla ação e pensamento sobre o mundo.” (ROCHA, A. L. C, 2008, p.1).

Por meio do paradigma estético, Maffesoli (2001), herdeiro intelectual de Durand, ressaltando a questão do imaginário, destaca que podemos caracterizar o ser humano enquanto um ser de símbolos, que vive e constrói sempre novas formas de imaginar. Para o autor, em um mundo que reflete a complexidade de uma conjuntura pós-moderna, faz-se necessário o surgimento de novos conceitos ou noções, que levem em conta uma perspectiva fenomenológica capaz de alcançar a

complexidade da diversidade e especificidade existentes no cotidiano do homem comum.

Deste modo encontraríamos o ponto de imprecisão que advém desta relação do imaginário com o simbólico, mudando nosso enfoque para abranger estas relações partindo de justaposições. Assim o imaginário comunicaria o estético na forma como percebemos as imagens, ou sonhos, ou por meio dos mitos, através de processos criativos e na criação de caminhos que alcançam a fantasia em direção ao fantástico. Para o autor, o ser humano possui singularidade, e considera-se como um ser único, mas em contrapartida, ele também pertence a um grupo com distinção e características que o diferencia dos outros. "Este pode ser composto por uma pluralidade de elementos, mas tem sempre uma ambiência específica que os torna solidários uns com os outros" (MAFFESOLI, 2000, p. 21).

Assim, o que estimularia as pessoas a permanecer em um grupo, seria o prazer da convivência, indiferente de finalidade ou teor ideológico da relação, é o "*modus vivendi*" que se faz presente na busca por sentido estético. Deste modo, o ser humano seria um ente de várias coletividades cimentadas pelas experiências sensoriais e sentimentais partilhadas. É um processo de coletividade que surge em cada indivíduo, onde o individualismo cede seu espaço para o coletivismo "máscara que pode ser mutável e que se integra, sobretudo numa variedade de cenas, de situações que só valem porque representadas em conjunto" (MAFFESOLI, 2000, p.15).

Conforme Bachelard (1998) e Durand (2001), este universo poético encontra-se nas reflexões do antropólogo francês Pierre Sansot (1978) em seu livro a "Poética da Cidade". O autor parte da percepção de que a reflexão urbanística não deve deter-se somente a questões referentes ao planejamento urbano ou a uma análise do ambiente construído e habitado. Haveria a necessidade de se enfatizar a dinâmica do processo de constituição do espaço em "*real time*". Assim poderíamos nos aproximar da cidade a partir de sua poética, observando os atores envolvidos, captando suas narrativas e expressões que revelam as múltiplas formas de habitar e significar o espaço. É um conceito que ressalta este vínculo entre o espaço urbano e os habitantes, indicando que estes sujeitos da cidade atuam também na condição de "(serem) observadores". Ouvir a voz destes moradores, descobrir suas histórias, conhecer os diferentes acontecimentos no bairro por meio de suas narrações, é também conhecer esta poética da cidade.

Agora vemos que um objeto urbano pode ser estendido por várias linhas poéticas, referimo-nos a uma que leva em consideração a nossa inserção na cidade. Por isso, devemos abandonar o esotérico em favor de uma poética que respeita os caminhos de percepção. [...] A Poética da natureza, pode ser a chance de sonhar junto com elementos permanentes. (SANSOT, 1978, p.203)³

Também evoco Georg Simmel (1983) e sua abordagem sobre a sociologia das formas, em que ressalta a importância do conceito de forma social, e sua capacidade organizadora nas relações sociais coletivas, também a capacidade de promover reciprocidade no transcorrer da socialização/sociação. Para o autor, o pesquisador deve buscar suas questões, não na matéria da vida social, mas através de sua forma, pois é esta forma que oferece caráter social para os fatos de que se encarregam as ciências. É a intenção de impulsionar o olhar sobre a sociedade, partindo das formas que circundam os agrupamentos humanos, unindo-os.

A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração que caem sob o conceito geral de interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses (SIMMEL, 1983, p.60).

Ainda recorrendo às indicações de Eckert e Rocha (2001) para a constituição de uma coleção etnográfica, recebe destaque a reflexão de Norbert Elias (1994) que introduziu a noção de uma sociologia figuracional, impulsionando a prática sociológica em direção à dissolução do pensamento de que devemos compreender termos como indivíduo e sociedade de maneira desconexa, tratando estes como apenas termos opostos, ou entidades ontologicamente diferentes. Para o autor estes limites conceituais ressaltam uma falsa dicotomia entre o indivíduo e a sociedade em que habita. Para contrapor estes limites, ele propõe a noção de figuração, destacando que o indivíduo e a sociedade não existem autonomamente, mas unem-se um ao outro por meio de uma pluralidade. Neste sentido poderíamos compreendê-los de maneira integrada, interdependente, por meio do convívio coletivo.

Dispomos dos conhecidos conceitos de “indivíduo” e “sociedade”, o primeiro dos quais se refere ao ser humano singular como se fora uma entidade existindo em completo isolamento, enquanto o segundo costuma oscilar entre duas idéias opostas, mas igualmente enganosas. A sociedade é entendida, quer como mera acumulação, coletânea somatória e desestruturada de muitas pessoas individuais, quer como objeto que existe para além dos indivíduos (ELIAS, 1994, p. 7).

³ Tradução livre do autor

Michel de Certeau (1994) com a “teoria das práticas cotidianas” conduziu o centro da análise antropológico-sociológica para os temas concernentes às práticas do cotidiano, agregando teoricamente uma produção que ofereceu valor para a análise da vida cotidiana. É um desafio à observarmos as “maneiras de fazer” dos habitantes da cidade, compreendendo-as em proporções que transcendem as relações entre indivíduos e consumo. Essas formas de fazer compõem as múltiplas práticas pelas quais os sujeitos se apropriam do espaço, proliferando no interno das estruturas os seus modos, transformando o funcionamento, bem como o corrompendo e ressignificando, por vezes até o prejudicando.

Práticas cotidianas, como falar, ler, circular, comprar, cozinhar são maneiras de fazer, microscópicas vitórias do “fraco” sobre o “forte”. “Performances operacionais dependem de saberes muito antigos” [...] tempos imemoriais, inteligências e astúcias. Essas táticas mostram a indissociabilidade entre combates e prazeres cotidianos que articula, já a estratégia “escondem sobre cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta” (CERTEAU, 1994, p. 47).

Certeau nos convida a acompanhar alguns processos, no intuito de percebermos a sua multiforma, resistência, astúcia, transgressão à disciplina, e permanência dentro do espaço, elementos que nos conduzem a uma teoria das práticas do cotidiano e do espaço vivenciado. Neste sentido, o praticar o espaço é reproduzir a experiência risonha e silenciosa da infância. “É, no lugar, ser outro e passar ao outro” (CERTEAU, 1994, p.191). Assim, tornou-se imprescindível recorrer aos estudos das práticas cotidianas, buscando não os sinais da estrutura social igualando-as, mas encontrando descrições de uma lógica nas ações de sujeitos reais, atores e autores de suas próprias histórias. Observemos a fala de Certeau:

Entre muitas outras, essas observações apenas esboçam com que sutil complexidade os relatos, cotidianos ou literários, são nossos transportes coletivos, nossas “*metaphora*”. Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. A este título, tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas. (CERTEAU, 1994, p.200)

Seguindo a sugestão de Devos e Rocha (2009), adotei, no procedimento e tratamento das coleções etnográficas, o método de convergência, em que a produção e o tratamento das imagens constituem-se na própria pesquisa urbana. Ainda que minha expectativa, ao servir-me do vídeo, fosse à produção de registros para a etnografia, busquei um “tratamento criativo da realidade”, adotando procedimentos de captação e edição das imagens, para dar forma e qualidade à narrativa fílmica, tramada com as narrativas dos protagonistas.

Há uma série de outros procedimentos dos quais a sua qualidade dependerá, na medida em que o documentário é uma das possíveis narrativas a serem produzidas a partir do “tratamento criativo da realidade” denomina “filmes de memória”, ou seja, imagens que se originam da reflexão sobre esse tempo que vai do momento da captação da imagem até a sua edição, e que são produzidos a partir de um certo distanciamento do momento presente, imediato, do encontro etnográfico, refletindo sobre processos sociais e formas culturais de viver e pensar o Tempo, que só podem ser expressos a partir de um rico conjunto de imagens (DEVOS E ROCHA, 2009, p.108)

No processo de trabalho com as imagens, também levei em conta a proposta da restituição da pesquisa para os que dela participaram, assim como para as futuras gerações. Compreendendo os diferentes sentimentos que permearam as narrativas e histórias dos habitantes do Guaju, busquei, com as coleções, modos de reconhecimento e partilha destas memórias neste espaço de significados. Em minha inserção etnográfica, as fontes visuais apresentaram-se como objeto de estudo da memória coletiva em contextos urbanos.

Um dos meus temores quanto à organização de minhas descrições, encontrava-se na fala de Gilberto Velho (2013), que lembra uma das tarefas mais difíceis do antropólogo na realização de sua etnografia: o ato de narrar um evento, aquele esforço realizado para transmitir o clima, o tom e a imagem do que descreve. “A sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais, mas, quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de que falta algo crucial” (VELHO, 2013, p.13).

Esta sensação de deixar de lado elementos importantes sempre esteve acompanhando minha reflexão, por isso também o investir em um registro através do vídeo me garantia a segurança de experimentar parcialmente a experiência do “estar lá”, permitindo-me reviver diversas vezes aquele momento, no período de meu distanciamento e análise dos dados. Não foram poucas as vezes que neste processo do rever as gravações, encontrei momentos que haviam passado despercebidos, sendo que, *a posteriori*, estes foram fundamentais na composição de meu texto.

Muito do que se aprende na relação com os interlocutores opera em graus de subjetividades, momentos e fragmentos que remetem ao desmontar do tripé, ao ajuste da câmera, até aquelas piadinhas “quebra-gelo” que visam descontrair a conversa. As experiências etnográficas também se constituem nestes pequenos segundos, que por vezes indicam caminhos para a compreensão do que aquele

indivíduo deseja comunicar, elementos que estão para além do vaivém de alteridades. Por isso a consciência de que a entrevista não começa e nem termina com o ligar e o desligar da câmera, se constitui em um elemento fundamental na hora em que o pesquisador se lança na experiência etnográfica.

Outro ponto importante esta na fala de Magnani (1986), quando adverte que em campo o pesquisador necessita permanecer vigilante às expressões empregadas pelo entrevistado, em especial pela possibilidade dele simular palavras e conceitos que não fazem parte de seu cotidiano, querendo corresponder às expectativas que crê que o pesquisador possui em relação a ele. Ao refletir sobre as narrativas, entendi a importância desta percepção, de que nem tudo deve ser compreendido como verdade. Tais narrativas carecem de uma análise diante dos demais discursos e conceitos que fundamentam o trabalho.

Considerando as observações contidas no texto de Eckert e Rocha (2013), que indicam a constituição de uma etnografia da duração, percebi que a condição temporal da imagem em relação à memória também representaria aspectos do sujeito e seu mundo no momento em que evoca suas narrativas. Seria uma forma de recomposição do passado, e não apenas uma representação de um fato que aconteceu. Logo, as diferentes interpretações sobre uma fotografia também sofrem alteração de acordo com o olhar de quem observa, transpondo os significados do evento em si. Não é apenas o registro de um passado estático, mas revivificado através do olhar de quem interpreta. Portanto, a etnografia da duração esta ligada a este ato do recordar, que opera através de uma intenção presente, não independente e destituída destas associações de ideias.

A ênfase esta no fato de que a imagem também contém em si esta diversidade de estruturas espaço-temporais que alimentam a memória e configuram o ato de duração. Dai a importância de perceber a possibilidade de recorrer à imaginação, instigando-a através do uso da imagem. Analisando antigas fotografias do Bairro Guajuviras, propus-me a refazer trajetos e identificar enquadramentos daquelas cenas registradas outrora. Com isso, compreendi as diferentes nuances que demonstravam como aqueles habitantes haviam modificado o espaço, configurando novos arranjos e utilizações que conjeturavam uma apropriação daquela região da cidade.

As transformações ocorriam, desde modificações nas edificações, como a inserção de pequenos jardins internos apoiados na estrutura de ligação de um

prédio ao outro, até a própria composição de uma fachada, com diferentes janelas adicionadas, elemento que destacava a forma como os ocupantes deram conta de terminar a construção. No interior de um prédio, por exemplo, foi possível encontrar espaços reservados, onde grades definiam a separação de alguns apartamentos em relação a outros, também como forma de permitir um transito livre entre dois apartamentos que eram unidos, demonstrando algum grau de parentesco entre os habitantes que ocupavam aquele ambiente.

As modificações se estendiam também ao pátio interno, onde ao invés de garagens, agora existiam pequenas residências e comércios, utilizados por moradores. O proposito inicial era ser constituído como um lugar para alocação dos carros e depósito dos distintos apartamentos, mas com o passar do tempo foram vendidos para outras pessoas e utilizados das maneiras mais variadas. Ali encontrei afiadores de facas, sapateiros, chaveiros, pequenos bazares, eletrônicas para consertos de eletrodomésticos e muitas moradias que também passaram por modificações tornando-se sobrados.

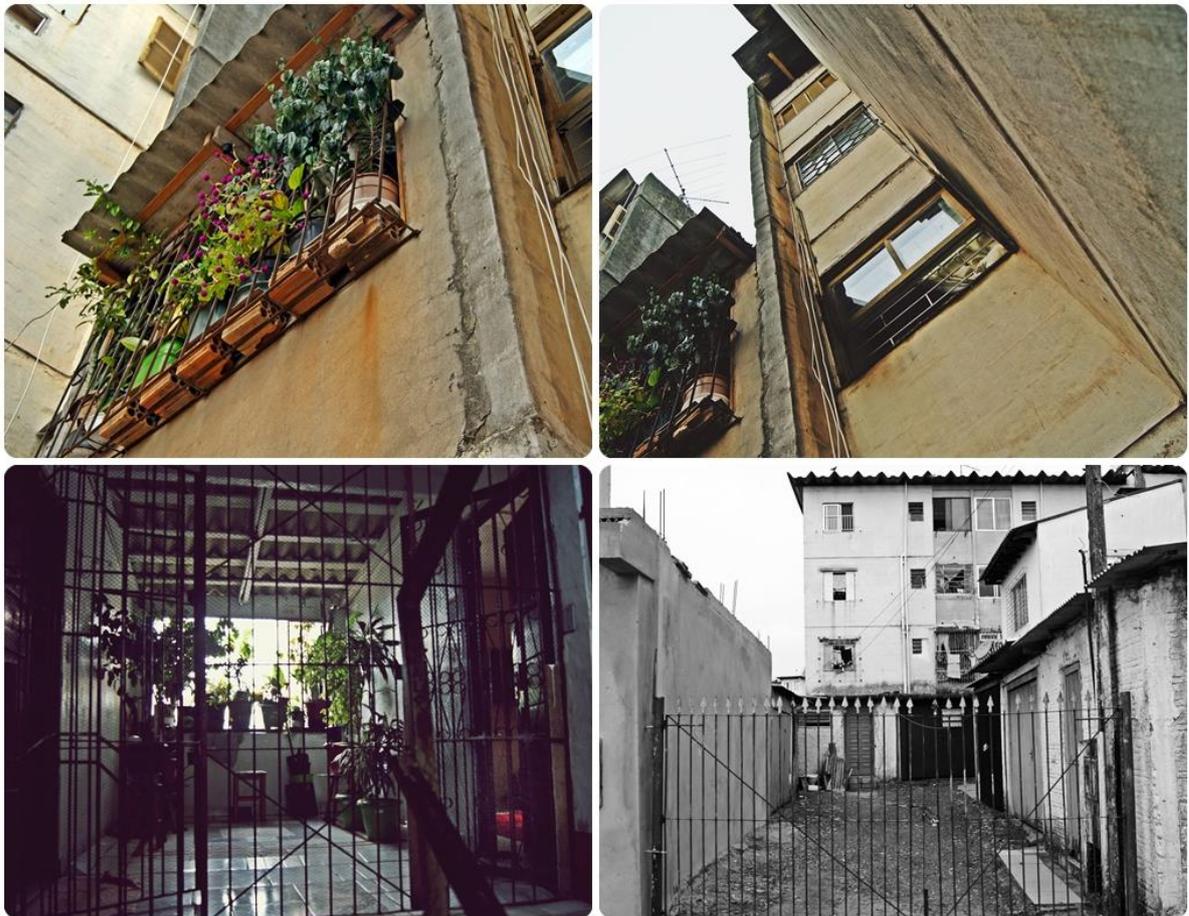


Figura 7 – Diferentes vistas dos prédios – Fonte: do autor

Scherer destaca que a promoção de uma análise das imagens em comparação com outras instiga um entendimento do contexto da fotografia, incluindo a compreensão daqueles que por elas são representados.

Embora sejam abstrações seletivas, podemos aprender a ler as fotografias especialmente pelos símbolos culturais que revelam. [...] A fotografia fornece aqueles detalhes que constituem a própria matéria bruta do conhecimento etnológico. [...] Os retratos podem ser tratados como documentos etnográficos, precisando ser contextualizados socioculturalmente para serem utilizados como estudo acadêmico (SCHERER, 1996, p.72).

Ponderando sobre a recomposição dos trajetos e narrativas a partir destas imagens produzidas em diferentes momentos, encontrei a possibilidade de ressaltar sentidos etnográficos contidos nas fotografias. No desenvolvimento do exercício de percorrer estes trajetos, encontrei possibilidade de unir o visual e o narrado através do imaginário de minha personificação enquanto antropólogo, ao mesmo tempo em que interpretava as narrativas do espaço articuladas por meus interlocutores. Barbosa *et. al.* (2006) destacam que, além da configuração de um método, as linguagens visuais e audiovisuais sobrealçam matrizes gerativas através das múltiplas maneiras de pensar novos e velhos campos da antropologia, mostrando potência para a compreensão de novas direções do imaginário humano, individual e coletivo.



Figura 8 – Guajuviras recém-ocupado – Fonte: Arquivo Histórico de Canoas, 1987.



Figura 9 – Guajuviras atualmente – Fonte: Do Autor, 2015

Sobre este uso da imaginação enquanto ferramenta para constituição da etnografia, Durand (2001) aponta que o imaginário é o alicerce fundante sobre o qual são construídas as concepções de homem, de mundo, de sociedade. As imagens estão presentes nas mais diferentes culturas, manifestas na mitologia, na literatura e na multiplicidade de expressões artísticas humanas. Deste modo, permitir que a questão de como a ação da imaginação (em especial a que é promovida pelo conteúdo imagético), poderia instigar as mais diferentes reações, tornou-se também um elemento estimulante no sentido do estabelecimento das relações com os interlocutores da pesquisa.

Ainda quanto ao uso da imagem, Scherer sugere que as motivações que delas emanam excedem apenas o interesse pela história local. A autora reforça uma abertura para novos questionamentos em que a interpretação da imagem estaria agregando diversos significados que englobam a fotografia enquanto objeto, o olhar de quem fotografou em conjunto com a narrativa que surge da interpretação desta imagem.

Nem a fotografia como artefato, nem a interpretação de seu objeto pelo espectador, nem a compreensão da intenção do fotógrafo podem fornecer isoladamente um significado holístico às imagens. É apenas olhando para os três como partes de um processo, de preferência em referência a grupos de imagens relacionadas, que se pode extrair das fotografias um significado sociocultural relevante (SCHERER, 1996, p.69).

Essa recordação da cena ocorrida permite emergir reflexões e juízos sobre o tempo presente, o que acredito que possibilite o acréscimo de uma perspectiva mais abrangente para pesquisa. Neste sentido, fui surpreendido nas primeiras experiências com meus interlocutores, quando surgia uma diversidade de narrativas construídas sobre um mesmo espaço compartilhado. Em um primeiro momento, pensar nas disparidades foi alarmante, mas conforme fui me apropriando dos temas teóricos referentes, pude perceber que estas contradições eram maneiras múltiplas de constituir o que eles compreendiam e imaginavam o espaço, e que isto se estabelecia nas formas com que se relacionavam, apropriavam-se e significavam o mesmo.

Incluir esta construção tornou-se essencial, pois conforme locomovia-me em companhia dos habitantes através destes espaços, a narrativa era simultaneamente construída, ressaltando a alteridade descrita na relação do “eu” com este “outro”. O ato e o fato de estar nos lugares indicados por eles, observando os símbolos que cercavam o cotidiano, permitia-me conhecer quem eram os atores que compunham a narrativa. Era a concretização da sugestão proposta por Gonçalves (2008), esta que desafia-nos a ter acesso a este “mundo do outro”, estabelecido pela palavra do outro, em um domínio que é enfatizado pelos olhos do outro.

2.4 Uma viagem entre coleções e constelações

A primeira etapa do processo de montagem deu-se através de uma longa observação das imagens produzidas no decorrer da pesquisa, ainda cruas e não tratadas. Permiti-me ser conduzido a perceber os elementos que prenderam o meu olhar durante o deslocamento em campo. Como destacado anteriormente, nenhum olhar é desproposital, os olhares revelam maneiras específicas de ver, maneiras de vida, as maneiras como eu enquanto etnógrafo observei, e fui conduzido a observar e alterar o olhar durante a “*flanerie*” junto aos meus interlocutores. Ao ver aquelas imagens espalhadas em pastas no computador, elas exerciam certo magnetismo, pois alguns temas eram claros, mesmo diante da diversidade imagética ali depositada.

Devos e Rocha (2009) sugerem que as imagens deveriam ser pensadas enquanto “filmes de memória”, ou seja, uma reflexão que abranja todo o período de

captação destas, até o processo de edição, onde a produção conta com certo distanciamento daquele momento em que ocorreu o encontro etnográfico. Seria a avaliação das maneiras de perceber e pensar o tempo, as formas culturais, refletindo sobre processos sociais, que só podem ser manifestos na riqueza de um conjunto de imagens. Portando ao analisa-las, me foi possível ter a percepção que foi descrita no capítulo dois desta dissertação, concretizada através dos trajetos que foram construídos nas imagens, e por meio das imagens.

“É na escuta atenta e na leitura detalhada das imagens produzidas que reside a maior ou menor capacidade do antropólogo “pensar por imagens” no sentido de produzir conhecimento através de imagens técnicas” (DEVOS e ROCHA, 2009 p.117).

Elas revelam o modo como minha perspectiva foi sendo transformada progressivamente, mostrando que na medida em que me deslocava em diferentes direções e olhares, a minha percepção sobre o bairro foi resinificada em acordo com o imaginário dos meus interlocutores e formas deles construir o espaço. Na pesquisa, as coleções etnográficas também alcançaram esta função multidirecional, revelando os diferentes olhares do pesquisador e seus interlocutores, e as transformações de ambos ocasionados pelo encontro etnográfico.

O fato de muitos dos interlocutores serem praticantes de alguma forma de religiosidade ou estarem envolvidos na liderança de núcleos de religião exemplifica a emergência de núcleos de sentido para constituir estas coleções. Eles me conduziram por seus espaços sagrados como forma de oferecer sentido às narrativas. Após o distanciamento do campo, percebi que esta experiência se destacou no trabalho de campo, manifestando-se na presença de muitos símbolos e espaços religiosos fotografados e registrados em vídeo.

A partir desta percepção surgiu a ideia da adoção de um recorte conceitual que visava conectar os personagens a determinados cenários, procurando ressaltar como se produziram estas imagens. Decidi então separar parte do acervo, montando núcleos que manifestavam a vida no cotidiano, o espaço sagrado, as performances e símbolos no e sobre o corpo. Procurei ressaltar a dramática expressa na cena, buscando enfatizar a condição em que foram produzidos os registros, dando destaque aos aspectos simbólicos enfatizados no momento da gravação. Também a ação do etnógrafo mediando a relação com o interlocutor, buscando suavizar a presença dos equipamentos, que também atuam (enquanto

atores não humanos) o encontro etnográfico, agenciando o transcorrer das narrativas.

Decidi por nomear a coleção de habitantes do Guaju, esta que trataria das narrativas dos moradores do bairro, que tiveram as suas experiências com o espaço em diferentes temporalidades. As narrativas gravitam em torno do que seja habitar um bairro ocupado, ser solidário, acompanhar as transformações urbanas, vivendo as diferentes religiosidades, formas de vida em grupo e, em síntese, “ser do guaju”. Dividi a primeira constelação levando em conta estes “filmes de memória” que foram reforçados por meio das narrativas que ressaltaram a solidariedade adjunta às práticas religiosas. Assim, vi por bem nomear esta constelação como *símbolos de coexistência e religiosidade*, priorizando o registro dos ícones religiosos com forte teor simbólico, bem como a presença dos interlocutores nos espaços sagrados.

Procurei manifestar através das imagens os símbolos de devoção da intimidade, elementos que ressaltassem as práticas de transcendência, a experiência individual e a percepção do outro dentro de uma perspectiva do coletivo. As imagens representam justamente esta relação que é estabelecida dentro do espaço urbano, no caso desta constelação, ela aponta pra constituição do “ethos” com o olhar direcionado para as expressões de fé dos habitantes. São as memórias do passado, como significam esta relação religiosa em uma perspectiva de espaço compartilhado com outras crenças, o ser solidário, como entendem o presente e como as diferentes crenças atuam no mesmo espaço produzindo sentidos. Esta constelação integra imagens de distintas cruzes, atabaques, guias, recantos de devoção, santos, orixás, sacerdotes, espaços sagrados, performances, referências a antepassados, personagens religiosos, vida no bairro e a devoção fluindo em diferentes direções e guiando significados construídos no imaginário destes habitantes.



Figura 10 – Algumas fotografias que compõe a constelação dos símbolos de coexistência e religiosidade - Fonte: do autor

Através da observação das imagens, percebemos a duração das diferentes formas captando o nosso olhar, chamando a atenção para os modos que revelam como os habitantes manifestam e imaginam a experiência religiosa no bairro. São imagens gravitando em torno destas “constelações”. Conforme Durand (2001) as formas de sociação são orientadas segundo estas constelações, acompanhando os núcleos que organizam os sentidos, em uma configuração simbólica que aclara muitas das questões postas ao antropólogo. São “protocolos normativos” que distinguem estas representações do imaginário, se agrupando como que atraídos pelos esquemas originais, que podem ser reconhecidos como estruturas apresentando a sua dinâmica. Assim como destacado por Devos e Rocha, (2009) meu desafio foi perceber as narrativas assumindo a forma de coleções, manifestando uma vasta constelação de símbolos sobre a sociedade. O que busquei por meio desta constelação foi alcançar uma maneira de fazer as “narrativas orais expressarem os figurinos do imaginário”. (DEVOS e ROCHA, 2009 p.119).

A segunda parte da coleção refere-se às questões estéticas e emocionais encontradas neste espaço urbano, bem como, às rotinas e trajetos dos habitantes do bairro. Procurei destacar tais elementos na seleção de imagens e recortes videográficos. A esta constelação refiro-me enquanto *Os caminhos da memória*, na qual destaquei o olhar voltado para as habitações, os espaços de relevância nas narrativas, a maneira como os moradores se apropriaram e personalizaram o que consideram como seu. É o caminhar na rua, os trajetos construídos, as praças e espaços de socialização e a Avenida 17 de abril, além dos trajetos estabelecidos pelos interlocutores, onde oferecem sentido para aquilo que consideram público e não público. Esta constelação fala das percepções sobre habitar, caminhar, reconhecer o outro, recordar, evocar as memórias e símbolos do passado, imaginar o presente e o futuro. Nesta constelação encontramos fotos de prédios, associações, praças, espaços considerados públicos pelos moradores, fotos do trânsito na Avenida 17 de abril, o interior dos prédios, os espaços de socialização, os corredores verdes, as residências dos interlocutores, as modificações nas estruturas ocupadas, as associações e comércio intenso no bairro.

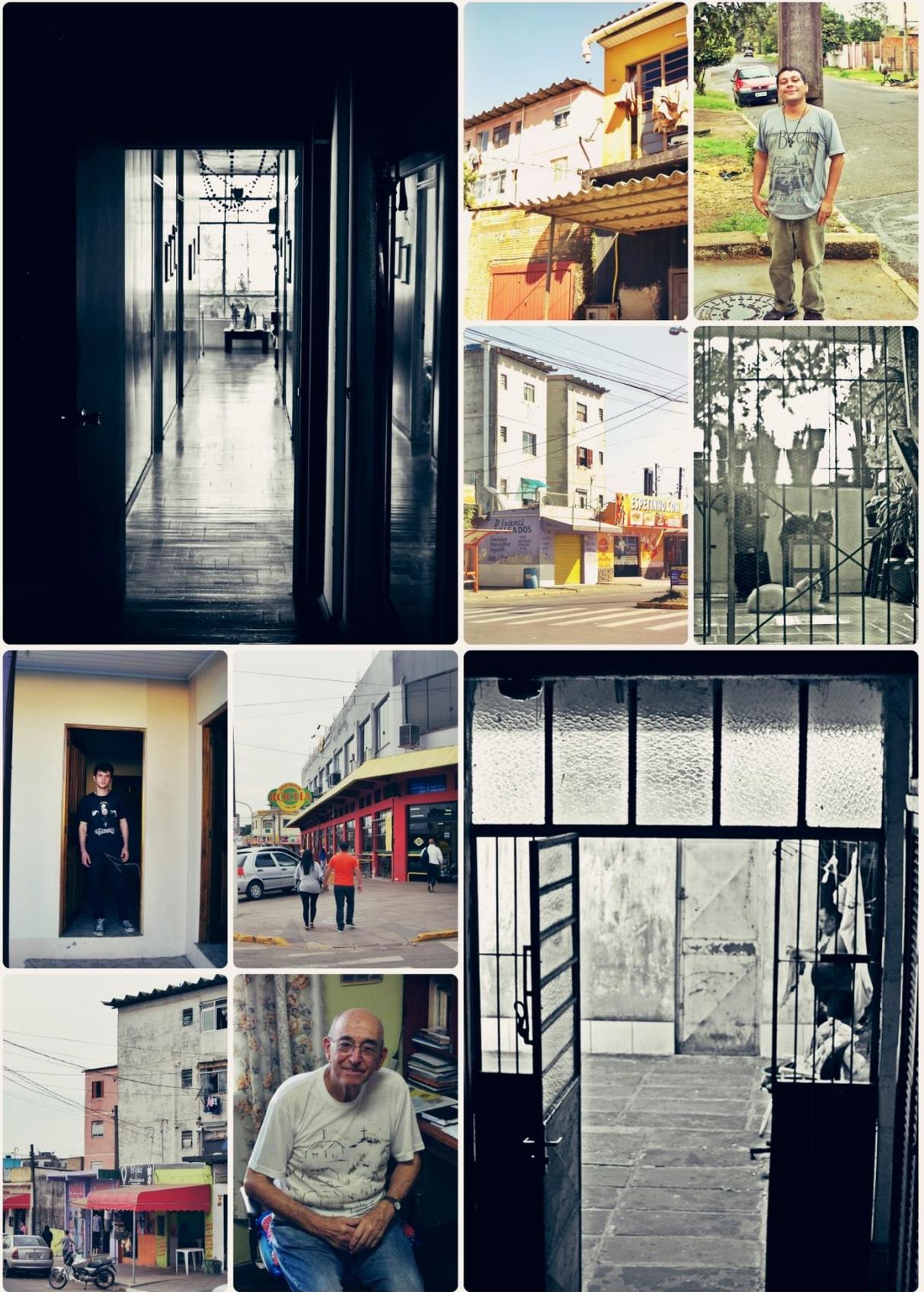


Figura 11 – Algumas fotografias que compõe a constelação *Os caminhos da memória* – Fonte: do autor

Assim, apresentando estes “enquadramentos da memória” destaco os caminhos que elegi, demonstrando como agrupei as narrativas na forma de coleções etnográficas, buscando com isso a concordância com a “dinâmica da matéria das lembranças” (DEVOS e ROCHA, 2009 p.118).

Foi na proposta de pensar uma imagem que pertencia a estes meus “outros”, que busquei refazer os diferentes trajetos em uma perspectiva audiovisual. Assim como destacado pelos autores que nortearam minha proposta, pensar na sugestão da montagem de uma coleção etnográfica foi também constituir um caminho em duas vias, sabendo que ao mesmo tempo em que montava um acervo a fim de compor a dissertação e o filme etnográfico, também os constituía como forma de restituição aos que foram alvo de minha análise. Cumpri por este meio, um dos principais propósitos desta pesquisa: a produção de conhecimento compartilhada e restituída a estes habitantes, enquanto um dos fatores fundamentais neste processo.

2.5 Copresença em comunidades virtuais e weblogs

Diante desta diversidade, e ponderando sobre o fato de nossa cultura, cada vez mais, ser permeada pelo midiático, a internet acaba por assumir uma importância no desenvolvimento de relações do cotidiano nas cidades. Por vezes ela define diferentes níveis de interações sociais e emocionais, sendo que este fato de hoje tem despertado grande interesse por parte daqueles que desenvolvem pesquisas dentro da perspectiva de uma etnografia com um enfoque virtual. Neste sentido, destaco a importância de refletirmos sobre as possibilidades de perceber que estes habitantes da cidade estão ocupando espaços urbanos e também virtuais. Entender que estas mídias fazem parte do cotidiano destes interlocutores, nos permite uma apropriação de novos instrumentos de investigação e métodos analíticos que se moldem a esta realidade, adequados para gerir os dados que foram coletados.

Embora grande parte de minha etnografia tenha se desenvolvido em trabalhos de campo, coletando narrativas e me deslocando pelo espaço, encontrei meios de alcançar meus interlocutores mesmo não estando presente no bairro. Seguindo as sugestões de Hime (2000), procurei desenvolver ferramentas que

criassem uma perspectiva de copresença, através dos quais os meus interlocutores encontrassem acesso direto a minha pessoa, e reciprocamente eu a deles.

Christine Hine (2000) proporciona um longo debate sobre o encontro entre a etnografia tradicional e a virtual, demonstrando possibilidades e destacando os trabalhos de pesquisadores em diversos países que se utilizam deste recurso na constituição de suas pesquisas. Nesta perspectiva, a autora incentiva um encontro entre ambas as etnografias, agregando as práticas etnográficas do “analisar/interpretar/observar” e operando estas nos distintos âmbitos tradicional/virtual.

Em vez de se constituir em uma ameaça para as relações sociais, poderia se dizer que a internet aumenta as possibilidades de reestruturação em termos tempo-espaciais, apesar de operar como uma extensão das preocupações modernas por controle social [...] A etnografia nesta ordem de fatos pode servir para que se alcance um sentido enriquecido dos diversos significados que estão adquirindo estas tecnologias nas culturas que as comportam [...] (HINE, 2000, p.15-7)

Segundo a autora, o etnógrafo deveria considerar que não é um *voyeur* destituído de qualquer obrigação ou interferência, mas deve, ao contrário, assumir a condição de participante, passando a compartilhar das preocupações, problemas, tensões, emoções e obrigações em relação aos seus interlocutores. Castells (1999) destaca o quanto é fundamental estarmos atentos a estas questões tecnológicas, e as formas de organização social provenientes das mesmas. O autor afirma que a informação, em seu sentido mais amplo, foi essencial na comunicação de conhecimentos na história, tornando-se um elemento crucial em todas as sociedades. Assim o autor destaca que:

Ao contrário, o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.” (CASTELLS, 1999, p.64-65).

No texto “*Ética de campo: el desarrollo de una ética situada para la investigación etnográfica de internet*”, Estalella & Ardèvol (2007) abordam alguns dos pontos importantes sobre estes novos caminhos possíveis no que tange à utilização do recurso de uma etnografia virtual como método e metodologia, em aspectos que envolvam o trabalho do pesquisador em campo, abrangendo este mundo virtual até suas interações no mundo físico. Os autores indicam uma diversidade de possibilidades para uma reflexão sobre a utilização de ferramentas

nas práticas etnográficas. Como exemplo, destacam o poder das mídias sociais e indicam a constituição de um *blog*, este que na sua dupla condição de instrumento, além de obtenção de dados, promoveria meios de estabelecer relações em campo.

Tras esta estrategia de reciprocidad que subyace en la elaboración de un "blog de campo", subyace la idea de que el investigador no sólo debe tomar, sino que también está obligado a dar, que no sólo debe interpelar, sino que debe exponerse a ser interpelado por los otros. Se trata de buscar no solo una simetría en cuanto a la experiencia, sino una condición de mutualidad entre el investigador y los investigados, mutualidad que [...] "además de ayudar al etnógrafo a interpretar mejor sus datos, crear y favorecer la mutualidad entre el investigador y sus respondientes puede anunciar la aparición del etnógrafo en el campo". La mutualidad ha sido una forma de realización concreta de la propuesta ética dialógica que hemos asumido. (ESTALELLA & ARDEVOL, 2007, p.21).

Assumindo esta lógica, propus a indicação da constituição de uma página no *Facebook* e um *blog* na internet, como forma de destacar a minha presença enquanto pesquisador em campo. Esta apresentação no ambiente virtual pode ser articulada através destes diferentes recursos. Refletindo sobre os muitos estudos que hoje indicam os usos de páginas, *sites*, *blogs*, *Youtube*, como apoio no sentido de elucidar e desenvolver a pesquisa, comecei a interagir virtualmente com os interlocutores. Neste sentido percebi, como destacado por Estalella & Ardèvol (2007), a constituição de uma copresença através do ambiente virtual, que me permitiu usar dos mesmos dispositivos e praticas daqueles que são alvo de meu estudo. Neste sentido tornou-se relevante a compreensão da interação, agregada à reflexão etnográfica sobre estes fenômenos. O antropólogo Daniel Miller (2015) autor de *Tales from Facebook (2011)*, *Digital Anthropology (2012)*, destaca a importância de uma Antropologia Digital para a compreensão da atual sociedade. Também oferecendo ênfase neste sentido Machado (2015) destaca sobre o *Facebook* que:

Por outro lado, há também diferenças entre nossos estudos em relação aos estudos antropológicos tradicionais. Uma das mais importantes é ideológica. Na Antropologia, frequentemente encontramos pesquisas onde há a romantização do "outro", passando a vê-lo, assim como a suas sociedades, como mais autênticas, como comunidades, enquanto que há a caracterização de sociedades como aquela em que vivo como uma perda. Então o mundo online é visto como virtual, e o amigo do *Facebook* não é visto como um amigo de verdade. Para mim é muito importante que a Antropologia trate todas as sociedades como iguais. Para mim, Londres é tão autêntica quanto a Amazônia, e seus relacionamentos sociais tão significativos quanto. Fazer coisas online é parte e parcela do dia a dia. Nós não consideramos uma ligação telefônica como "virtual" só porque acontece por telefone. Em segundo lugar, os estudos tradicionais são frequentemente fixados em uma população particular e local. (MACHADO, 2015, p.2)

Aline Soares Lima (2010) enfatiza que as comunidades virtuais eletrônicas são associações que circulam em torno de interesses comuns, independentemente das fronteiras ou territórios fixos. Nessa perspectiva, entendi que o ciberespaço é um território simbólico produtor de vínculos sociais, um ambiente para trocas de informações, textos, imagens, experiências, mas principalmente um meio de contato e relacionamento social. A autora destaca o caráter agregador que possui o ciberespaço, avaliando que na cibercultura os usuários possuem autonomia e navegam na rede buscando temas que são de seus interesses. Ali escolhem o que querem ver, ler, ouvir, buscando assuntos que desejam ter informação. O grande ponto forte do espaço virtual está no fato de que os usuários que definem os caminhos para a informação e entretenimento, muitas vezes se congregando a outros usuários na rede, principalmente por afinidades.

Assim escolhi o espaço virtual como caminho para materializar esta perspectiva, recorrendo ao uso de ferramentas propostas através do “ciberespaço”. Foi pensando neste aspecto, que reconheci que em minha etnografia era de suma importância compreender que esta dimensão também é constituinte das sociedades complexas. Assim ao me propor a experiência de criar caminhos virtuais de comunicação, reconheci o valor deste processo de interação e socialização entre diferentes grupos, especialmente por conter grande mobilidade material e simbólica.

Segundo Kozinets (2014) as experiências sociais *online* em muito se diferenciam das experiências sociais que contam com a presença física do indivíduo. Assim faz-se necessário que o pesquisador entenda um pouco da cultura das comunidades *online*, para ter um mínimo de sucesso na forma com que pretende utilizar os métodos específicos durante o planejamento de sua etnografia. Assim, procurei constituir minha proposta de blog etnográfico, beneficiando-me de certa experiência obtida há alguns anos atrás⁴, estabelecendo com isso uma referência virtual para os interlocutores e interessados. Maria Elisa Máximo destaca que:

Os blogs surgem na Internet como modalidades de publicação “on-line” baseadas num desdobramento dos “sites pessoais”. Disseminam-se a partir de serviços e ferramentas especializadas que não só facilitam a publicação, quanto aos conhecimentos e habilidades necessárias para a edição e atualização de um site, como também consolidam um modelo a partir do qual se define tecnicamente o que é um blog: uma sucessão de entradas datadas, chamadas de “posts”, organizadas em ordem cronológica inversa (das mais recentes para as mais antigas) e munidas de espaços para a inserção de comentários dos leitores (MÁXIMO, 2007, p.27).

⁴ Mantive a experiência de um blog que alcançou cerca de duzentos mil acessos, e também tendo gerenciado quatro blogs em pesquisas acadêmicas anos anteriores

Assim, sabia que a proposta de inclusão de um blog na etnografia seria bastante audaciosa, levando o projeto a outros patamares, no sentido de alcance de um público bastante variado, mas também no sentido de mediar a minha relação à distância com os interlocutores, promovendo a reciprocidade e possibilitando novas formas de ampliar minha observação e presença em campo. Como descrito por Máximo (2007) a dinâmica de reciprocidade que é produzida nos blogs pode ser explicada por meio da perspectiva da dádiva, em termos indicados por Mauss (1974), podendo nos lembrar do lugar da dádiva dentro das sociedades complexas. Devemos considerar as formas características manifestadas através dos blogs, nos quais, por meio dos relacionamentos estabelecidos, ocorrem trocas, pondo as experiências em circulação, mantendo uma constante presença no circuito, dividindo audiências, avaliando papéis e arranjos.

Propus-me a criar o blog utilizando-me da plataforma *blogspot* que pertence ao Google. Ela é gratuita e permite a fácil edição dos *templates* do blog, além de facilitar nas consultas através do buscador da mesma empresa. Ciente da força das mídias sociais na atualidade, adotei como estratégia criar uma conciliação incorporando o blog a diferentes mídias sociais, permitindo uma circulação de informações que convergissem em direção ao blog e assim, mutuamente. As mídias que utilizei foram o Twitter, uma página no Facebook e um canal no Youtube.

A minha ideia era utilizar o blog na plataforma Blogspot, enquanto um ponto fixo muito semelhante à proposta de um site, mas com a vantagem de propor certa interação através de postagens. Pretendia fixar esta referência, apresentando o projeto de maneira formal. Decidi controlar as publicações mantendo sempre um padrão que indicasse a concretização dos processos. Esta movimentação das informações parciais sobre o desenvolvimento e andamento da pesquisa, eu centralizei por meio de mídias sociais como o Facebook e Twitter. Já no canal do Youtube, divulguei diferentes trechos recortados das entrevistas como forma de restituir os dados aos interlocutores e promover interesse por parte de outros interessados. Todos estes recursos foram utilizados no intuito prioritário de estabelecer acessos aos meus interlocutores, e como consequência divulgar a realização da etnografia. Máximo (2007) referindo-se a Roberto Cardoso de Oliveira (1993), em sua análise sobre os usos dos blogs, enfatiza que:

[...] é somente despertando algum sentido no contexto de um universo compartilhado, de uma área de interseção entre o “mundo do pesquisador”

e o “mundo dos pesquisados”, que os conteúdos culturais nativos podem ser transformados em dado pelo antropólogo (MÁXIMO, 2007, p.27).

O espaço virtual é habitualmente acessado por meus interlocutores, e o fato de eu estar me posicionando também nestes espaços, além de prover credibilidade à pesquisa, me proporcionava à proximidade necessária para observar, e também ser observado por eles. Por meio das mídias sociais, promovi com meus interlocutores uma dialogia constante ao divulgar pequenos recortes e notas de dados e registros visuais obtidos em campo. Já no Youtube centralizei a divulgação das entrevistas, igualmente atrelando-as a referências ao blog e mídias sociais. O intuito foi permitir certa circulação do *corpus* empírico no transcorrer no processo de pesquisa, servindo-me das mídias sociais, particularmente do blog, enquanto ponto central da proposta etnográfica. Minha ideia com isso era fazer com que todos os canais de divulgação sempre convergissem para o blog, que de certa maneira indicava um grau de importância maior.

Assim, conforme fui congregando outras ferramentas adjacentes, estabeleci uma expectativa de desenvolvimento processual para o blog que culminasse na conclusão da pesquisa. Enquanto um espaço de divulgação da etnografia e do documentário disponibilizou links de downloads dos materiais produzidos no decorrer do projeto, na expectativa de que se torne uma referência para os habitantes do bairro. O *design* proposto integra menus que conduzem a outras regiões do próprio blog, onde foram postos links com informações sobre o projeto, alguns materiais produzidos, bibliografias, contato, etc. Esta interatividade visou promover uma dinâmica que instigasse o expectador a sempre buscar descobrir mais informações sobre a etnografia.

Para perceber a efetividade da proposta dialógica, pude acompanhar as opiniões de algumas pessoas que participaram da pesquisa. Percebi uma aceitação muito positiva a respeito do blog e das mídias sociais, sendo que esta sensação foi bem assimilada pelos interlocutores, demonstrando compreenderem as diferentes funções propostas. Eles conseguiram perceber que no blog encontrariam os resultados finais e amadurecidos do andamento da pesquisa, e também acompanhavam as mídias sociais e o canal no Youtube para estarem a par do constante desenvolvimento do trabalho. Assim, o Facebook e o Twitter tornaram-se meios instantâneos de acompanharem o desenvolvimento do projeto, assim como de se comunicar com o pesquisador, opinando e fazendo perguntas sobre os

andamentos, resultados e perspectivas de finalização da pesquisa. Para mim também foi muito positivo o uso das mídias sociais, pois a maioria dos contatos que realizei após as entrevistas e o trabalho de campo, ocorreram por meio destas mídias.

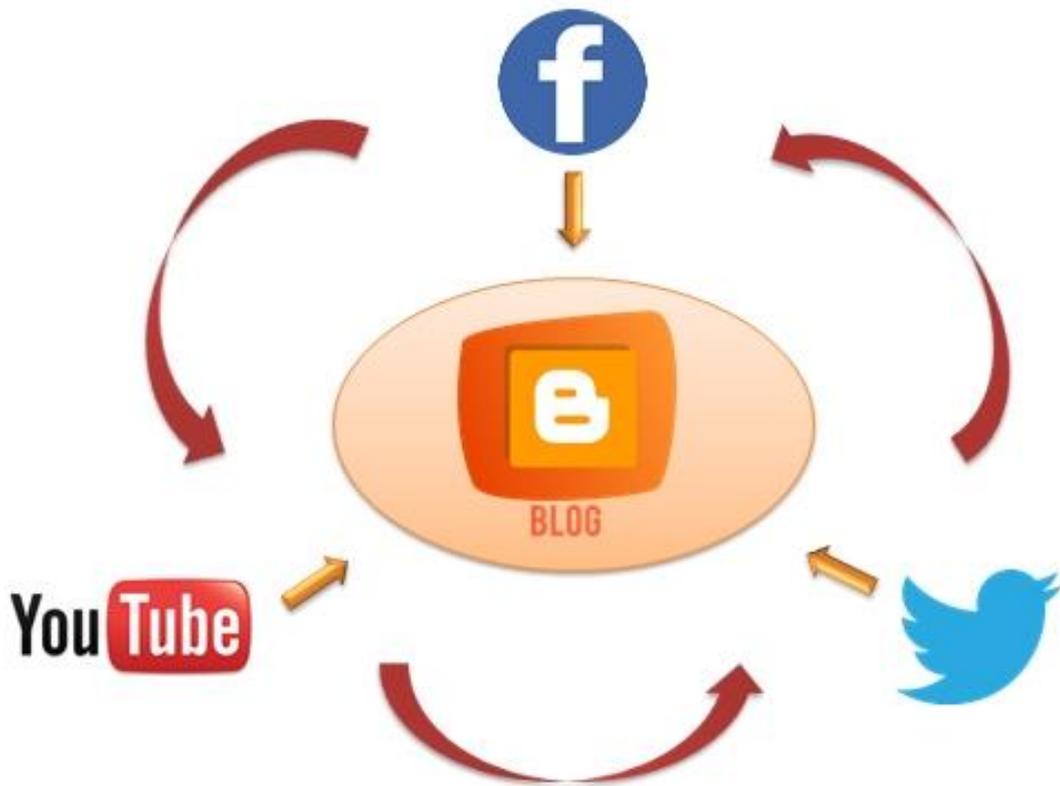


Figura 12 – Esquema do Blog – Fonte: do autor

Para perceber a efetividade da proposta dialógica, pude acompanhar as opiniões de algumas pessoas que participaram da pesquisa. Percebi uma aceitação muito positiva a respeito do blog e das mídias sociais, sendo que esta sensação foi bem assimilada pelos interlocutores, demonstrando compreenderem as diferentes funções propostas. Eles conseguiram perceber que no blog encontrariam os resultados finais e amadurecidos do andamento da pesquisa, e também acompanhavam as mídias sociais e o canal no Youtube para estarem a par do constante desenvolvimento do trabalho. Assim, o Facebook e o Twitter tornaram-se meios instantâneos de acompanharem o desenvolvimento do projeto, assim como de se comunicar com o pesquisador, opinando e fazendo perguntas sobre os andamentos, resultados e perspectivas de finalização da pesquisa. Para mim também foi muito positivo o uso das mídias sociais, pois a maioria dos contatos que realizei após as entrevistas e o trabalho de campo, ocorreram por meio destas mídias.

É importante ressaltar que no caso da estratégia desenvolvida aqui, a ampliação destes aspectos agregados à etnografia não indica uma diferença pontual entre o cyber espaço e os outros contextos, mas a criação de uma possível via de comunicação e restituição com aqueles que são o alvo da pesquisa. No caso de minha atuação no cyber espaço, destaco que ela não visa retratar uma realidade, mas produzir uma forma de associação. A possibilidade de acessar estes recursos me permitiu capturar os efeitos dos eventos, sem me afastar de cena. Neste sentido com o uso das mídias sociais e blog, me tornei parte dos efeitos produzidos por meio da presença em campo. Para Dorneles (2004), a vivência do indivíduo no ciberespaço possui uma dramática que é tão emotiva e complexa quanto na interação face-a-face, sendo que este perfil de interação face-a-face também se encontra no centro dos desejos dos internautas. Entender tal elemento é de suma importância para os antropólogos na atualidade, pois por meio destes recursos que são livremente disponibilizados e massivamente acessados, podemos ter diferentes percepções sobre aqueles que são alvo de nossas pesquisas. Esta condição “*On line* ou *Off Line*” faz parte do cotidiano de nossos interlocutores, e acompanhar esta tendência é estar ciente que novas formas de sociação estão constantemente sendo produzidas.

Se existe na representação simbólica dos internautas uma aproximação entre modos on e off-line de vivência, e uma busca, via Internet, do encontro pessoal (compartilhando territórios da cidade), então alguma coisa ocorre diferentemente do até então pregado por alguns pesquisadores do tema (DORNELES, 2004, p.)

Assim, nesta perspectiva pude perceber diferentes nuances de minha relação em campo, por meio deste acesso às mídias sociais e blog. Além de permitir saciar o desejo por informação que emergia por parte dos habitantes do Guaju, também pude estabelecer conexões que transcenderam o espaço de pesquisa. Pessoas de diferentes partes do Brasil, e ainda de países como Uruguai, Colômbia, México, Inglaterra, manifestaram-se direta e indiretamente, estabelecendo alguma forma de contato ou relacionamento: seja intervindo nas informações, divulgando os textos do blog e mídias sociais, seja opinando ou procurando aproximarem-se, no intuito de também participarem da iniciativa de alguma maneira.

Esta é uma das grandes vantagens dos usos das mídias sociais, permitem ultrapassar fronteiras a título da comunicação e relacionamentos.

INÍCIO CONTATO

Search

Bairro Guajuviras
PROJETO ETNOGRÁFICO

INÍCIO PESQUISA » VISUAL » DOWNLOAD » AMIGOS » CONTATO

U REA
REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA
XIU ABANNE
REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE

O Bairro Guajuviras no REA ABANNE em Maceió/AL
O projeto etnográfico do Bairro Guajuviras Esteve presente no evento da Reunião Equatorial de Antropologia Rea/Abanne, que ocorreu no mês de julho

O filme etnográfico esta chegando!
12:12 | ETNOGRAFIA GUAJUVIRAS | NO COMMENTS

A proposta de um filme etnográfico é diferente das narrativas de ficção ou documentários antropológicos. O Filme etnográfico ou o cinema etnográfico poderia ser entendido em seu sentido mais amplo, abrangendo uma multiplicidade na utilização da imagem animada, aplicando isso ao estudo do Homem em sua dimensão social e cultural. No caso do Habitantes do Guaju, ele é resultado...

Follow Us on Twitter

Be Our Fan on Facebook

Popular Tags Blog Archives

Projeto Etnográfico Bairro Guajuviras

Parabéns. Parabéns.

Ricardo: O projeto é muito importante para entender o dia-a-dia, os contextos, os hábitos e as interações que se desenrolam na comunidade e que geralmente não são avistadas pelo poder público.

Figura 13 – Blog – Fonte: <http://etnoguajuviras.blogspot.com.br/> Acesso 27/04/16

Projeto Etnográfico Bairro Guajuviras

Amanda Página inicial 20+

Bairro Guajuviras
PROJETO ETNOGRÁFICO

Projeto Etnográfico Bairro Guajuviras Comunidade

Linha do Tempo Sobre Fotos Curtidas Vídeos

Procurar por publicações nesta Página

283 pessoas curtiram isso
Tiago Viegas Costa e outros 65 amigos

Convidar amigos para curtir esta Página

SOBRE

Esta pesquisa trata de uma análise da narrativa biográfica e trajetória social no estudo das memórias produzidas no cotidiano dos habitantes do Bairro.

<http://etnoguajuviras.blogspot.com.br/>

FOTOS

Status Foto/vídeo

Escreva algo nesta Página...

Projeto Etnográfico Bairro Guajuviras compartilhou a própria publicação.
17 de abril às 17:04

GUAJUVIRAS 29 ANOS DE HISTÓRIA!

Flash dedicado
eduk.com.br/curso-fotografia
Aprenda a utilizar o flash e desenvolva ainda mais seus cliques. Reserve seu lugar!

RELA EVOLUÇÃO E DA OBRA
Massa DunDun
Sim, ela é a beleza e a evolução da argamassa convencional na sua obra! ;)
Confira mais at...

155 5 14

Figura 14 – Facebook – Fonte: <https://www.facebook.com/etnografiaguajuviras> Acesso 27/04/16



Figura 15 – Twitter – Fonte: <https://twitter.com/EtnoGuajuviras> Acesso 27/04/16

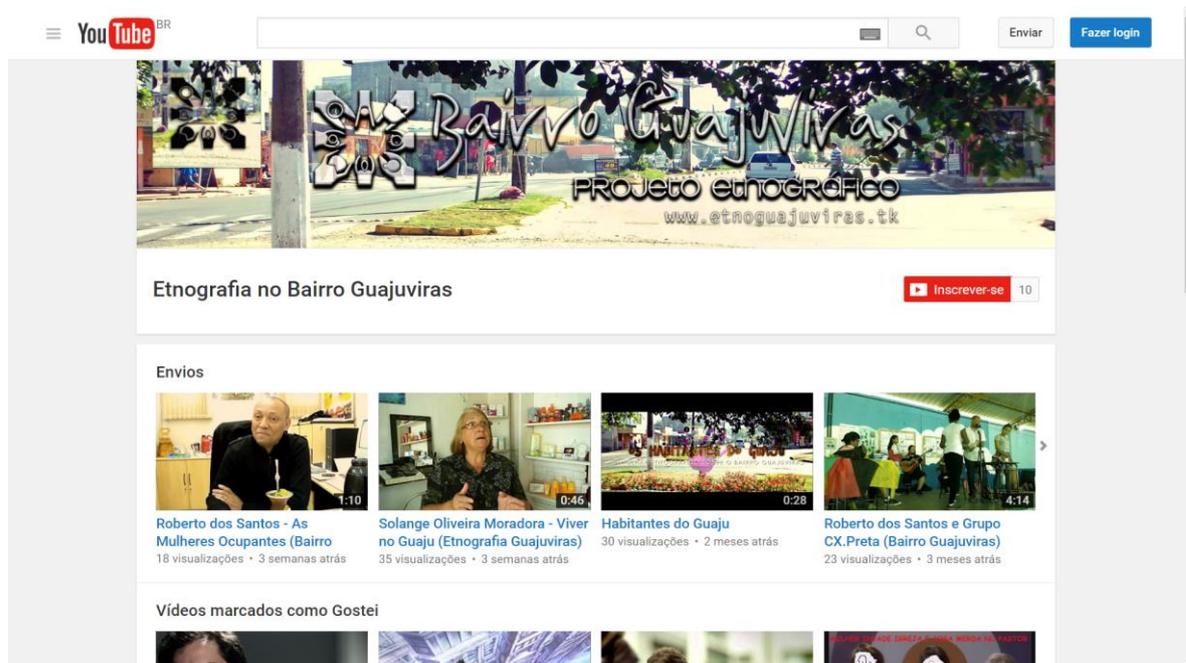


Figura 16 – YouTube – Fonte: <https://www.youtube.com/user/memoriaguajuviras> Acesso 27/04/16

Esta utilização do blog junto à realização do trabalho de campo mostrou-se uma experiência exitosa, que além de oferecer dimensões importantes para análise, também permitiu a consolidação da etnografia admitindo a criação de meios de restituição e partilha junto àqueles que foram alvo deste trabalho.

Reforçando este aspecto da reciprocidade – *mutualidad* conforme descrito por Estalella & Ardèvol (2007) – com meus interlocutores, disponibilizei na web parte do material obtido em campo, como trechos de vídeos gravados, imagens fotográficas,

partes de relatos sonoros, trechos dos diários de campo, para que pudessem intervir, sobre os propósitos, a constituição, o andamento e os rumo da pesquisa. Uma restituição que não se limitou à etapa posterior da conclusão da mesma, mas é entendida como parte integrante do processo e fundamento da constituição da pesquisa. Este fato causou as mais diversas reações, sendo que não encontrei rejeição, mas, ao contrario, aprovação e entusiasmo por parte de meus interlocutores.

Oliveira (2010) destaca que o tema relativo à ética é pouco discutido no decorrer dos cursos de graduação e pós-graduação, sendo que, por vezes, o pesquisador só vai se deparar com estas questões durante o processo de pesquisa em campo. Ele alerta para o perigo referente à falta de reflexão e preparo tornar-se um obstáculo que pode comprometer todo o processo de desenvolvimento do trabalho, em especial no arrolamento com outros indivíduos. O autor aponta como essenciais três responsabilidades éticas que devem ser observadas no desenvolvimento da pesquisa antropológica. O primeiro ponto seria o compromisso com a verdade junto com a produção de conhecimento, em concordância aos critérios de validação, que são compartilhados na comunidade de pesquisadores. O segundo, seria a importância de um acordo com a sociedade, e, em especial o terceiro: cuidado e compromisso com aqueles que são os sujeitos da pesquisa.

O permitir que meus interlocutores obtivessem acesso às informações produzidas, tinha como intenção ressaltar a importância de questionar as consequências e implicações éticas de minha produção etnográfica. Era também me perguntar como esta afetaria a minha relação com os habitantes do bairro. Portanto procurei enfatizar este perfil ético, algo que priorizei além da obtenção do termo de consentimento escrito, mas que denotasse meu envolvimento na pesquisa antropológica em um nível de consciência e reflexão sobre as consequências da etnografia. Desde o princípio tive ciência de que permitir esta liberdade aos sujeitos, era também consentir que muitas das minhas ações fossem moldadas de acordo com o que seria adequado diante do grupo ao qual eu fazia parte.

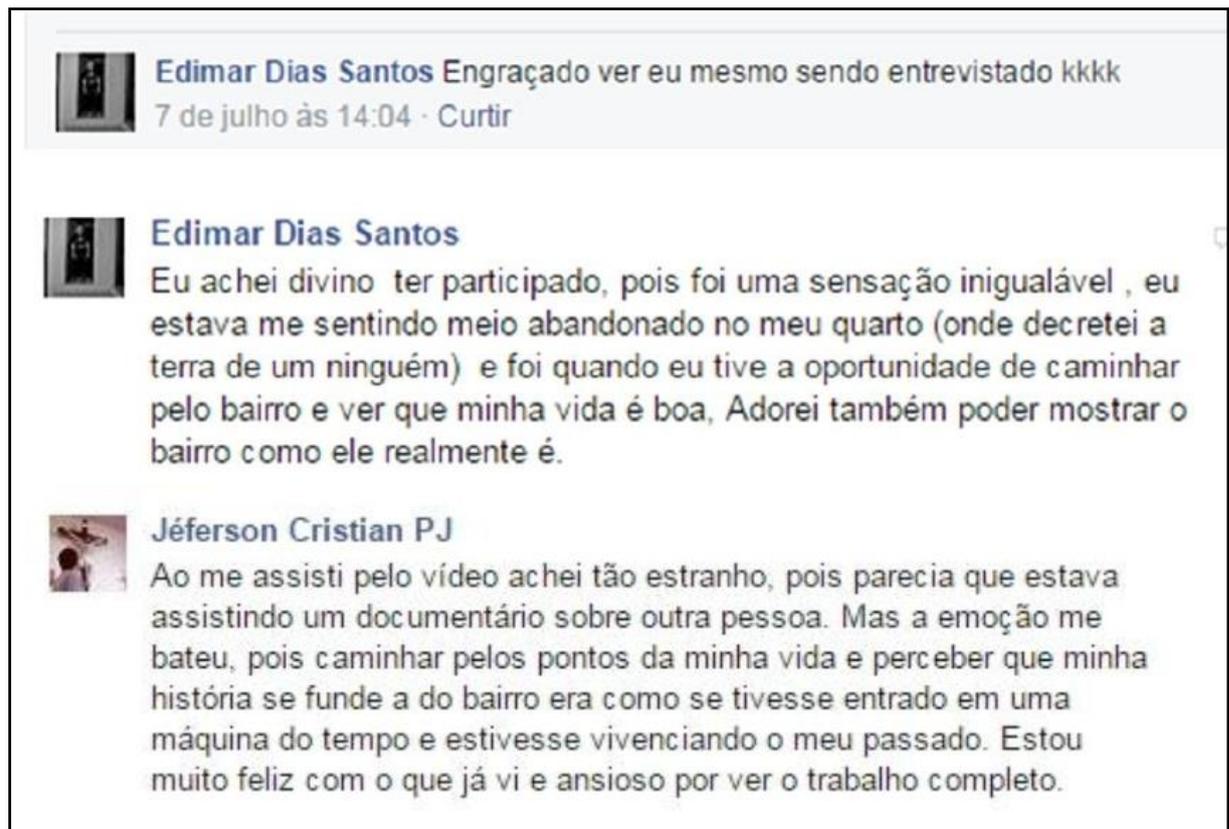


Figura 17 - Imagem retirada de mídia social⁵ - Fonte: do autor

Para alguns, as imagens causaram certa estranheza, em outros, despertou um sentimento de engajamento, pertencimento e identificação. Mas em especial destacou-se uma reflexão dos habitantes do bairro em relação à própria auto representação. Como sugerido por Gonçalves & Head (2009), o fato de permitir que estes interlocutores encontrassem a possibilidade de se observar através dos resultados obtidos nas entrevistas, era meio de dar potência a um modo legítimo de apresentarem e representarem uma auto imagem como reproduções complexamente negociadas e subjetivamente constituídas, que desvelariam muito de seus pontos de vista particulares, e a forma como imaginavam e interpretavam o mundo.

Assim, o conceito de auto representação se torna particularmente pertinente quando estas formas mais ou menos implícitas de se representar tornam-se, elas mesmas, alvos de encenação, interpretação, reinvenção ou outros modos de representação mais explícita, agenciada por estas mesmas pessoas (GONÇALVES & HEAD, 2009, p.19).

Ao valorizarmos a força que se constitui através desta auto representação, admitimos que estes “outros” se apresentem em sua individualidade como seres

⁵ Eu poderia ter transcrito as falas, mas deixei propositalmente a imagem retirada da mídia social para destacar a importância do seu uso a favor da etnografia.

biográficos. Na movimentação de imagens, os sujeitos tornam-se o centro desta construção de narrativas, reunindo, de forma híbrida, elementos poéticos e biográficos, constituindo personagens, em uma representação elaborada de maneira subjetiva. Possibilitar para os interlocutores a oportunidade de se interpretarem através dos dados da pesquisa, reforça suas histórias etnográficas, que assumem um caráter documental e ficcional, simultaneamente. Neste sentido, evidencia-se a tensão entre biografia e etnografia, fato que pode resultar em variadas maneiras de representar esta alteridade, possibilitando para pesquisa o acréscimo desta multiforme representação dos sujeitos.

2.6 A proposta de documentário

Partindo dos extratos das narrativas e fotografias produzidas no decorrer do trabalho de campo, organizei registro fílmico para a realização de um documentário . As memórias do passado e o presente dos habitantes do Bairro, que dialogam em diferentes temporalidades sobre o mesmo espaço compartilhado constituem o centro da narrativa fílmica. Proponho uma viagem através dos olhares do antropólogo e seus interlocutores, juntos com o expectador que também interage, acessando eventos do encontro etnográfico. Neste ponto é onde somos convidados a conhecer este bairro na cidade de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul. Ocupado nos termos da ditadura militar brasileira, o Guajuviras, segundo os protagonistas do documentário, conta com um importante histórico de conquista social na luta por moradia. O Bairro também porta contradições, um espaço cercado por enigmas e estigmas, que circulam através dos relatos e do imaginário de seus habitantes (de dentro e de perto), assim como dos de moradores de outras regiões da cidade (de fora e de longe). Referenciado pela mídia enquanto a Bagdá Gaúcha, tornou-se um dos primeiros territórios alvo de projetos de pacificação produzidos pelo Estado no Brasil.

Seguindo algumas sugestões de Pinheiro e Moura (2012) sobre a montagem de documentário, proponho através do material etnográfico expressar um pouco deste *ethos* do Guaju, que desponta por meio de expressões marcadas por representações e expectativas sobre o espaço em que habitam. Também considero o documentário enquanto um gênero cinematográfico caracterizado pela obrigação

com a exploração das experiências, mas que não expressa à realidade “tal como ela é”, de modo essencialista. Tal como o filme de ficção, o filme documentário se constitui numa realidade em si própria, é construído de modo autoral, relativo aos pontos de vista, enquadramentos e posicionamentos teóricos adotados pelo realizador e depende de um investimento criativo e intersubjetivo da experiência etnográfica.

Unido de modo complementar ao filme documentário o texto da etnografia manifesta e ressalta aspectos contidos no processo de produção do filme, demonstrando como as imagens foram articuladas, revelando a atuação dos interlocutores, explicitando a captura de suas falas, também os silêncios, bem como o registro e a edição das cenas, sons e depoimentos. Trata-se de problematizar a responsabilidade ética e formal na representação da alteridade, através de escolhas sobre o modo de abordar, as técnicas, as intenções e as estratégias que tiveram como intuito uma aproximação deste “outro”, sua cosmovisão e suas representações. Assim como destacado por Pinheiro e Moura, “Sabemos que o filme não imita o real, mas representa uma experiência humana, a partir da inscrição de nosso olhar, marcado por posturas teóricas e metodológicas” (PINHEIRO E MOURA, 2012, p.15).

Seguindo a sugestão de Devos e Rocha (2008), para enfrentar o desafio de propor uma narrativa do tempo por meio das imagens móveis na produção de um documentário etnográfico, busquei apoiar-me nas formas expressivas manifestas em um conjunto de conceitos que provém da antropologia urbana visual, também recorrendo aos “recursos estilísticos da linguagem cinematográfica e literária.” (DEVOS E ROCHA, 2009, p.5).

Assim meu desafio por meio do documentário foi de “mimetizar” a experiência etnográfica, captando estes gestos e formas do outro, visando atingir proximidade na compreensão do investigado. Busquei estar atento a esta perspectiva da poética apontada também por Bachelard (1998) e Durand (2001), percebendo que este universo poético rege as formas do ser social em meio a estes territórios localizados na metrópole.

2.7 O DVD interativo

O projeto, que teve seu início em março de 2015, encerra-se no começo do primeiro semestre de 2016. Seus resultados se materializam através de imagens que foram produzidas em campo, compondo um DVD interativo com um documentário junto a um *corpus* fotográfico produzido pelo pesquisador, estando os mesmos também disponíveis no blog do projeto (<http://www.etnoguajuviras.blogspot.com>).

As narrativas registradas, assim como as demais imagens produzidas e coletadas compõem um acervo com fotografias atuais e antigas, mapas, projetos, vídeos constituindo coleções que são imaginadas a partir da investigação das memórias dos habitantes do bairro Guajuviras, sobre a qual esta dissertação objetivou investigar. Como forma de aguçar o imaginário, convidamos o espectador por meio da interação com o DVD a observarem as imagens produzidas em campo, percebendo como elas se organizam e são incorporadas à narrativa, conferindo matéria ao tempo narrado, acrescentando densidade e vibração, que produzem ritmos às diferentes temporalidades. Na proposta para o DVD interativo congregada ao Blog, encontramos justamente a possibilidade de proporcionar ao espectador, diversas formas de interação com os materiais, onde no período em que desejar interromper a sequência narrativa, poderá acessar outros menus que lhe permitam a alternativa de ingressar em outro ponto do vídeo, ou ir para a sequência de fotos e observar a coleção, enfim, transformar e conduzir a própria experiência em conjunto com o material proposto.

2.8 Por uma antropologia da imagem



Figura 18 – Trajetos – Fonte: do autor.

Representamos nosso mundo visualmente: Por meio de artefatos, fotografias, televisão, vídeo e mediante a transcrição e composição do próprio texto verbal. Mas ainda se admite que a representação visual apresente uma influência crescente na forma de moldar nossas visões de mundo.

(Elizabeth Chaplin, 1994, p.1)

A Antropologia sempre aproveitou das linguagens artísticas como subsídios de pesquisa na tentativa de melhor descrever e conceber o campo. Para compreendermos a atual sociedade e sua afinidade com a imagem, somos obrigados a desenvolver uma grande flexibilidade entre as ciências que admitem um

enfoque fundamentalmente interdisciplinar. É inquestionável que as imagens produzidas pelo homem têm servido como instrumentos efetivos na descoberta científica, assim como na disseminação de conhecimento. Neste sentido, a antropologia visual hoje contempla um status de extrema importância na constituição destes diálogos, pois esta pauta, do uso imagético na constituição da pesquisa, permeia as mais distintas áreas do conhecimento. Pensar em uma etnografia visual é perceber a importância de uma abordagem que leve em conta as tecnologias digitais, trazendo com isso importantes contribuições e inovações para os novos métodos de trabalho em antropologia.

Dialogando sobre uma possível definição, Bonte & Izard (1991) destacam que a antropologia visual sugere a atenção aos métodos que utilizam os atores sociais na ordem de sua construção e equilíbrio de realidade, permitindo justificar certas maneiras de se auto-representarem dentro da ordem social. Portanto ela é uma metodologia que registra, descreve, analisa o universo simbólico humano que se materializa em objetos, traduzidos em significações concretas de um tempo prevalecendo sobre a vida das pessoas. Não são alvos de sua análise apenas objetos resultantes da cultura material, pois o debate se estende ao uso da imagem em relação aos sentidos produzidos pelo homem, implicando em uma compreensão deste universo audiovisual que é constituído através das representações simbólicas e da comunicação humana.

Já segundo Ardevol (1998) a antropologia visual um campo interdisciplinar de experimentação ainda em construção. A inter-relação entre o mundo das tecnologias da imagem, estudos de mídia e antropologia, por vezes se reduz à colaboração de profissionais na realização de documentários, onde no melhor dos casos, os antropólogos assumem o papel de conselheiros. A suposição de que antropologia visual esteja ligada principalmente à produção de filmes etnográficos como um recurso educacional, ainda hoje permanece dominante. Mas aqueles que estão envolvidos nesta atividade compreendem que um filme por si só não é suficiente para explicar a importância antropológica de uma pesquisa, e, portanto, a produção de uma etnografia escrita é essencial.

A autora segue argumentando que na formação acadêmica de novos antropólogos, poucas são as que atribuem real importância para técnicas audiovisuais como instrumento de pesquisa e meios de comunicação. Portanto, isto justificaria as dificuldades enfrentadas na constituição de uma reflexão que vincule a

produção de imagens com conhecimento antropológico. Estas questões dizem respeito não somente a temas de instrumentação no trabalho de campo, mas também a arranjo e tratamento dos dados, verificação, montagem, produção, e ainda, constituição de um método de análise. Em *Cinema e Antropologia*, Claudine de France (1998) destaca a importância dos antropólogos-cineastas.

Hoje, à medida que continuam a filmar os seres humanos e a experimentar seus instrumentos, os antropólogos-cineastas devem afrontar novas tarefas que solicitam, mais uma vez, os serviços sua paciência e de sua imaginação. Eles devem, de fato, elevar-se à altura de sua maneira de apreender os seres filmados, sua maneira, ainda balbuciante, de confrontar e analisar as imagens dos seres filmados. Mas, nisso também, convém apressar-se lentamente. (FRANCE, 1998, p.36)

De France propõe uma reflexão sobre o espaço da imagem na pesquisa antropológica. Debruçando-se em questões metodológicas, ela estabelece um campo ao qual denomina de antropologia fílmica, onde indica que o pesquisador deveria propor-se a experiências etnográficas utilizando uma câmera como forma de registro e apoio da etnografia. A autora enfatiza o valor de uma relação entre a antropologia e a linguagem audiovisual, ressaltando como tais recursos podem potencializar a experiência etnográfica no trabalho de campo. Realçando esta observação diretiva, a proposta afetaria inteiramente o olhar antropológico através das intervenções, reproduzindo por meio do registro, uma experiência que antes se limitava somente ao campo. Reforçando a perspectiva do afetamento do olhar, a autora fala que: “não é exagerado pensar que todo etnógrafo que se empenhe em descrever as manifestações exteriores da atividade humana é um cineasta em potencial” (FRANCE, 1998, p. 27).

Campos (2014) sugere os benefícios da união da práxis etnográfica com uso de ferramentas visuais na composição do trabalho de campo. A antropologia visual é uma área que surge pelo uso das técnicas visuais, e com o tempo, passa a agregar fundamentos epistemológicos sobre a imagem, de modo que suas propostas metodológicas ultrapassem questões tecnológicas, relacionando-se ao lugar e estatuto das imagens.

Registrar, recolher e analisar imagens exigem, porém, competências transversais e transdisciplinares, pelo que me parece fundamental, por exemplo, um cruzamento entre a comunicação, a semiologia e a antropologia, para a elaboração de quadros epistemológicos consistentes (CAMPOS, 2014, p.04)

Para MacDougall (2005) a eficácia estaria na aptidão de analisar os aspectos culturais ignorados pela literatura especializada. Não se trata apenas de uma

antropologia que coloca em áudio ou vídeo o material que poderia estar descrito em uma etnografia tradicional. Nenhum registro está totalmente destituído do olhar que o idealiza, por mais legitimidade que este anseie ter. Filmar e ser filmado sugere o emprego de linguagens que extrapolam o simples diálogo cotidiano, pois reproduz as relações dos interlocutores com o espaço em que estão inseridos, demonstrando as diferentes performances, que em uma descrição textual, por vezes permanecem ocultas.

Apesar de, no passado, a antropologia visual ter se adequado aos interesses da antropologia escrita (e aos seus tópicos), o mais provável é que a antropologia visual progressivamente se volte para o estudo de outros aspectos da realidade social, incluindo os tópicos previamente ignorados. Fora o fato de que alguns fenômenos sociais são mais bem estudados por meio do audiovisual (por exemplo, como determinadas poses denotam emoções), os mesmos dificilmente podem ser abordados de alguma outra forma. Assim, a antropologia visual está emergindo como um tipo diferente de antropologia e não como uma substituta da antropologia escrita. (MACDOUGALL, 2005, p.24).

Deste modo, a antropologia visual pode auxiliar no encontro de novas alternativas para a construção do próprio discurso científico. Se grande parte da produção acadêmica é composta por material escrito (artigos, monografias, etc.), os meios digitais vêm destacar maneiras inovadoras de promover os debates científicos em sua constituição. “A antropologia visual é pioneira nessa matéria ao interrogar-se sobre o estudo da imagem e do som na produção de narrativas com conteúdo científico” (CAMPOS, 2014, p.4).

A antropologia visual contribui, nesse sentido, apontando caminhos na constituição do processo de produção de um filme etnográfico, este que visa comunicar para o expectador uma realidade cultural, em especial o registro do momento etnográfico. Os usos dos recursos visuais e suas competências para comunicar outra cultura, são o que qualifica um filme como etnográfico, ainda que as técnicas sejam documentais, narrativas, pessoais, observacionais ou apenas registros de pesquisa. Este perfil de produção também pode ser considerado um campo de experimentação nas ciências sociais.

De acordo com Worth (1981) a experiência etnográfica visual é um processo social que se desenvolve em uma realidade específica, na conjuntura de um tempo e espaço concretos. O autor se destaca por indicar avanços na definição de campo de estudo para o filme etnográfico, propondo uma antropologia da comunicação visual.

“Não podemos definir uma classe de filmes como etnográficos, somente pela descrição desta categoria de filme por si mesma, e em si mesma. Somente podemos descrever esta categoria de filmes delineando a forma como são utilizados, e estabelecendo o termo etnográfico a uma classe destas descrições. [...] Devemos analisar em primeiro lugar, não o filme, se não como ele foi feito e como é utilizado.” (WORTH, 1981,75-6).

Se outras áreas da antropologia se debruçam nos estudos de campos distintos da experiência humana, a antropologia visual dedica-se a estudar o olhar. Neste sentido Worth sugere que a materialidade do olhar se encontra na relação que estabelecemos com os objetos. Em seu texto, ele expõe como se constrói o olhar em um grupo culturalmente homogêneo, através da utilização da técnica cinematográfica. O autor considera o cinema como uma linguagem, e, portanto, como uma forma de representação, uma narração, refletindo esquemas cognitivos de um grupo social específico. A maneira como é desenvolvida esta relação com os interlocutores no processo de filmagem implica diretamente no resultado final, ressaltando as relações estabelecidas e reforçando o encontro etnográfico. A metodologia do próprio processo de produção, edição e montagem, indica também uma forma específica de representar a realidade, de modo que é necessário oferecer destaque para um aprofundamento e potencialização da análise da construção de um texto visual com intenção antropológica.

Neste capítulo inicialmente apresentamos a trajetória do pesquisador, bem como, uma perspectiva teórica com referência a autores e conceitos basilares que fundamentaram a constituição da etnografia, com imagens e os diferentes recursos sonoros e visuais e audiovisuais utilizados. Com estes, foi possível compor as coleções etnográficas, o blog, as mídias sociais, o documentário e o DVD interativos. No próximo capítulo será indicada uma imersão nas narrativas e temporalidades, onde encontraremos distintas formas de narrar e perceber o espaço.

3 Guajuviras: De espaço de conquista a território da paz (um olhar de dentro e de perto)

Neste terceiro capítulo serão apresentados dados referentes a uma coleta que privilegiou a observação participante, técnica do método etnográfico desenvolvida por Bronislaw Malinowski (1986), durante sua longa estada entre os trobriandeses, quando concluiu que por meio do aprendizado da língua, da permanência entre eles e participação de sua vida cotidiana, poderia incorporar mais adequadamente suas cosmovisões e costumes. O método etnográfico desenvolvido por Malinowski em sua obra intitulada *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1984) encontra paridade em relação a contextos urbanos, na obra de William Foote-White (2005), *Sociedade de Esquina*. Conforme Gilberto Velho, nestes contextos em que o pesquisador investiga no próprio meio em que habita,

O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações. O estudo de conflitos, disputas, acusações, momentos de descontinuidade em geral é particularmente útil, pois, ao se focalizarem situações de drama social, podem-se registrar os contornos de diferentes grupos, ideologias, interesses, subculturas, etc., permitindo remapeamentos da sociedade.” (VELHO, 1981, p.131-32)

Ainda que as questões linguísticas não se constituam em desafio para meu campo que se localiza em um espaço urbano próximo da região onde habito, as situações que são vivenciadas entre eu e meus interlocutores compartilham de certa singularidade, permitindo que recorra ao método etnográfico como recurso, no intuito de propor uma análise destas memórias coletivas e individuais que referenciam as experiências com o bairro em diferentes temporalidades. O meu deslocamento não foi em direção ao “exótico”, mas ao que me era familiar, em uma região urbana na cidade de Canoas, sul do Brasil. Através da similaridade na língua e estilos de vida, percebi semelhança com a minha cultura, mas foi por meio do contato com as experiências e diferentes situações vivenciadas em campo na coleta das narrativas, que me foi possível complexificar a minha percepção sobre este outro, na aproximação e distanciamento, ressaltando a sensação de alteridade que se revelava na relação com meus interlocutores.

Para a observação destes processos decorrentes da vida na metrópole, recorri à sugestão de uma etnografia de rua abordada pelas antropólogas Cornelia

Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (ano), as quais enfatizam como a pesquisa de campo é concretizada na cidade, por meio de caminhadas atentas, e da constante presença do etnógrafo no espaço da rua, compartilhando de um tempo vivido com os habitantes, e consecutivamente, desvendando os saberes e fazeres dos moradores da cidade. Como proposta para aprofundar esta percepção, as autoras recorrem aos estudos de DE CERTAU (1994), SIMMEL (1979), BACHELARD (1988) e VELHO (1978), trazendo a sugestão de uma investigação da poética contida nas formas da vida social, sendo estas que constituem a vida urbana. É a partir da observação destas “formas”, que resulta a composição de coleções etnográficas como produto da experiência dos percursos percorridos pelo antropólogo. Seguindo as orientações, ao assumir a proposta da etnografia de rua, constitui uma nova rotina, passando a me tornar frequentador o bairro.

Uma etnografia de rua propõe ao antropólogo, portanto, o desafio de experienciar a ambiência das cidades como a de uma «morada de ruas» cujos caminhos, ruídos, cheiros e cores a percorrer sugerem, sem cessar, direções e sentidos desenhados pelo próprio movimento dos pedestres e dos carros que nos conduzem a certos lugares, cenários, paisagens, em detrimento de outros [...] Fruto de uma adesão irrestrita do etnógrafo a uma ambiência urbana, escolha movida por amor ou ódio, à primeira vista ou não, pouco importa, a etnografia de rua, por insistência recorrente à poética do andarilho, ao explorar/inventariar o mundo na instabilidade do seu movimento, descobre um patrimônio intangível de formas que tecem as interações sociais num lugar. Assim, o ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com a população com as quais cruzamos nas ruas. (ECKERT E ROCHA, 2003, p.4-5).

Transcendendo os momentos reservados para a pesquisa de campo, estabeleci o hábito de frequentar o bairro em uma média de quatro vezes por semana, isso já em um período de aproximadamente dois anos. Ainda hoje sigo utilizando os recursos que o bairro dispõe para seus habitantes. Embora sendo morador de outra região na mesma cidade, decidi recorrer ao comércio intenso do Guajuviras, como forma de dar continuidade a minha permanência, convivendo e observando as rotinas dos moradores. Percebi que, ao aderir a uma etnografia de rua, me foi possível conhecer de maneira intensa a vida destes cidadãos, apropriando-me do conhecimento cotidiano dos habitantes, que elaboram diferentes maneiras de permanecer e durar no tempo a partir das práticas e usos do espaço público. É importante ressaltar que a técnica situou-me entre o saber enquanto pesquisador, diante da negociação dos saberes com este ser do outro. A etnografia ocorreu na minha interação como antropólogo em campo com o outro, frequentando

os espaços da alteridade, por meio de “colagens dos seus fragmentos de interação” (ECKERT E ROCHA, 2001, p.8).

Em um primeiro momento a alteridade se refletiu no estigma, no medo do bairro “criminoso”. Mas conforme fui familiarizando-me às rotinas, e me acostumando com as faces, vozes e corpos, o medo foi sendo substituído por uma apropriação paulatina do local. Uma vez que estabeleci o esforço de familiarizar o que me era exótico, pus em cheque minhas pré-noções situadas entre minhas leituras, e a experiência urbana, deslocando-me em direção ao encontro etnográfico que é ressaltado e sustentado na alteridade. Através da técnica da etnografia de rua, consenti pensar as circunstâncias produzidas no campo por meio da lógica da criação dos papéis, onde os personagens do antropólogo e nativo encontram-se entrelaçados. Portanto, os papéis sociais vivenciados transformam-se em personagens que se manifestam na escrita dos diários de campo. Foi concebendo estas interações provenientes da técnica da etnografia de rua, que busquei ao longo da pesquisa estabelecer uma série de considerações teóricas, percebendo os resultados da experiência etnográfica.

Também persistindo nas orientações das mesmas autoras, consenti em perceber a ruptura epistemológica que me conduzia à adesão de um campo conceitual proposto por uma etnografia da duração (ECKERT & ROCHA, 2011). Conjuntura que me possibilitou analisar a experiência etnográfica na rua, considerando o jogo de papéis sociais que estabelecem as formas de sociação do pesquisador, seja com interlocutores ou espaços percorridos. Propus-me a estabelecer uma escrita que prezasse a densidade temporal, em que, no momento de meu distanciamento, na análise de minhas experiências em campo, ponderei a experiência passada, dialogando por meio de duas estruturas “lógicas e dramáticas”, que estavam em jogo na constituição de meu texto.

Entre outras técnicas do método etnográfico, optei por aplicar a Observação Flutuante, tal como concebida por Colette Pétonnet (2008), permitindo-me permanecer aberto e disponível ao outro, enquanto percorria os caminhos através ambientes pesquisados. Procurei desenvolver conversações com os interlocutores do modo mais informal possível, procurando sempre uma aproximação, criando situações de trocas e vivências com moradores a partir de espaços que eram estratégicos para aguçar as suas memórias. Em conjunto com eles, frequentemente fui realizando registros fotográficos e videográficos das situações observadas.

Utilizei-me desta técnica, visando somá-la às outras que adotei durante a etnografia, explorando o diferente e o não previsível, conforme destacado pela autora.

O método utilizado é aquele que nós qualificamos de “observação flutuante” e ao qual nos dedicamos há algum tempo, ao longo dos trajetos parisienses impostos pelas atividades cotidianas ou pela necessidade de movimento que o sedentário experimenta. Ele consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (Pétonnet, 2008, p.102).

Enfatizando a perspectiva indicada por Magnani (1996), procurei estar atento a situações singulares, percebendo a imagem que o bairro e habitantes comunicam para aqueles que são “de longe e de fora”, e não de perto e de dentro. Utilizei o método como forma de constituir uma nova perspectiva sobre a experiência humana vivenciada no bairro, da construção e desmistificação, do rompimento e preconceito, percebendo as rotulações que os moradores que ali residem enfrentam em seu dia a dia na cidade, e também entre eles no próprio local. Atento a esta perspectiva, apreendi que nesta “flutuação” eu não teria um endereço ou destino certos, teria que me destituir de um conhecimento prévio do espaço, estar desendereçoado, mas nunca desinteressado, como salienta Simões (2008), descobrindo elementos que tornariam possível eu me permitir captar as expressões mais etéreas do urbano.

A observação flutuante, por sua vez, exige do observador um grau considerável de disponibilidade para, em um encontro fortuito, sem hora marcada, identificar o início de uma viagem. Uma viagem muito particular ao sentido que o outro dá àquilo que ali veio fazer. A observação flutuante, por princípio, termina onde começa a observação participante. (SIMÕES, 2008, p.195).

Aprofundando-me também nesta questão dos personagens, em especial ponderando a minha relação com os interlocutores na coleta das narrativas, considerei recorrer à etnobiografia como caminho privilegiado para compreender as pessoas como decorrência de uma bricolagem identitária. Na proposta da etnografia assumi como objeto de reflexão a produção antropológica da biografia do sujeito, os seus métodos, teorias, e retórica, bem como, recorrendo à poética local, onde a narrativa do sujeito é construída, através da percepção dos entrelaçamentos das memórias, por meio de temas como política, família, história e a própria geografia local, reconhecendo que estes não se distinguem enquanto domínios separados da experiência.

Apropriando-me da perspectiva proposta por GONÇALVES (2012), propus-me a compreender a construção da narrativa em uma perspectiva que transpõe questões referentes apenas à memória coletiva da região, mas entendendo a narração da própria vida como construção do “self”, percebendo que a narrativa sobre si, também recorre à noção de pessoa (MAUSS, 2011), que é construída culturalmente, sendo ela mesma o objeto, proveniente de modelos que são convencionados pela cultura, assim como descrito pelo autor: “percebendo que estas narrativas sobre si que veiculam os acontecimentos a uma história sócio cultural.” (GONÇALVES et. Al, 2012, p.21)

Mais do que apenas conhecer a vida individual do interlocutor, foi utilizando-me da perspectiva etnobiográfica que busquei compreender mais acerca dos modos culturais e recursos que envolvem esta constituição do “self”. Para tal compreensão, recorri a entrevistas semi-directivas, onde fui alterando o diálogo entre temas de cunho biográfico, e outros que remetiam a percepção do sujeito sobre as experiências com diferentes narrativas partilhadas.

Este modo de pensar o biográfico e o social a partir do conceito de etnobiografia se assemelha ao modo que Simmel conceitua os dualismos contraditórios que, positivamente, constituem a vida social: conformidade e individuação [...] Encontramos, também, em Norbert Elias um modo de conceituar a diferença entre indivíduos em ambientes culturalmente homogêneos, estilo ou “grafia pessoal”, o que acentua o espaço da diferença e da idiossincrasia na construção do social. (GONÇALVES *et al*, 2012, p.2)

Gonçalves segue destacando que é no sentido de partilha que a biografia tem seu encontro com a etnografia, dependendo deste intercâmbio de experiências e narrativas que são partilhadas. É neste momento onde encontramos a experiência compartilhada, que percebemos pessoas assumindo determinadas caracterizações ou estereótipos, construindo personagens que são marcados por traços sociais. Neste sentido, ao me permitir ressaltar a alteridade que se constituiu na relação antropólogo/interlocutor, foi que ponderei sobre o narrador pessoa/personagem, que em certos momentos, atuava de diferentes maneiras durante a narração, por vezes assumindo feições subjetivas, outras, objetivas, na *performance* com o outro. Poderia dizer que esta flexão no modo como conduzi as entrevistas ressaltou não diferenças de natureza na condição narrativa do interlocutor, mas modulações no estado de ser e atuar no mundo.

A possibilidade de etnografar uma vida acentua a relação entre etnógrafo e nativo. Assim, o etno de etnobiografia é derivado da etnografia, de sua potência narrativa que implica a relação complexa e produtiva entre um alter

e um ego. Deste modo, esta auto narração de si através do encontro com um outro, produz o que designamos por flexibilidade e experimentações nas identidades individuais e coletivas. Etnobiografia, portanto, é produto de um discurso autoral proferido por um sujeito num processo de reinvenção identitária mediada por uma relação. (GONÇALVES *et Al*, 2012, p.24)

Uma das noções importantes a qual recorro durante o desenvolvimento da escrita está na indicação De Certeau (1994) ao se referir ao conceito de espaço. O autor determina que o espaço se realiza quando é vivenciado, ou seja, um determinado lugar só se tornará espaço na medida em que sujeitos desempenhem dinâmicas de movimento dentro dele, por meio de apropriação e uso, com isso potencializando-o e atualizando-o. O espaço conjectura por si mesmo um lugar avivado por meio do deslocamento, ele é “um cruzamento de móveis”, um “lugar praticado”. Sem a presença desta mobilidade, não pode haver espaço, existiriam somente lugares fixos e imutáveis. Quando o lugar é ocupado, segundo este autor, imediatamente ele se transforma, passando por uma ativação, mudando sua condição para espaço, ou lugar praticado.

Neste sentido poderíamos definir que a diferenciação entre lugar e espaço está especificamente nos seus usos, apropriação e investimentos simbólicos por parte dos sujeitos. Assim como destacado na perspectiva de De Certeau (1994) o lugar é uma configuração instantânea de posições. Ele necessitaria de uma “relação de estabilidade” (DE CERTEAU, 1994, p. 201). O espaço, por outro lado, é onde sujeitos simbolizam e praticam o lugar a partir das interferências, tanto físicas, quanto cognitivas, por meio de seus itinerários cotidianos.

O autor pondera sobre a realização espacial do lugar, comparando o lugar à palavra, e o espaço à sua enunciação, sendo que, no instante em que a palavra é proferida, também é atualizada. O lugar praticado é fisicamente imóvel e dependente das dinâmicas e deslocamentos de um coletivo que o ressignifica e atualiza constantemente. Quanto à questão do espaço público, segundo o autor, ele passaria a adquirir identidade quando praticado por seus indivíduos por meio do contato físico, indicando uma forma de enraizamento com tais lugares. Baseando-me nestas noções indicadas por De Certeau, reconheço que o espaço está intimamente ligado a constituição dos relatos, em uma forma de “bricolagem do mundo”, constituído por resíduos ou detritos dele, agrupados de diferentes maneiras.

Outro conceito importante a ser destacado, encontramos em Simmel (2006) que utiliza-se de fundamentos filosóficos para desenvolver a ideia de sociabilidade,,

entendida como uma forma de associação (ou sociação) entre pessoas que independe de qualquer programa pré-estabelecido, isto é, abandonou um fim externo e obteve valor em si mesmo, como uma forma de sociação. Assim sendo, a sociabilidade é uma forma de associação em que pessoas reúnem-se porque desejam estar juntas, porque almejam ter um tempo sociável, sem objetivos premeditados para tal encontro.

“Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeras outras fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em seu estado de correlação com os outros.” (SIMMEL, 2006, p. 60).

Nesta perspectiva, o pensamento do autor nos possibilita um vislumbre das experiências humanas que partem dos sentimentos e emoções como meios de sociação, instituindo laços, teias, na constituição da sociedade. Seria por meio da socialização que a espécie humana busca integração com seus distintos grupos de origem, assimilando os diferentes hábitos, costumes e regulamentos que caracterizam os seus grupos. O ponto de partida da socialização acontece quando compartilhamos da vida em sociedade, em um processo de assimilação de suas características. A sociação está intrínseca na interação e no amago destes processos que centralizam as inter-relações humanas, possibilitando o reconhecimento mútuo e consciente que ocorre nos espaços que são enfatizados por sua dinâmica nas interações sociais.

[...] é da natureza da sociabilidade liberar as interações concretas de qualquer realidade e erigir seu reino aéreo de acordo com as leis da forma destas relações, que passam a mover-se por si mesmas e a não reconhecer qualquer propósito estranho a elas. No entanto, a fonte profunda que alimenta esse reino e sua representação não repousa nestas formas, mas exclusivamente na vitalidade de indivíduos concretos, com todos os seus sentimentos, encantos, convicções e impulsos. A sociabilidade é um símbolo da vida quando a vida surge no fluxo de um jogo alegre e fácil (SIMMEL, 2006, p. 78).

Velho (1989), em seu livro *Subjetividade e Sociedade, uma Experiência de Geração*, partindo das ponderações de Simmel (2006) sugere um debate sobre a Cultura Objetiva e Cultura Subjetiva, estabelecendo relações entre subjetividade e sociabilidade, explicando que em todos os tipos de associação, de diferentes maneiras a sociabilidade se apresenta.

A subjetividade, a vida interior, as opções mais íntimas são marcadas por um *ethos* em que a sociabilidade assume um tom caracteristicamente marcante. Nos termos de Simmel, já mencionado, a cultura subjetiva dos indivíduos entrevistados só pode se desenvolver em função de sua

interação com um grupo de eleitos. É nesse espaço que se torna possível implementar os mecanismos de sociabilidade que, por sua vez, são fundamentais para a elaboração da subjetividade (VELHO, 1989, p. 89)

Para Geertz (1978, p.143-44) a cultura seria composta por este *ethos*, manifestando a própria experiência das pessoas e seu mundo. O autor interpreta a cultura como um sistema simbólico, e para fundamentar a análise propõe o desenvolvimento do conceito de *ethos* e visão do mundo, por meio de seus estudos sobre a religião e sua influência na constituição da cultura e valores de um povo. A partir deste contexto podemos definir o *ethos* como um conceito que manifesta aspectos morais, estéticos e definindo os valores sociais de uma cultura específica, e a cosmovisão que detém aspectos cognitivos existenciais. “as visões de mundo são constituídas por símbolos que sintetizam um *ethos* de um povo ou grupo, os símbolos provocam poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens”. (GEERTZ, 1978, p.109).

Barbosa *et al* (2006) destaca que para Bateson e Mead (1942), nenhum estudo funcional de uma cultura seria completo se não fosse atingida a percepção do papel do *ethos* como “a tonalidade afetiva geral da cultura”. Neste sentido o conceito de *ethos* denotaria a forma como as emoções são produzidas, fixadas e modificadas culturalmente. Esta concepção é uma importante categoria aplicada à pesquisa e ao pesquisador.

Assim, encontro à proposta de explorar trajetórias cartográficas dando visibilidade a diferentes faces ou rastros do método cartográfico. Neste sentido, através da cartografia viso ressaltar as noções de inconsciente e subjetividade reconstruindo trajetos. Para a realização de uma cartografia na região, necessitou-se de imersão neste mundo vivido que enfatiza o “*ethos*”, que é expresso no trajeto. Ao alcançar este *ethos* do Guajuviras, me foi necessário permanecer acessível para o encontro através da alteridade, tendo ciência de que somente assim encontraria a possibilidade do desenvolvimento de uma sensibilidade abrangendo o desafio. Minhas referências à cartografia estão vinculadas ao método rizomático preconizado na introdução de “Mil platôs”, o conhecido texto de Deleuze e Guattari (1995), escrito no final da década de 1960.

Para os autores, o inconsciente é entendido como um mecanismo de produção agindo no social, no presente, envolvendo os sujeitos, seus territórios e sociabilidades. Assim, a subjetividade não faz referencia a somente um eu, ela

possui polifonia, apresentando múltiplas vozes. As identidades e trajetórias apresentam movimentos de constante territorialização, (des) territorialização e (re)territorialização, utilizando a noção de devir como um acesso ao inacabado. Sobre a cartografia os autores dizem que:

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática um princípio inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, 1995, p.21)

Seguindo a reflexão posta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, concebo a cartografia buscando acordo através de representações e uso de mapas, enfatizando a constante produção de sentidos que referencia o espaço, indicando-os por meio de fluxos de intensidade. Estes são percebidos por sua constante modificação e usos, seguindo a multiplicidade provocada nos rizomas. Neste sentido também proponho uma localização temporal da ocupação, mostrando como o ato de ocupar também produz o efeito rizomático. Encontro como fundamental mostrar que cartografar corresponde também em perceber os discursos do passado, e como estes correspondem às formas de organização do presente.

Assim, é possível percebermos que o mesmo, recebe atualizações com o passar dos anos, mostrando as diversas formas de apropriação e importância que são oferecidas por seus habitantes, manifestando esta transição do lugar até tornar-se espaço. O que por vezes é tratado enquanto crescimento desordenado, também pode ser visto como a manifestação do pensamento rizomático, movendo-se, abrindo e produzindo caminhos, explodindo em todas as direções. Como na ênfase ressaltada no texto de Gilles Deleuze e Félix Guattari: “O vivido é segmentarizado espacial e socialmente”, (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.83).

O rizoma igualmente não segue um modelo estrutural, ele se afasta da existência de uma estrutura, assim como as formas de ocupar que consideramos “desordenadas”, ele não se fecha em si mesmo, é aberto para produção de vivências e experiências, sendo sempre atravessado por outras linhas de intensidade. Como um mapa que se espalha em todas as direções, abrindo e fechando, pulsando, construindo e desconstruindo. É importante ressaltar que estas formas de experienciar o espaço que nominamos como rizomáticas, manifestam nossa natureza enquanto seres compostos por segmentos, constituídos por linhas entrelaçadas, em constante composição e produção de territórios.

Pensando nestas formas de habitar, é que destaco as diferentes zonas, apontando estes fluxos. Não fazendo menção direta somente ao ponto nevrálgico do bairro, procuro evidenciar como estes trajetos se estabelecem livremente em acordo com os usos do espaço. Embora eu indique a avenida principal enquanto fundamental para a manutenção do *ethos* do bairro, sugiro a existência de outras zonas de intensidade que não correspondem a esta lógica. Assim eu entendo que os espaços representados indicam diferentes núcleos de importância, ambientes que refletem flexibilidade da construção de espaços de sociabilidade. As saídas e entradas do bairro, o comércio, os espaços de encontro, embora localizados em diferentes regiões, são equivalentes em importância, apontando trajetos que não obedecem à lógica de trânsito, mas são constantemente percorridos por estes habitantes.

Na tentativa de reconstituir este vínculo social manifesto pelas distintas formas de sociabilidade, procurei reconhecer por meio das redes que emergiram durante o processo de ocupação, as ações de reciprocidade e solidariedade envolvendo vizinhança e familiares. Ali encontrei a persistência desta perspectiva solidária ao longo do processo de superação aos diferentes estigmas vivenciados pelos habitantes. Assim, buscando delinear uma cartografia, a entendida como um mapeamento afetivo/subjetivo do espaço, recorrendo a técnicas como a observação flutuante e a etnografia de rua, tal como descrito anteriormente, visando perceber os deslocamentos no presente, conjecturando também sobre as sensações que em mim foram produzidas enquanto etnógrafo.

Para este objetivo, acreditei ser imperativo enfatizar na cartografia um contorno que se centralizasse na voz dos atores sociais, suas experiências, memórias, vivências, gerando uma narrativa polifônica “do” e “sobre” o espaço, não me inserindo como a voz imperativa que tem como pretensão traduzir a realidade dos habitantes locais, mas constituindo um processo de ressignificação das experiências destes moradores com o Guajuviras. Conforme destacado no primeiro capítulo, busquei ressaltar a alteridade ao me reintroduzir no bairro, fato que tornou possível eu observar as performances e narrativas, permitindo compreender estes habitantes como produtores de sentido locais que desenvolvem circuitos e significam seu espaço.

A noção de circuito também designa um uso do espaço e de equipamentos urbanos possibilitando, por conseguinte, o exercício de sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos porém, de forma mais independente com relação ao espaço, sem se ater à contiguidade, como ocorre na 'mancha' e no 'pedaço'. Mas tem, igualmente, existência objetiva e observável: pode ser levantado, descrito e localizado (MAGNANI, 2002, p.23 -4).

Conforme Deleuze & Guattari (1995) me insiro nestes diferentes fluxos, no intuito de destacar os distintos usos e interpretações sobre espaço, visando enfatizar os modos aos quais os moradores o significam. Também me posiciono em diferentes pontos de observação, buscando compreender a lógica do comércio e estabelecimentos locais, percebendo a importância destes na constituição do fluxo que produz o *ethos* do bairro.

3.1 A trajetória do bairro enquanto espaço ocupado: rotinas e conflitos

“Não saber se orientar numa cidade não significa muito. Perder-se nela, porém, como a gente se perde numa floresta é coisa que se deve aprender a fazer”. (BENJAMIN, 1971, p.76)

Magnani (2002) critica a primazia de um olhar distanciado sobre as cidades. Envolvidos entre emaranhados de dados urbanísticos, sócio-técnicos e estatísticos, percebe-se este espaço como um complexo de números submersos entre as diferenças morfológicas, dicotômicas ou de classes sociais. Muitas das abordagens sobre a periferia classificam os espaços de pobreza como distantes, em constante contraste com os bairros privilegiados da metrópole, sendo as relações de trabalho estabelecidas entre os moradores destes extremos, a única afinidade concreta entre eles. O autor destaca que grande parte destes enfoques correntes sobre a cidade, os quais classifica como “de fora e de longe”, optam por uma construção que por vezes descarta a presença de certo tipo de ator social, assim como o papel determinante de outros, dificultando a percepção de uma diversidade de elementos fundamentais na constituição do espaço urbano.

“[...] observa-se a ausência dos atores sociais. Tem-se a cidade como uma entidade à parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade.” (MAGNANI, 2002, p.14)

A intensidade da cidade enquanto meio social de interações, transcende a dimensão geográfica do espaço, na medida em que ela é um organismo produtor de símbolos, que devem ser analisados pelo pesquisador na laboração de uma apreensão imanente da realidade que o cerca. Roland Barthes (2001) descreve o poder semiológico da cidade, quando argumenta que ela é um discurso, uma linguagem. Pensando na urbe como linguagem, ela se comunicaria com seus habitantes, e estes com ela. A cidade é o lugar do encontro, o espaço do habitar, alcançado através da maneira como a inquirimos e a observamos. “A cidade, essencial e semanticamente, é o lugar do encontro com o outro, e é por essa razão que o centro é o ponto de reunião de toda a cidade” (BARTHES, 2001, p.229).

Entender a cidade como espaço orgânico de comunicação, com aspectos multifacetados, implica em conduzir a experiência etnográfica através destes ambientes que são característicos das metrópoles, que refletem a dinâmica da duplicidade entre o observar e o ser observado. É perceber que o processo de comunicação ocorre em uma perspectiva multidirecional, em que o sucesso da etnografia depende justamente da capacidade do etnógrafo se conectar a este fluxo que acontece através de sua relação com o espaço e interlocutores.

O objeto de fascínio que se refere à antropologia urbana é justamente a essência da cidade, aquilo que a resguarda, que destaca a potencialidade de produzir respostas sobre seus conflitos. Observar a cidade como espaço produtor e reproduzidor de imagens, torna possível perceber suas características basilares, entendendo a existência desta dinâmica do observar e ser observado. Esta perspectiva de uma cidade orgânica requer a percepção de aspectos que são enfatizados através do olhar antropológico, na medida em que, ao nos deslocarmos no espaço urbano, estamos fazendo parte deste organismo, tornando-nos passíveis de influências mútuas em um universo simbólico de significação. “todos os olhos, incluindo os orgânicos, são sistemas perceptivos ativos, construindo traduções e maneiras específicas de ver – quer dizer, maneiras de vida” (HARAWAY *apud* SCOTT, 1998, p.302).

Seguindo esta perspectiva, comecei meu processo de imersão em uma parte da cidade de Canoas, o bairro Guajuviras. Percebendo o bairro como parte integrante da cidade, compreendi que ele não evoca somente seus habitantes: o bairro comunica a cidade e também é cidade. Ao atingir uma compreensão sobre o Guajuviras, obtive a possibilidade de desvendar as múltiplas incoerências que se

ocultam na dialética da cidade ordenada. Embora já tenha passado um longo período desde consolidada sua ocupação, ainda evidenciam-se alocações que ocultam as distancias sociais. São múltiplas as tensões expostas, tornando perceptível o estigma produzido por parte do município, que se vale de uma fala construída com propósito de legitimar a atual administração. Já a memória do bairro permanece sobre resguardo dos habitantes, principalmente através da luta cotidiana destes moradores. Estas memórias não se detêm apenas nos domínios dos primeiros ocupantes; elas são compartilhadas na subjetividade, na forma como é estabelecido o convívio, no relacionar-se, por vezes sem o uso de palavras.

Neste sentido foi fundamental serem traçados outros olhares, submersos nessa emaranhada rede de significações, a partir das múltiplas narrativas e aprendizados que se manifestam neste espaço social. Por isso entendo que pensar o Guajuviras “de dentro e de perto”, é descrevê-lo não apenas como espacialidade específica de segregação social, mas também como um processo orgânico, tal como descrito por Agier (2011) a cidade enquanto “Coisa Humana”, produto humano, relacionada em um campo diversificado de representações e imagens que compõem um dos desafios contemporâneos para as abordagens antropológicas urbanas. Os distintos ritmos de vida, todo o agregado de sensações e imagens mentais, passam diante dos olhos de modo habitual, permitindo-nos adentrar em uma conexão. O Guajuviras também pode ser observado por sua construção espaço/temporal, pelo que transmitem as suas escolhas urbanísticas, invenções e símbolos. Foi na observação do bairro que situei a sequência da pesquisa, através do registro de narrativas que descreviam o processo de luta e conquista do então Bairro Guajuviras, permitindo que os interlocutores delineassem, na fala e no tempo, a imagem do que percebiam em relação ao bairro. São vozes evocando a memória, alma, os sentidos e significados que identificam estes ocupantes. Em meio à composição, surgiram diferentes estruturas, resgatando símbolos que foram carinhosamente preservados em gavetas e paredes, outros marcados no corpo, ritualizados, evocando o passado e colorindo os sentidos adquiridos em meio ao longo processo de metamorfose deste espaço urbano.

Esta experiência pode ser exemplificada na fala de Jeferson Cristian, Interlocutor e antigo morador do bairro, mas em especial um grande amigo. Ao ser convidado para integrar a pesquisa através de seus relatos, ele prontamente aceitou. Construímos juntos trajetos, percorrendo diferentes ruas e vielas de seu

bairro. Jeferson é um rapaz com 28 anos, de estatura média, e com uma aparência alegre e falante, extremamente integrado à juventude católica e à militância de seu Bairro. Um dos espaços especiais que Jeferson escolheu para dar significado a sua experiência como “Morador do Guaju”, foi à igreja Coração de Maria. Conforme ele se locomovia pelas dependências do templo, ia oferecendo significado para ambientes, como o galpão de festas anexo a casa, o pátio, os símbolos religiosos, destacando a sua importância e as diferenças entre eles. Jéferson me conduziu ao seu universo simbólico particular, onde me mostrou dois tipos de cruzes, uma convencional e outra destituída da parte superior, o que remete a uma referência franciscana.



Figura 19 – Jéferson Cristian – Fonte: do autor.

Era conhecida como o “TAU”, descrita por Jeferson como símbolo relacionado à humildade, à materialização de uma intuição. Para ele, a cruz significa uma

expressão da Verdade, da palavra, luz, paz, poder e força da mente, direcionada para um grande bem em um combate por discernir o verdadeiro do falso. Era confeccionada justamente com materiais presentes no cotidiano brasileiro, como o cipó e a casca de coco, demonstrando a conexão com uma religiosidade popular, uma vinculação com o povo. A cruz apontava para uma perspectiva introduzida no bairro através da percepção de muitas lideranças que ali atuaram, sendo adeptas da teologia da libertação⁶. Já a cruz convencional, um presente de uma amiga que tinha ido até o vaticano, era ligada à presença da igreja enquanto instituição com toda sua pompa. Percebi nitidamente uma divergência entre os significados dos símbolos que carregava no corpo, em especial por tentar encontrar seu sentido maior em uma percepção de engajamento do religioso com o popular. Neste sentido, compreendi que ele remetia este significado atrelando-o à sua percepção do bairro quanto um espaço de conquista.

Ao entrarmos na capela, demonstrou seu respeito e devoção à Nossa Senhora Aparecida, ao mesmo tempo em que apontou para a imagem, dizendo que era apenas uma representação, uma forma de recordar, no mesmo sentido de uma fotografia e não como objeto de adoração e culto. Ficou claro que para Jeferson o ato de viver a sua fé, conjugado ao fato de residir no bairro, eram elementos que se uniam em uma só experiência. Segundo ele, o bairro também era produto desta mesma fé que compartilha com outros, atemporalmente, onde as referências compartilhadas desprendem-se em direção à memória de padres e freiras, considerados como heróis que haviam ajudado a comunidade a ter suas aspirações consolidadas. Ele complementa a sua fala, indicando a alegria de vivenciar este espaço como uma conquista, que não é só política, mas em especial uma vitória da fé que compartilha através destas referências que atuaram por meio das pastorais durante a ocupação, “estar aqui, viver aqui, é vivenciar toda esta história que eles fizeram.” (Entrevista Jeferson Cristian, 02/04/2015).

⁶ Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), que parte de considerar que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres. Em seu auge no final dos anos de 1960 e 1970, a teologia da libertação - um movimento americano distintamente latino - pregou que não era o suficiente para que a Igreja simplesmente tivesse empatia e cuidado pelos pobres. Em vez disso, diziam os seus seguidores, a Igreja precisava ser um veículo fundamental que pressionasse por mudanças políticas e estruturais a fim de erradicar a pobreza.

É importante a ressalva de que Conjunto Habitacional anteriormente conhecido como Ildo Meneghetti⁷, agora, na voz dos protagonistas desta história, adquire tonalidades emblemáticas, ao ser chamado de Bairro Guajuviras, uma referência popular à árvore nativa⁸. O ato de ocupar aquele Conjunto Habitacional, na descrição de Jéferson, por vezes tornava-se poesia, um indicativo de um movimento de ocupação que protagonizou por sua genuinidade, principalmente pela coragem de resistir que obrigou o poder público a admitir seu papel, fornecendo meios de resolver as questões pautadas pelos ocupantes. A sensação que possuía como observador era de que a união do grupo, os muitos rostos e nomes embaraçados, conectaram estes ocupantes em um único propósito, um fato que se destacou nas diferentes narrativas que serão observadas no decorrer do trabalho.

A ocupação deste território recebeu destaque nacional pelo fato de não ser um movimento individualista, mas uma iniciativa popular em prol de um grupo. Muitos foram os que protagonizaram, implicados direta ou indiretamente neste processo. Entre estes, está Roberto dos Santos, 55 anos, um dos interlocutores da pesquisa. Professor de História no bairro por cerca de 20 anos, onde também ocupou a função de diretor em uma das principais escolas Guajuvirenses. Enquanto educador tornou-se uma liderança importante junto aos estudantes no Colégio Estadual Jussara Maria Polidoro, e possui uma voz que comunica muitos dos sentimentos destes habitantes do bairro. Roberto é um indivíduo que naturalmente se engaja, talvez por uma vocação natural. Quando conversamos sobre sua atuação no bairro, ele rapidamente personificava sua emoção ao expressar seu olhar em relação aos alunos. Tive a oportunidade de observá-lo durante um longo período, percebendo o engajamento não só dele, como de outros professores que entendiam e se adaptavam às rotinas e práticas que refletiam o entorno da escola. Senti-me

⁷ A história da formação do bairro remete ao governo Ildo Meneghetti que eleito em 1963, cumpria seu segundo mandato na gestão do então Secretário de Trabalho e Ação Social Nelson Marchezan. Este desapropriou as terras de A. J. Renner que, posteriormente, passariam à COHAB. O nome do bairro incluiu a referência ao Governador que promoveu a sua construção: Conjunto Habitacional Ildo Meneghetti, mas acabou se popularizando com a denominação da árvore nativa que existe em grande abundância na região. No ano de 1973 foram expropriadas as terras da Fazenda Guajuviras em Canoas, pertencente a uma antiga família da cidade “Os Renner”. Na época o então governador Euclides Triches, separou uma parcela da área para a formação de um conjunto habitacional, fato relatado no Decreto nº 22.437 de 03 de maio de 1973. Os problemas de habitação e moradia no Brasil são antigos, sendo que a relevância da história relacionada ao conjunto habitacional Ildo Meneghetti (Guajuviras) tornou-se um exemplo desta luta por moradia e justiça social.

⁸ A Guajuvira é uma árvore ornamental, nativa dos estados do sul e do sudeste do Brasil e que vêm sendo utilizada na recuperação de áreas degradadas, como espécie pioneira. A Guajuvira é uma árvore elegante, decídua, de folhas pequenas e floração decorativa.

particularmente impressionado por muitos posicionamentos destes docentes que observei na escola Jussara Maria Polidoro, em termos de domínio das praticas e rotinas daqueles estudantes.

Um dos eventos interessantes ocorreu em uma noite em que os professores liberavam a caixa de som da escola para o uso dos alunos. Estes rapidamente assumiam o protagonismo tornando o recreio uma festa dançante. Ao som do funk e do rap, alunos de diferentes idades dançavam no pátio interno demonstrando um verdadeiro frenesi, que aos meus olhos pareceu um tanto quanto surreal. Pessoas de diferentes idades sem nenhum pudor dançavam livremente embaladas pelo ritmo do funk. Achei que esta sensação de estranhamento era algo que partilharia também com outros docentes, mas ficou claro que eu era o único que sentia certa surpresa quanto àquela prática.



Figura 20 – Roberto dos Santos e grupo de samba no colégio Guajuviras – Fonte: do autor.

Talvez este tenha sido um dos momentos fundamentais, onde me foi possível perceber a alteridade de maneira clara, refletida na minha cultura em contraste com a dos moradores. Apesar de vivenciarmos o mesmo espaço da cidade, eram perceptíveis as diferentes maneiras de perceber a cidade e os corpos. Neste sentido, compreendi que estava posto o desafio do observador de fora, agora conduzido pelos outros a observar de dentro e de perto. Era um processo que me induzia a despertar, apresentando um novo aprendizado que me transportava a novos saberes orais, visuais e performáticos. Precisava reconhecer e respeitar estas diferentes percepções de mundo que eram construídas na alteridade. Indiferente de estas distâncias estarem postas, minha afetação era a possibilidade da percepção da construção destas identidades, que se apresentam múltiplas, ambíguas, contraditórias (AUGÉ, 2010).

Roberto, com seu jeito alegre, alcançava a simpatia dos estudantes/moradores, sendo que diferentes grupos tinham o mesmo acesso e afeição por ele como profissional. A escola em que atuava era um espaço importante em meio ao Guajuviras, localizada próxima a uma das zonas mais empobrecidas dentro do bairro, apresentando diferentes características que me chamavam a atenção. Uma delas era a relação tranquila e mediada, onde grupos manifestavam livremente questões de gênero, sem rejeição por parte de outros colegas. Na época da observação, Roberto ocupava a função de vice-diretor.

Com muita liberdade e apropriação ele passeava por entre estes grupos de maneira tranquila, demonstrando intimidade e conhecimento de suas rotinas. Sendo que me impressionava o fato de ele conhecer de cor os nomes e regiões em que estes alunos habitavam dentro do bairro. Como destacado por ROCHA, A. L. C. (2003) é importante destacar que o espaço escolar também é um reflexo do bairro, a sala de aula é composta pelos mesmos sujeitos que habitam o Guajuviras, neste sentido a escola personifica uma imagem dos aprendizados e relacionamentos sociais que acontecem fora dela. “Ensinar é um ato [...] de mediação, é simbólica, uma linguagem em que ressitamos as pessoas no mundo.” (ROCHA, A. L. C. 2003, p. 184-85).

Na composição de minha experiência enquanto etnógrafo me foi possível observar o espaço escolar, buscando perceber o ponto de vista de meus interlocutores. Se, em um primeiro momento eu tivera de sair desta instituição de ensino e despir-me da veste de professor para poder estranhar e renovar minha

visão sobre os moradores do bairro, agora através da observação participante, e conduzido pelos habitantes do bairro, eu era transportado novamente para a escola, percebendo-a como um importante espaço de sociabilidade e construção de significados.

Na experiência de Roberto com seus alunos, expressava-se a importante relação da escola com a comunidade, onde eram manifestas as territorialidades, os núcleos de relacionamentos e as regras de convivência do próprio local. A escola era um espaço de memória onde os que seguiam em outras direções por vezes retornavam, e aqueles que ainda permaneciam, continuavam a produzir significados. O próprio caráter que os habitantes do bairro buscavam preservar em relação uns aos outros, refletia-se na relação entre os alunos, o que não se constituía na negação dos conflitos existentes, mas no fato de que incentiva-los era subverter as regras subjacentes que requeriam uma postura solidária. Neste sentido, Roberto como alguém de fora do Bairro, permitiu-se ser significado como de dentro, por meio de uma longa convivência com os “nativos”, personificando estas regras ou usando desta compreensão ao seu favor, atuando e reconhecendo as múltiplas vozes de seus alunos. Em um momento de nosso diálogo, por exemplo, ele destaca que, para os moradores, existe uma compreensão específica do que é ser do Guaju, muito além do simples fato de habitar o local.

Hoje a gurizada que mora lá costuma dizer o que é “ser do guaju”. Ser do guaju não é apenas morar lá no Guajuviras, é um pensar Guajuviras [...] Hoje o Guajuviras tem uma identidade marcada, e isso transcende o fato de serem dos diferentes setores, como o setor seis, setor um, setor quatro, etc. Existe um pensar Guajuviras que é bastante interessante e foi forjado durante este processo de ocupação. (Entrevista Roberto dos Santos, 02/04/2015).

“O ser do Guaju “ é uma condição muito semelhante à “noção de pedaço” apontada por Magnani (1996) no estudo sobre o lazer em bairro periférico da metrópole. Este termo nativo, apropriado e elevado à condição de conceito teórico pelo pesquisador, designa um segmento concreto da vida urbana, delineador de um conhecimento das redes de parentesco e amizade, territorialmente localizado, que enfatiza as práticas de sociabilidade e uma identidade local. Adequando-se ao universo em questão, esta “noção de pedaço”, perceptível na expressão “ser do guaju”, consistiria na identificação dos detalhes, trajetos e circuitos capazes de atestar que este indivíduo está a par das lógicas de pertencimento propostas para aquele local. Seria, portanto, reconhecer as múltiplas apropriações dos diferentes

espaços urbanos do bairro, estando ciente dos espaços e caminhos que oferecem sentido para o grupo. O “ser do guaju” permaneceria no ato de assumir a lógica pedestre de circulação através dos espaços, dos cenários, identificando os atores do cotidiano, e acima de tudo, personificando as regras de convivência.

Na verdade, o olhar paciente do etnógrafo terminou apreendendo que há, sim, classificações, regras, diferenciações. Assim, foi possível descobrir que naquele universo aparentemente monótono, havia uma extensa rede de lazer e diferenciações na forma de, por exemplo, praticá-lo: havia lazer de homens solteiros e casados, de mulheres e moças, de crianças e adultos; e também modalidades desfrutadas em casa e fora de casa, e neste último caso ainda era possível distinguir “fora de casa, mas no pedaço”. Foi então que surgiu essa noção de pedaço, uma idéia nativa mas que terminou se transformando numa categoria mais geral na medida em que permitiu discutir e se integrar em outros esquemas conceituais (MAGNANI, 2003, p.86)

Portanto as narrativas, trajetões e percursos traçados, desvendam as múltiplas formas de viver e instituir a conquista por moradia. A homogeneidade das manifestações, a diversidade como condição de sobrevivência, os múltiplos atores, as diversas histórias, todos, arranjam um grande mosaico que estabelece o que é o Guajuviras. Roberto ao resgatar o seu antigo histórico com o bairro, lembrou-se que também participou dos princípios da ocupação no sentido de auxiliar alguns amigos, convivendo a posteriori no espaço ainda em formação. Ele recordou da importância que o movimento de ocupação alcançou, transcendendo questões que eram relativas somente a o município. Em sua fala, ressaltou que o processo de ocupação da região, na época obteve resultados que não eram previstos, tornando-se notícia em diferentes meios de comunicação brasileiros.

Também foi importante nesta fase inicial, agora entendendo o Guajuviras como algo importante para além de canoas, para além de um município em si, é a questão de entender que o Guajuviras foi à primeira experiência de uma ocupação urbana, então a gente sempre falou muito do movimento dos sem terra, das ocupações das áreas rurais e agrícolas, mas movimentos que fossem urbanos e efetivos, organizados, que realmente dessem conta de uma área importante, grande e significativa em função do que Canoas representa para Porto Alegre. [...] então o Guajuviras tem este senso muito importante de ter sido uma ação política de ocupação de áreas urbanas e moradias, dentro de uma área onde a mão de obra, a busca de recursos para trabalho era muito grande.[...] (Entrevista Roberto dos Santos, 02/04/2015).

Na fala de Roberto, o Guajuviras ocupa uma condição privilegiada enquanto ocupação. Segundo ele, não é o acaso que possibilita esta situação, mas sim o fato dela ser resultado de um longo processo de ocupação organizado, com um extenso histórico indicativo de situações que tornaram o bairro reconhecido como espaço de conquista. Assim, ele personificava os discursos dos habitantes, compreendendo a

importância desta prerrogativa de reconhecimento do Bairro. Ponderando sobre a constituição de sua narrativa, é possível entender que o estar lá, o ser “de dentro e de perto” é possuir esta noção, de que existe também um bairro imaginado, e de que este imaginário oferece modos de organizar as práticas cotidianas, estruturando significados e sentidos. Tal percepção sobre como os Guajuvirenses entendem o mundo, antes de ordená-lo, remete ao simbolismo contido no imaginário. Para Durand (2001) e Bachelard (1989), a imaginação possui dinamismo organizador, que é fator de homogeneidade nas representações.

Ao evocar estas memórias, a experiência de Roberto assinala que ela também procede do esquema cultural preexistente. Neste sentido, para ele, como para Jeferson, o remeter à narrativa sobre o passado no intuito de encontrar sentido para o presente não se constituía em um problema, pois a sensação de pertencimento o atestava como parte deste esquema, de onde emanava uma cultura compartilhada pelo grupo. Ponderar sobre tal elemento também nos remete à antropologia histórica de Sahlins (1990), que pode ser examinada em busca de avaliarmos o conceito de “eventos e fenômenos socioculturais”. Ambos são provenientes do contexto de transformações ocorridas em grupos e populações, tendo como ponto de partida a análise de algumas das suas categorias do imaginário. Neste sentido Sahlins destaca os vaivéns da ação simbólica, ressaltando que ao serem atualizados, os significados oferecidos em certo “horizonte de significação” são colocados em risco na ação, tanto pela conjuntura histórica da cultura, quanto pelo valor intencional subjetivo de seu uso pelos sujeitos ativos.

A ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável porque os conceitos através dos quais a experiência é organizada e comunicada procedem do esquema cultural preexistente. E um passado irreduzível por causa da singularidade do mundo em cada ação: a diferença heraclitiana entre a experiência única do rio e seu nome. A diferença reside na irreduzibilidade dos atores específicos e de seus conceitos empíricos que nunca são precisamente iguais a outros atores e outras situações – nunca é possível entrar no rio duas vezes. As pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus conceitos; porque, se sempre há um passado no presente, um sistema a priori de interpretação, há também “uma vida que se deseja a si mesma” (como diria Nietzsche). (SAHLINS, 1990, p. 189)

Nos relatos registrados sobre o Guajuviras, não foram poucas as menções à pessoa do Padre Armindo Cattelan, em especial na forma carinhosa a que os muitos moradores antigos do bairro se referiam à sua pessoa. Esta presença constante chamou-me a atenção, sendo que, em uma das minhas entrevistas com

Jéferson, lá surgia novamente à menção ao padre. Depois de conversarmos em companhia de outro pároco do bairro, conseguiram-me a indicação de onde estava morando atualmente Armindo. Ele vivia em um asilo Vicentino, localizado em uma importante avenida da cidade, chamada de Boqueirão.



Figura 21 – Pe. Armindo Cattelan – Fonte: do autor

Ao chegar ao local, sensibilizou-me a dinâmica do espaço, onde, logo na entrada, ao deparar-me com uma idosa que me olhava de forma emotiva, cumprimentei-a e recebi a demonstração de uma enorme alegria pelo gesto. Enquanto aproximava-me, pude perceber vários rostos diferentes, alguns marcados pelas limitações do corpo, outros pela ausência da sanidade mental, mas

principalmente por certa melancolia amarga, marca pelo descontentamento de estar ali. Embora o espaço do asilo possuísse certa beleza, a ausência de significado na expressão de algumas pessoas trouxe-me uma sensação de desconforto. Logo perguntei à enfermeira onde poderia encontrar o Padre Armindo, e fui informado que ele era o pároco responsável pela capela existente na instituição. Em seguida, conduziu-me até um corredor onde havia muitas pessoas e pequenas habitações dos moradores. Ao final, próximo à porta da capela, estava um pequeno quarto, ali encontrei Armindo debruçado em sua escrivaninha.

Armindo é magro, alto e calvo, estando com 78 anos de idade, esbanjava vivacidade e disposição. Ele era o padre responsável pela capela do asilo, demonstrando muita afeição no trato com as pessoas que ali habitavam. O asilo era bem próximo ao bairro, o que demonstra como o padre relutava em distanciar-se da região, embora a Igreja o tenha afastado de suas responsabilidades religiosas no Guajuviras. O que posso dizer, é que Armindo poderia ser caracterizado como um ícone da luta e conquista daqueles moradores.

Após muitos acertos para realizarmos a primeira conversa, chegou o esperado dia, Armindo me recebeu alegremente, vestindo uma camiseta confeccionada pelo grupo que se organizou para a ocupação do Bairro. Nela estava pintada à mão vários barracões, com o título de “ocupação Guajuviras”. Percebendo meu interesse, logo me explicou que a colocara propositalmente, pois ela havia sido confeccionada pelos ocupantes durante um período difícil vivenciado conjuntamente no processo de ocupação. Pensar que o Padre guardara por 28 anos aquela camiseta da ocupação demonstrou uma verdadeira devoção por aquela experiência.

O pessoal estava esperando há anos. Gente que estava morando em fundo de quintal, aqui (Igara), Mathias, Rio Branco, Niterói, Não é? Ai, encostado em parentes e vizinhos esperando, porque ficaram anos. Até que chegou um momento pessoal que, em determinado. É lógico que houve gente que organizou, e ocuparam. Foi um cenário que vou te contar, sabe o que é formiga carregando a sua folhinha assim? Vinha gente de toda a parte [...] Com colchão nas costas, com uma cadeira, com alguma coisa entrando, e tomando posse, ou do apartamento ou de uma casa (Entrevista Padre Armindo, 16/03/2015).

Armindo demonstrava muita empolgação com o assunto, descrevendo sua experiência enquanto padre e ocupante. Ele destacou enfaticamente que no momento em que se interessou pela ocupação, sentiu-se desafiado pelos diálogos propostos pela teologia da libertação. Lembrou que em sua juventude eclesiástica teve contato com pensadores como Leonardo Boff, mas ressaltou admiração

especial pelo padre peruano Gustavo Gutiérrez e por Paulo Freire. Destacou que em certo momento estava presente em um diálogo com Paulo Freire, quando este havia contado sobre suas experiências com as populações ribeirinhas. Segundo Armindo, Freire narrou um evento em especial, em que na perspectiva de implantarem uma escola para as crianças em um vilarejo, depois de um tempo, percebeu que as suas preocupações não eram as mesmas compartilhadas com os moradores.

Embora estes estivessem felizes com a escola, sofriam muito com a falta de um “campo santo” para realizarem o enterramento de seus mortos. Este grupo de pessoas por anos foram obrigados a realizarem os enterros em uma cidade que ficava a quilômetros de distância da vila. Neste sentido, Armindo interpretando o que lhe foi passado por Freire, destacou que por vezes as necessidades das pessoas são diferentes das que achamos serem necessárias, sendo que ali se percebeu que enquanto padre deveria estar atento ao que as pessoas necessitavam, e não deter-se ao que ele achava que era necessário.

O que o povo precisa não um líder, mas uma liderança. [...] A inspiração toda da religiosidade, do trabalho, vem da teologia da libertação. Nós estávamos colocando em prática aqueles princípios elaborados pelos teólogos, que já tinham feito esta laboração teológica a partir de experiências assim. Eu fui morar lá não por inspiração, não. Estes teólogos que foram os pais da teologia da libertação, como Leonardo Boff, o Gutierrez, estes moraram tempos dentro das comunidades. (Entrevista Padre Armindo, 16/03/2015)

Na forma como Armindo foi destacando as diferentes necessidades e requisições que percebeu na rotina e convivência com os ocupantes, e também percebendo a maneira como ele se permitiu ser surpreendido nesta convivência, refleti sobre a importância da percepção de que os históricos de processos de ocupação superam questões que os resumem a iniciativas desorganizadas, imediatistas, onde a necessidade está acima de questões de organização. É evidente que diante destas dificuldades de acesso ao espaço urbano, as populações carentes idealizam o seu próprio território através da invasão de áreas vazias construindo suas habitações. O processo de constituição destas ocupações normalmente se dá em áreas de elevado valor imobiliário próximo ao centro da cidade, viabilizando o acesso ao trabalho devido ao custo elevado do transporte público, e da possibilidade de acesso ao emprego.

Atualmente muitas das ocupações são vistas pelo poder público apenas enquanto infrações das regras estabelecidas pelo mercado imobiliário, onde quase sempre a resposta para estas ações ocorre por meio de remoções e

reassentamentos. Procurando contrapor esta ótica estabelecida, o pesquisador tem a responsabilidade de compreender a existência de uma diversidade de aspectos que estão além da luta por moradia, elementos implicados na constituição destes espaços, indicações que subtendem a um universo particular de motivações conduzindo pessoas a ocupação de territórios e imóveis.

Armindo destacou dois pontos importantes em sua percepção, o primeiro era que embora o Guajuviras corresponda a todos estes aspectos, a sua diferença esta em que as habitações já estavam parcialmente prontas, e foram arrastadas nesta condição por mais de 20 anos em um longo processo de corrupção e superfaturamento das obras. O segundo ponto era que havia uma intensão gerida antes da realização da ocupação. Ela não foi ocasional, ou movida apenas por um ímpeto repentino. Em anos anteriores, ainda no período da ditadura militar, contando com apoio da Pastoral católica, constituída por freiras e padres integrantes da esquerda católica⁹, outra ocupação fora usada como laboratório para futuras iniciativas semelhantes. Unidos com a pastoral, um grupo de pessoas havia ocupado em Canoas uma área verde conhecida hoje como vila Santo Operário.

Eu voltei, já tinha esta experiência. (Bairro Santo operário) e estava aquele povão todo lá. Você sabe que o povo mesmo sempre tem assim a alma bem religiosa, muito profunda. A gente chama de religiosidade popular, mas não é! É a fé popular! Que é a força que mais resiste a qualquer opressão. Se não tiver esta resistência, ninguém aguenta. Ou ele se corrompe, ou ele se acaba. A primeira coisa que eu fiz foi morar lá, **não de fora**, mas como ocupante também. (Entrevista Padre Armindo, 16/03/2015)

Ele destaca que, juntamente com outro interlocutor desta pesquisa, o militante Antônio Cechim, ponderaram a entrada da pastoral em conjunto com a ocupação, procurando uma forma de estabelecer um ponto de auxílio para estes

⁹ Ao conceituarmos o termo “esquerda católica”, buscamos homogeneizar as definições existentes, adquirindo um termo que fosse adequado para este segmento, propondo com isso, um panorama dos termos empregados por vários autores e seus significados, assim como pesquisando a literatura histórica referente ao tema. Mainwaring (1989) caracteriza a esquerda católica como um movimento elaborado por leigos da igreja reformista. Porém, outros autores como BEOZZO (1984), SEMERARO (1994), SERBIN (2008) e FLORIDI (1973), destacam a presença e atuação de padres, bispos e seminaristas, vinculados diretamente à hierarquia é considerada como essencial, identificando-a como orientadora de todo o laicato progressista. A esquerda católica protagonizada por leigos, não estava abaixo de um controle rígido da hierarquia católica, fato que garantia certa autonomia. O termo “Esquerda católica” é referenciado inicialmente por Candido Almeida (1966), em um livro produzido em meio à ditadura militar, onde o autor propõe que o desígnio da esquerda católica constituía-se em transformar a civilização do trabalho partindo de uma perspectiva de consciência de coletividade, integrada a atividades pedagógicas e intervenção na práxis social das periferias, defendendo a liberdade a partir de uma liderança considerada genuinamente cristã. O abandono da alienação operaria em uma dimensão ética e militante, constituída a partir do fortalecimento da cultura popular. Essa perspectiva assimilada por católicos na década de 60 e foi também denominada como “Radicalismo católico” (FLORIDI, 1973), e “Progressismo católico” ou “Cristianismo da libertação” (LOWY,2007).

ocupantes no momento da posse. Segundo ele, a ocupação da vila Santo Operário havia sido uma atuação com teor político, principalmente pelas características das lideranças que lá atuaram. Mas ressalta que, ao perceber a oportunidade de ser concretizada a ocupação do bairro Guajuviras, sentiu que poderia ir além de suas expectativas, sobretudo nas suas concepções de coletivo.

Padre Armindo posiciona-se a favor de participação intensa dos ocupantes assumindo o protagonismo, por vezes recusando a presença das instituições e enfatizando a atuação popular. A ocupação da vila Santo Operário, conforme ele destaca, foi muito politizada, deixando a desejar em aspectos que se comunicariam de forma mais íntima com seu ideal de comunidade. Já o Guajuviras seria a oportunidade de realizar este sonho, de uma concepção de comunidade unida a favor de um sentimento coletivo, que ressaltasse as virtudes em que acreditava enquanto religioso.

Na época da ocupação, isso lá por meados de 1987, Armindo já tinha atuado 20 anos como padre, sendo que destacou que havia passado por muitos apertos, em especial no período da ditadura, quando, por muitas vezes, foi preso pelo DOPS sob a ameaça de morte. Ele aponta que outros padres próximos haviam passado por momentos terríveis de tortura e humilhação, destacando que no período se fosse encontrado apenas um livro de Marx em sua residência, você estava passível de ser preso vitimado pelo regime. O fato era que mesmo em 1987, dois anos após o fim do período do regime, ainda muito da política da época era permeada pela sombra da ditadura. Mesmo tendo passado por outras ocupações anteriormente, como no caso da vila Santo Operário, foi na ocupação do bairro Guajuviras que se lançou completamente no desafio de vivenciar as experiências propostas por suas crenças. Na constituição de sua narrativa, Armindo expressa uma relação paternal com o Bairro, em outros momentos este se sobressai como grande obra de sua vida.

Conjecturando sobre a teoria Ator-Rede, de Latour (2012), poderíamos dizer que, para o interlocutor, o bairro é interpretado enquanto um ator, que foi gestado, pensado e esperado com carinho. Para aqueles que em um primeiro momento imaginavam na incerteza a possibilidade da consolidação do bairro, a ideia da existência do bairro Guajuviras era uma esperança alimentada, que moveu o grupo em meios às ameaças promovidas pelo poder público, ainda muito marcado pela truculência da ditadura brasileira. Entender, depois de tantos anos, a ênfase da fala de Armindo, é observar os ocupantes do passado caminhando em direção ao

objetivo da materialização de suas aspirações, percebendo que o bairro hoje no presente é também aquele ideal, materializado como um espaço que foi depósito de expectativas, interagindo com a realidade daqueles indivíduos. Partindo da perspectiva de Latour, é admissível pensarmos no Guajuviras enquanto um ator não humano, diametralmente conectado e em sucessiva mobilidade e ação, produzindo performances de múltiplas realidades que interagem com os moradores.

Percebe-se que ele não alude apenas a si, ele comunica também as pessoas, estas que devolvem a fala sobre ele. Os habitantes compartilham o espaço mutuamente, trocam imagens e olhares, observam e são observados, alterando-se mutuamente. Mais do que um lugar de habitar, o Guajuviras constitui-se como um símbolo que promove harmonia e contradição, uma sensação na mente dos “de dentro” e dos “de fora”. Embora muitos olhem friamente para o Guajuviras como um mosaico constituído por peças distintas, coladas por diferentes pedaços, vilas e regiões, seus habitantes não negam suas fronteiras, eles não as consideram quando levam sobre si esta designação, por vezes estigmatizada, de “habitantes do Guaju”.

Durante o processo de consolidação do movimento de ocupação, uma diversidade de valores religiosos foi assimilada, identificando a presença da atuação pastoral. Encontramos estes indicativos não só através da fala de Armindo, mas por meio de diversos atores que enfatizaram esta perspectiva estabelecida através da presença de religiosos atuando na constituição da ocupação. Elementos fundamentais não só na concretização do movimento, mas do que entendemos enquanto Guajuviras no presente. Armindo conta que logo que entraram na ocupação, trataram de ajudar as pessoas na organização de um movimento, montando uma extensa rede de solidariedade.

Ele exemplifica sua fala, recordando que já dentro da ocupação o Padre era o único que possuía um carro no Bairro, tornando-se com isso o exclusivo meio de transporte que socorria as pessoas enfermas e que precisavam de rápido auxílio médico. Ele relata que não foi poucas vezes que levou às pressas pessoas desfalecidas no banco de traz do seu fusca, em direção ao hospital da cidade, o Ns^a das Graças. Ele complementa que, se o objetivo do grupo de religiosos era incentivar as pessoas a terem uma postura solidária, fazia-se necessário que os componentes do grupo de padres e freiras, como responsáveis religiosos dessem o exemplo. A perspectiva de coletivo era uma ênfase forte no movimento, e as reuniões eram feitas em um barracão de uso da igreja. Ali faziam refeições coletivas,

onde cada um que contribuía com o pouco que tinha. Armino enfatiza que a perspectiva do movimento era essencialmente voltada para o povo, e que o ponto de vista secundário era o religioso. Ele ainda ressalta que todas as diferentes religiões tinham seu espaço e podiam colaborar.

As diferentes religiosidades, o ecumenismo, era algo natural, não precisava alguém vir e dizer, chamar para falar de sua religião, etc. Ele já estava inserido, ele fazia parte do grupo. (Entrevista Padre Armino, 16/03/2015).

Esta mesma memória que remete à solidariedade compartilhada é também ressaltada na fala de Gerson Rocha, hoje professor de história, com 44 anos, casado e pai de um filho. Ele se lembra do Guajuviras em sua adolescência, onde junto com sua irmã, se aventuraram a ocupar um dos apartamentos que faziam parte do complexo. Conta que no período sua irmã havia se casado a pouco tempo, e moravam de favor junto a familiares. Devido a difícil condição econômica do país, e contando com baixos salários, não tinham condição de adquirir uma casa própria.

Quando souberam da possibilidade de ocupar um lugar que possuía residências prontas para serem ocupadas, uniram-se à multidão e conseguiram entrar em um apartamento localizado no setor quatro. Gerson descreve o processo de ocupação como uma zona de guerra, pessoas de um lado e polícia de outro. A tensão estava no ar, o nervosismo e medo tomavam conta das pessoas desesperadas pela possibilidade de conseguir uma das residências. Ele ressalta que embora o país houvesse passado a pouco por uma abertura democrática, ainda se sentia no ar o medo da pressão dos militares, em especial por tudo que resultou deste período de forte perseguição e marginalização dos movimentos sociais.

No dia da ocupação, havia um cordão de militares fortemente armados, na entrada principal do bairro, tentando impedir os ocupantes, e por isso, esperaram por longo tempo a possibilidade de embrenharem-se no bairro. Sabendo disso, eles decidiram por se aventurar em uma floresta de eucaliptos que na época era localizada próxima a uma importante avenida periférica chamada Nazário. Através deste caminho, conseguiram chegar até a avenida principal do Bairro, e ocupar um dos apartamentos que ainda se encontrava disponível para posse.



Figura 22 – Moradores e policiais beirando o confronto – Fonte: Arquivo de Canoas.

Gerson recorda que o estado das habitações era deplorável, estavam semiacabadas e carentes de diversas conclusões elétricas, hidráulicas, para tornar possível o uso enquanto moradia. Ele narra um evento ousou a desentupir o encanamento da pia com uma mangueira, só que ao invés de empurrar o esgoto que estava nos canos para fora, acabou por libera-lo, espalhando jorradadas de dejetos pela cozinha. Ele lembra que nos primeiros dias as pessoas estavam desesperadas devido às péssimas condições, e o clima de violência que pairava no ar.



Figura 23 - As construções inconclusas já ocupadas – Fonte: Arquivo de Canoas

De todas as lembranças amargas, ele recordou de um evento em especial em que um dos ocupantes, metalúrgico, havia saído para trabalhar e deixado sua esposa e filhas na residência ocupada. Neste dia, pessoas violentas que participavam do primeiro período da ocupação, aproveitaram-se do momento para ataca-las, abusando e tentando assumir o controle da residência. Gerson destaca que a situação era caótica, pessoas criminosas andavam pelo bairro roubando as residências, por isso era fundamental que nunca desocupasse a casa, permanecendo-se sempre vigilante. Tal fragilidade permitiu que os ocupantes se aproximassem, formando redes de solidariedade para protegerem-se mutuamente.



Figura 24 – Gerson Rocha – Fonte: do Autor

Gerson lembra que diante deste clima tenso, começaram a surgir pequenas redes de ocupantes que se auxiliavam fazendo refeições coletivas, trocando objetos e compartilhando comida, e principalmente bolando esquemas de proteção. Ele recorda

que havia no ar um clima de solidariedade envolvente, mobilizando diferentes pessoas, de maneira a sentirem-se amparados em meio à constante falta de recursos que assolava os ocupantes. A pressão que ocorria de diversas maneiras e direções mostrou para os ocupantes que estabelecer esta rede de solidariedade, podiam contar com um recurso fundamental para consolidar a permanência dos moradores e resistir no local.

Ainda lembrando-se da gravidade da situação e das péssimas condições, ele fala que no período havia apenas uma torneira para todos os habitantes que ocupavam o residencial, sendo constantemente vigiada pela polícia, fato que agravava ainda mais a situação. Sair do bairro também era um problema, pois com o cerco constante dos policiais, eram vigiadas a entrada e saída dos ocupantes que trabalhavam. Muitas vezes, por motivos banais, estes eram barrados de voltar para as famílias que estavam dentro do conjunto. No caso do desamparo, do retorno de um familiar, os outros moradores tratavam de auxiliar as famílias que ali continuavam resistindo. Para Gerson, a pressão era tão grande, que as autoridades chegaram a criar um salvo conduto, no intuito de controlar quem entrava ou saía do bairro.

COHAB-RS

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o(a) Sr(a).

Diniz Carlos Zacher

IDENT - 1018162857

A ENTRAR E SAIR DO NÚCLEO GUARJUVIRAS

COHAB/RS

Em 07/04/87

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVISÓRIO

Figura 25 - Salvo-conduto oferecido pela COHAB – Fonte: ZACHER, 2003, p. 43.

Ao se referir ao Guajuviras atualmente, destaca que em seu sentimento o bairro representa um momento especial no qual experimentou a percepção da solidariedade humana de forma única, em um tempo de crise. Para ele foi uma experiência singular em meio a uma situação de confusão e necessidade. Para Gerson o bairro é um símbolo, uma referência, é luta e resistência, foi à possibilidade de uma vida melhor para a família, em um período de sua vida que passou, mas cuja presença ainda é sentida.

Avaliando a perspectiva da constituição do relato de Gerson, e as afinidades que apresenta em relação às narrativas de seus pares, torna-se inevitável a referência aos estudos da memória de Maurice Halbwachs (1990) e Joel Candau (2011). Percebe-se que no decorrer de seu relato, a memória individual de Gerson alcança uma narração que é representada através do coletivo, principalmente quando evoca uma solidariedade compartilhada. Neste sentido quando a narrativa assume a ênfase deste sentimento solidário, encontra o seu ponto de referência na memória coletiva, possibilitando a compreensão de que estas reminiscências também são constituídas no interior de um grupo. Pensando em Candau (2011), poderíamos entender que estas memórias que referem à luta e conquista do espaço, são parte da sustentação da identidade, elementos que também designam este “ser do Guaju”. A região em nossa memória onde são geradas estas ideias, pensamentos, emoções, paixões que atribuímos autoria, são, na verdade, causadas pelo grupo, elementos que manifestam uma “intuição sensível”.

“Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social admitiremos que se chame intuição sensível” (HALBWACHS, 1990, p.41).

A narrativa de Gerson vai ao encontro do bairro, as suas memórias evocam a luta, o sofrimento, toda a agonia que as pessoas necessitaram padecer para que ele fosse gestado, conforme destacado pelo Pe. Armindo. Ao mesmo tempo em que o Bairro é representado enquanto espaço ocupado evocando as memórias dos ocupantes, os ocupantes junto com os habitantes do presente tecem uma teia de significados. Ponderando tais experiências narradas nos termos de Clifford Geertz (1978), perceberíamos a cultura como esta teia de significados, que é habilmente tecida pelas narrativas dos ocupantes, orientando a existência e os sentidos produzidos. Através das narrativas, percebe-se que o sistema simbólico dialoga com os símbolos produzidos por cada indivíduo do presente e passado, promovendo uma

interação recíproca, que encontra pontos de convergência e contradição, não afetando a experiência com o espaço. Geertz (1978) propõe a definição símbolo enquanto qualquer ato, objeto, acontecimento ou relação que represente um significado.

Para outros, entretanto, ele é usado para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção — a concepção é "significado" do símbolo - e é essa abordagem que seguirei aqui. [...] são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de ideias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças. (GEERTZ, 1978. p. 67-8)

Para compreendermos a experiência destes ocupantes e sua cultura, faz-se necessária à interpretação desta teia de significados. É através das diferentes configurações que criam novos sentidos, é que encontramos os personagens surgindo com as narrativas. Lugar onde percebemos memórias produzindo a experiência, transitando entre sentidos de passado/presente recobrando significados. Na medida em que pude compreender que estas manifestações de significados transitavam em diferentes temporalidades, encontrei nas formas de associação e sociabilidade a manifestação dos processos cooperativos, vistos como instauradores de solidariedades e lealdades, proporcionando ordem e equilíbrio social entre os Habitantes do Guaju. Koury (2003) define a importância do local para a constituição da teia de sentidos realçando um “caldo comum” que detém em si este “ser solidário” dirigindo as ações individuais em uma coletividade. Assim podemos encontrar o Guajuviras enquanto o espaço deste “Nós Relacional”, manifestando uma cultura solidária, estabelecendo códigos de moralidade e sociabilidade que são assimilados pelos moradores do bairro.

“O lugar do (nós), assim, é o caldo comum dos diversos mapas estabelecidos pelos sujeitos na sua permanente configuração, enquanto pessoa social, como mim. Ao lançar um mapa sobre um universo simbólico específico que forma um mundo comum, cada indivíduo, socialmente, se reconhece e reconhece o outro real e simbólico, que dele e por ele emergem, enquanto semelhança, ou enquanto diferença, ou enquanto ambos” (KOURY, 2003, p. 79).

Esta mesma perspectiva solidária foi muito bem incorporada na implantação de uma importante casa religiosa, hoje estabelecida no bairro e chamada de Sabyo Ylê Dos Orixas. Ela é coordenada pelos líderes babalorixás¹⁰ Jorge Grinã e João de

¹⁰ O mais alto grau hierárquico: é o chefe do terreiro que também pode ser denominado Diretor de culto. Aquele ou aquela que dirige o terreiro e que exerce toda a responsabilidade espiritual dentro dele. É o pai ou a mãe-de-santo responsável pela feitura dos médiuns, os filhos-de-santo.

lemanjá. É uma casa religiosa antiga, que foi transportada para o bairro Guajuviras por estas lideranças, em um oneroso processo conforme narrado pelos interlocutores. A sua tradição remete a duas ex-escravas do Príncipe Custódio¹¹, que após a libertação foram para a cidade de Rio Pardo, e ali fundaram este espaço religioso. Uma característica interessante é que a casa desde a sua fundação, sempre manteve duas lideranças como responsáveis, e vem conservando através dos anos esta mesma tradição, de possuir dois Babalorixás instituídos como líderes.



Figura 26 – Jorge Grinã e João de lemanjá – Fonte: do Autor

¹¹ Seu nome tribal era Osuanlele Okizi Erupê, filho primogênito do Obá Ovonramwen que, ao chegar ao Brasil, adotou o nome de José Custódio Joaquim de Almeida, Príncipe de Ajudá (1832-1936)

Antes da implantação da casa no bairro Guajuviras, em meados dos anos 90 por questões de trabalho, Jorge Grinã e João de Iemanjá vieram morar em Canoas, estabelecendo sua residência no bairro. Mas com a dificuldade de oferecer continuidade ao trabalho religioso na cidade de Rio Pardo, especialmente por questões de distância, ambos decidiram que o melhor era trazer a casa para o Guajuviras, e com isso preservar a memória e dando sequência à uma tradição estabelecida por seus Pais de religião.

Embora se constitua enquanto uma casa ancestral, Jorge e João fazem questão de ressaltar suas preocupações com uma diversidade de dilemas contemporâneos, que vão desde questões ecológicas, mas em principal a preocupação em relação à função social da casa enquanto um espaço de solidariedade. Ressaltam que além dos serviços religiosos que prestam a população do entorno, eles fazem questão de integrar a casa as festividades que ocorrem no bairro, tornando possível a prestação de serviços e apoio a comunidade.

Esta percepção estava presente em todo o momento enquanto estive junto a eles no templo da Sabyo Ylê Dos Orixas. O ambiente possuía um fluxo muito grande de pessoas, e todos na casa faziam questão de evidenciar que embora se constituíssem enquanto praticantes de sua religiosidade, entendiam a importância de estarem integradas as necessidades do entorno da casa. Isso se refletiu no tratamento que recebi, onde pude permanecer um longo tempo sendo muito bem tratado, inclusive participando de uma refeições coletivas que foram oferecidas para todos os que ali estavam.

Os babalorixás destacam que o sucesso da casa na região deve-se a compreensão da lógica de atuação solidária que opera no bairro. Em sua narrativa personificam a importância de diferentes credos e perspectivas que se unem para atuar em conjunto com uma percepção de bem comum. No caso da Sabyo Ylê Dos Orixas, eles vêm encontrando uma relação exitosa neste sentido, tendo a participação de diferentes crenças em suas festividades, tanto em celebrações religiosas quanto as sociais. Eles destacaram a alegria da presença da juventude católica, que muitas vezes participa das festividades dialogando, atuando e ajudando na organização e distribuição de alimentos. Também se lembraram do apoio da vizinhança que sempre facilita a realização destes eventos.



Figura 27 – Festividade realizada no dia das Crianças 2015 – Fonte: Sabyo Ylê Dos Orixas

A casa também oferece formação gratuita para aqueles que têm interesse no aprendizado de instrumentos musicais religiosos, sendo que muitos dos alunos fazem parte da comunidade. Para realização das aulas eles atuam em parceria com outras casas religiosas da região, formando novos alabês¹² para os cultos e rituais. Tanto Jorge como João, são hábeis tamboreiros (alabês) reconhecidos no Rio Grande sul, e fazem questão de compartilhar este conhecimento, conjugado as suas tradições religiosas. A casa possui um grande fluxo de pessoas que frequenta, dentre estes muitos são religiosos que habitam ou possuem outras casas no bairro, moradores, amigos, etc.

Então é isso que nos aproxima, o amor ao próximo, à caridade, o respeito e a unidade, a humildade acima de tudo e amor. É isso o que constrói. Então

¹² Segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana o alabê é músico ritual da orquestra do Candomblé. É necessariamente um Ogã submetido aos rituais de iniciação. O nome designou, originalmente, e em especial na mina maranhense, o tocador de agbê (alagbê, "o dono da cabaça"), tendo daí ampliado seu sentido.

é isso o que construiu o nosso bairro, e é isso que construiu este templo onde hoje tu esta. Então é esta união e esta dedicação. (Entrevista Jorge, 02/05/2015).

Ambos destacam alegria por morar no Guajuviras, e que hoje se identificam enquanto “habitantes do Guaju” por meio deste sentimento que consideram como característico do Bairro, o sentimento solidário que integra e produz identidades. Ele não seria representado somente através do sentimento religioso, mas igualmente pela capacidade dos habitantes em se unirem através de propósitos visando um bem comum.

Foi observando estas narrativas, que encontrei a mesma referência em temporalidades distintas, indicando uma rede de solidariedade compartilhada. Na fala de Jeferson os seus vizinhos são sua família, acompanharam a sua vida desde a infância, suas casa são extensões de sua residência, como dito por ele. “sempre vivemos todos juntos aqui, eles são como meus tios e tias, eles são minha família!”. No caso de Armindo, ele oferece referência enquanto; “éramos uma grande família”, já o professor Roberto diz “Aqui todo mundo é muito próximo, está muito ligado!”, e na narrativa de outro interlocutor chamado Edimar Dias, encontramos a ênfase; “No início era muito estranho, eles nos convidavam para jantar, nem nos conheciam. Mas hoje é normal, eles são como família, levam até minha irmã pra escola!”.

Claudia Fonseca (2000) ratifica a importância destas redes de solidariedade em bairros populares. No Guajuviras, esta perspectiva opera alterando as diferentes relações e rotinas do cotidiano, são aspectos importantes de pertencimento que estão ligados ao integrar esta rede solidaria. Ela não é somente um produto do presente, mas já integra códigos morais de convivência que remetem a diferentes temporalidades. O fato é que o “ser do Guaju” significa conter em si esta condição enquanto habitante solidário.

O indivíduo não goza sem ambivalência de seu êxito socio-profissional. Não é fácil trocar um grupo por outro. Mesmo se certas pessoas entram nos sindicatos, mesmo se estabelecem seu nicho dentro de uma categoria profissional, política ou religiosa, uma tal afiliação não substitui o pertencimento ao grupo residencial. Pelas redes de parentesco e de ajuda mútua, esse último garante aos seus membros um acompanhamento durante as rotinas cotidianas — acompanhamento este que é difícil achar fora dos bairros populares. Essa ambivalência, consequência dolorosa de um processo que poderíamos chamar (num paralelo grosseiro à psicologia individual) de "individação social", está presente em todas as estratégias empregadas para "subir na vida". Coesão, cisão — solidariedade, individualismo. Respostas lógicas às condições de precariedade econômica e política, essas duas tendências aparentemente contraditórias são estratégias empregadas em alternância pelas pessoas não somente para sobreviver, mas também para vencer na vida. E longe de se anularem

mutuamente, é, de certa forma, a interação das duas que contribui para o caráter particular da cultura popular tal como se manifesta [...] (FONSECA, 2000, p.109)

Esta impressão transcende questões de ordem subjetiva, tornando-se exigência para cada morador que subtende tal como requisito para integrar e se relacionar com os outros habitantes. A condição solidaria permeia os diferentes ambientes no bairro, abrangendo também espaços utilizados pelo comércio, igrejas, escola etc. Ela também esta nos diferentes discursos sobre presente e passado, surgindo em especial quando os moradores se referem mutuamente, também na constituição dos espaços sagrados, nos ritos religiosos, instituições, e redes de parentesco e relacionamentos.

Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. A solidariedade implica em um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações que ocorre dentro da sociabilidade. Este intercâmbio pode ser horizontal, quando a troca se dá entre iguais mediante um sistema de reciprocidade, ou pode ser vertical, quando se dá uma assimetria de recursos. (Lomnitz, 2009, p.19)

Para compreendermos estas inter-relações e seus processos no bairro, fez-se necessário perceber como os aspectos solidários são subentendidos através das redes de relacionamentos. Na medida em que apreendi estas manifestações, observando como surgiam as correlações entre o desenvolvimento, formas de associação e sociabilidade, foi possível compreender a importância de tal perspectiva no cotidiano dos Habitantes do Guaju. Por meio do encontro etnográfico observei muitas das configurações entre os grupos e associações, percebendo que são permeadas por códigos subjetivos, sensibilizando seus membros em torno de um conjunto de princípios, crenças e valores, que manifestam o “*ethos*” do grupo na maneira de perceber o mundo. Para entendermos este “ser solidário” recorreremos a alguns conceitos sobre tema, para abranger a relação que se estabelece no espaço do Guajuviras.

Através de um panorama fenomenológico sobre o tema, Assmann e Sung (2003) apresentam o conceito de solidariedade debatendo diferentes aspectos sobre o mesmo. Para os autores primeiramente a solidariedade pode ser entendida como um fato ou necessidade de interdependência na vida social, um conceito que é ligado à coesão social. Na análise também acrescentam a definição de solidariedade como “um chamado à superação, exclusão e da segmentação sociais” (ASSMANN e SUNG, 2003, p.47) Neste sentido a solidariedade é percebida como uma atitude

capaz de respeitar as diferenças, promovendo o interesse do grupo pelos problemas da coletividade, especialmente daqueles que mais sofrem com a situação. A solidariedade pode ser percebida como atitude, uma questão ética, que nasce do reconhecimento e afinidades desenvolvidas no cerne do grupo. A solidariedade/interdependência constitui-se em uma necessidade para a vida “da” e “na” sociedade, em casos como o do Guajuviras, também se tornou uma questão de convivência e sobrevivência.

Diante da história do bairro enquanto espaço de conquista, poderíamos entender que para o Guajuviras a “solidariedade” tornou-se este cimento que uniu os ocupantes visando à subsistência do grupo. É importante ressaltar que o surgimento do bairro deu-se devido às condições de pobreza de seus ocupantes, onde a forma de resistir às pressões do estado, deu-se por meio da divisão de tarefas e bens que encontraram uns com os outros, com isso, promovendo a solidariedade entre estes ocupantes. Muitos dos que trabalhavam fora do bairro ocupado, por vezes não conseguiam salvo conduto para retornar, logo seus familiares ficavam sob a responsabilidade daqueles que estavam dentro do bairro. Os que permaneciam em uma condição melhor contribuía para o auxílio dos que estavam desamparados.

Como destacado pelo interlocutor Padre Armindo, o espaço da igreja foi fundamental no sentido de promover a organização na distribuição dos mantimentos, também por incentivar entre os ocupantes uma consciência solidária. A consolidação deste sentimento solidário, enquanto parte do sistema simbólico dos moradores, é resultado do longo período em que estas pessoas foram incentivadas a perpetuar a prática, e também manter este sentimento enquanto forma de resistir. Neste sentido, o ser solidário é sobreviver, é possuir uma atitude de resistência, é a força para produzir a permanência.

A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro-e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é um conhecimento e uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual. (ASSMANN e SUNG, 2003, p. 89).

Através das narrativas percebi que esta consciência solidária não é casual, ela surge em um passado onde a condição de exclusão impeliu os ocupantes a estabelecer redes de solidariedade como forma de resistir e permanecer no local.

Mas uma vez que se consolidou a ocupação, esta perspectiva não deixou de fazer parte da teia de significados do bairro. A superação das diferenças, e a consciência solidária se constituíram como importante fator para o estabelecimento de uma harmonia entre os moradores. Isto se reflete em especial na forma como os habitantes que chegaram após a ocupação absorveram esta perspectiva, entendendo que para habitar no bairro precisavam incorporar estes códigos. Portanto, quero ressaltar que a solidariedade é construída ao longo da história de diferentes grupos, comunidades, e sociedades, por meio de normas e valores consensuais. Ou seja, o ponto de distinção é a motivação fundamentada nas convicções que impulsionam o agir solidário.

Percebendo esta forma de organização no bairro, não posso deixar de fazer de fazer referência ao Ensaio sobre a Dádiva, de Marcel Mauss (1974), com a idéia-chave de que a circulação de dons e contra-dons corresponde a um “fato social total”, englobando diversos domínios da vida coletiva. Um dos temas essenciais expressos na teoria de Mauss referencia à tensão entre “obrigatoriedade e espontaneidade” dentro do universo das trocas.

De todos esses temas muito complexos e desta multiplicidade de coisas sociais em movimento, queremos considerar um único traço, profundo, mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações (Mauss 1974, p. 41).

Pensar que este “ser solidário” também faz parte deste esquema que visa harmonizar as relações sociais dentro do bairro, e também é subjetivamente “espontâneo e obrigatório”, não seria precipitado. O tanto que muitos dos interlocutores que foram morar posteriormente à ocupação, destacaram que inicialmente se sentiram perdidos com alguns posicionamentos dos vizinhos. Estes que persistiam em atitudes consideradas “estranhas” na maneira de propor um envolvimento com proximidade. Ainda enquanto desconhecidos, traziam presentes, faziam convites para almoços e jantas, e demonstravam um cuidado excessivo com os mais jovens, enquanto outros familiares iam trabalhar.

Foi o caso dos babalorixás Jorge e João, que incorporando esta perspectiva, hoje atuam dentro do bairro integrados, não só com a comunidade, mas em parceria com outras lideranças religiosas e pessoas de outras religiões. Este aspecto chama atenção quando percebemos nas narrativas a descrição de diferentes trânsitos em espaços considerados sagrados por diversas religiões. Como no caso do Pai Jorge

Grinã, que dizia frequentar a igreja católica em agradecimento como parte de seus rituais, ou de Jeferson Cristian e outros jovens católicos que visitam as festividades na casa dos babalorixás Jorge e João, como forma de conhecer e estabelecer uma proximidade com estas lideranças religiosas do bairro.

Também encontro esta solidariedade na fala de Pai João que elogia o pastor evangélico vizinho a sua casa, destacando que ele sempre demonstra uma boa atitude com eles, por vezes até cedendo o pátio de sua residência como estacionamento nos dias de reunião da casa de religião. Ainda se ressalta, na fala do padre Armindo, que, com alegria, evoca o passado, destacando que o ecumenismo no início da ocupação era algo natural, pois estas pessoas eram parte importante do grupo. Ou do interlocutor Gerson, ao dizer que a melhor de suas memórias esta relacionada à presença de outros moradores que o ampararam e a seus familiares, durante o processo de ocupação. É importante ressaltar como este sentimento solidário, enquanto uma característica do bairro, refletindo seu sistema simbólico, organizando e oferecendo sentidos, não possui uma temporalidade específica, antes permanecendo em meio aos códigos morais que estabelecem os relacionamentos entre moradores.

É importante destacar que com a análise deste posicionamento solidário dos moradores, eu não quero dizer que há inexistência de conflitos. Mas sim que estes conflitos procuram ser mediados por esta perspectiva na convivência entre os habitantes. Neste sentido faço menção a uma frase de uma interlocutora indireta para exemplificar esta perspectiva.

Eu amo meus vizinhos, eles são o máximo! Os meus vizinhos são minha família mesmo, me ajudam em tudo. [...] Aqueles que não se ajeitam aqui logo o pessoal do bairro dá um jeito, dão um sumiço rápido! Quer incomodar, não respeitar? Logo dão um jeito neles, e eles somem!
(Interlocutora indireta – 08/ 2015)

3.2 Tensões entre formas de habitar: diferentes usos e significados de espaços que são considerados públicos.

Edimar Dias, hoje com 18 anos, foi morar definitivamente no bairro quando tinha 12 anos. Anteriormente a sua convivência devia-se ao fato de seu avô residir no Guajuviras, mas faz questão de enfatizar que sempre foi próximo ao bairro. Atualmente ele mora em uma casa térrea localizada na Rua Sete, junto com sua

mãe e irmã. Quando eu o conheci, ainda atuava como professor no colégio Guajuviras. Chamava-me à atenção na época ele me apelidar de “Ozzy¹³”, talvez devido aos meus cabelos compridos e meu gosto particular por camisetas pretas. Edimar sempre demonstrou aspiração pela música, não era de impressionar ele estar sempre com seu violãozinho debaixo do braço caminhando pelas dependências da escola.

De jeito irrequieto, sorridente, Edimar protagonizou um vídeo/protesto caseiro, onde foi propositalmente exigir alimento em uma das escolas no bairro. No vídeo ele ambicionou demonstrar que a escola deveria consentir que os moradores com fome se alimentassem no refeitório, e não impedi-los, pois a escola era de propriedade do bairro, e tal fato oferecia o direito de acessarem as refeições como recurso em caso de fome. Embora o registro tenha se tornado em um momento um tanto quanto engraçado, a proposta de crítica foi bem relevante.

Poderia descrevê-lo enquanto um indivíduo risonho, performático, cheio de talentos e pensamentos, que contagia com sua alegria e maneira de ser. Justo por perceber estas características, não pude pensar em outra pessoa com perfil e idade para conceber um pouco da fala destes moradores mais jovens e sua relação ao bairro. Edimar participa ativamente de várias atividades, em especial as que fazem parte de um circuito artístico que ocorre no bairro.

No dia do encontro para a entrevista, decidimos sair caminhando pelas ruas, indo a espaços que faziam mais sentido para ele. Seguimos em direção ao interior do bairro, caminhando pela Avenida 17 de abril. Edimar demonstrava apropriação com o espaço, entrava e saía por entre os prédios como se fosse parte de sua casa. Enquanto caminhávamos, ao incidirmos em frente a uma praça que possuía um palco no centro, ele destacou que ali era um local importante, centro de muitas das manifestações artísticas musicais do bairro. Estes eventos normalmente aconteciam no final de semana, agregando um bom número de pessoas. Edimar contou-me das diferentes dificuldades que ele e o grupo com quem se relaciona enfrentam para poderem tocar sua música nos espaços onde ocorrem estes eventos direcionados para a população. Ele destacou que alguns grupos que representam gêneros como Rap, Sertanejo e Funk acabam possuindo certa prioridade no uso do espaço.

¹³ Conhecido como Ozzy Osbourne é um músico, compositor e vocalista britânico. Famoso por seu trabalho como vocalista da banda britânica Black Sabbath, uma das pioneiras do Heavy metal.

Como refúgio, ele e os amigos recorriam a um estúdio privado que se constituirá enquanto espaço para o grupo de jovens que apreciava o gênero rock produzirem musica e se relacionar. Mas lamentou, pois há pouco tempo o mesmo havia encerrado as atividades devido a uma decisão da proprietária. Com o episódio do fechamento do estúdio, explicou que junto com alguns amigos, havia montando outro pequeno estúdio em um cômodo de sua casa, sendo que em um curto período de tempo o fluxo de gente que frequentava se tornou demasiado grande, chegando a ter 40 pessoas reunidas.



Figura 28 – Edimar Dias – Fonte: do Autor

Mas como o estúdio estava em sua residência acabou por gerar certo desconforto, sendo difícil de manter tanta gente frequentando. Atravessamos a rua e

passamos em frente a um espaço que é chamado de Casa das juventudes, lembrei que ali havia um estúdio que é muitas vezes divulgado através dos meios de propaganda da prefeitura, onde destaca ser direcionado para uso da população, então perguntei:

- Aqui na casa das juventudes não tem um estúdio publico para o uso dos moradores?

Ele rapidamente respondeu:

- Ah! O “estúdio público que não é tão público!”.

Edimar destacou que embora se diga que o estúdio é um espaço aberto para a população, devido à burocracia para o acesso, acaba por ser um espaço apenas para o uso de algumas pessoas. Este protesto de cognominar o “público de não Público”, veio ao encontro de algumas falas de outros interlocutores indiretos sobre o mesmo recinto, que narravam a dificuldade de ter acesso aos recursos que ali são oferecidos. Tal declaração de Edimar me chamou a atenção, ao ponto que decidi observar como era a rotina deste espaço em especial, por meio das mídias sociais e eventos, no intuito de tentar entender qual era o publico que frequentava.

Percebi através de um evento onde estive presente uma personalidade do Rap Nacional para dar um workshop, que as pessoas que participaram possuíam ente 12 a 18 anos, sendo que totalizou no evento uma média de 15 pessoas presentes. Ponderei que por ser um evento com uma personalidade importante, que representa certo gênero musical, além do pequeno volume de pessoas, o publico presente seria bem diferente. Neste sentido, confesso que a atuação da Casa das Juventudes desperta algumas questões, em especial porque há alguns anos atrás ela foi alvo de um documentário “La Borboleta de Guajuviras¹⁴”, produzido pelo cineasta basco Jairo Berbel Monreal, com enfoque na Agência da Boa Notícia¹⁵ Guajuviras.

Se este espaço é considerado público e de certa maneira oferece recursos para uso da população, por que desperta criticas, não só do meu interlocutor direto,

¹⁴ Realizado pelo cineasta basco Jairo Berbel Monreal, o documentário “La Borboleta de Guajuviras” mostra a história da Agência da Boa Notícia e o potencial transformador da comunicação cidadã em bairros como o Guajuviras.

¹⁵ A Agência da Boa Notícia (ABNG) foi criada em 2010, faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania e foi executada em parceria com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), localizada no município de São Leopoldo, cidade que também integra a Região Metropolitana de Porto Alegre. Trata-se de um projeto de jornalismo cidadão no âmbito do Pronasci, com metodologia e prática que impulsiona a visibilidade social positiva de jovens do bairro Guajuviras.

mas de outros indiretos aos quais entrevistei no decorrer da pesquisa? Parece-me existir um conflito relacionado às pessoas que frequentam o ambiente, pois embora seja um espaço aberto, a Casa das Juventudes encontra dificuldade em montar um perfil mais homogêneo de público que aproveite os recursos que ali são oferecidos. Neste sentido poderia interpretar que a respeito dos usos do espaço “público” reservado a Casa das Juventudes, manifestam-se distintas formas de sensibilidade jurídica (Geertz, 1997).

São modos de perceber os sentidos de justiça resultantes de maneiras diferentes de imaginar e conceber a realidade, produzindo processos que relacionam este “público” com o “não público”, o que deveria ser, e como na verdade é. A percepção do espaço público faz parte dos sistemas de símbolos e significantes de Geertz, estando permeado de significados característicos, a partir de concepções produzidas socialmente.

Nesta perspectiva de assimilação do espaço, Santos e Vogel (1985) destacam que as diferentes apropriações dos espaços públicos são relativas à função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. No caso da Casa das Juventudes, ali se designaria um projeto elaborado pela intervenção do estado e município, e que também faz parte do Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci¹⁶).

Acredito que a tensão existente localiza-se justamente na dificuldade de apropriação da casa por parte dos moradores. Tal conflito revela o porquê da designação de “público não público”, explicitando a crise na constituição de um espaço designado enquanto público pelo município, mas que é impedido de ser público pela mediação institucionalizada do espaço. O que ocorre é que ele acaba por não ser reconhecido por maioria, enquanto “espaço de defesa e superação”, justo pela ausência de elementos que evoquem estes sistemas de símbolos e significantes do Bairro. É importante ressaltar que não deixo de considerar esse espaço em importância, como outros espaços considerados públicos, que se volvem em centros de referência para a efetivação de mecanismos de regulamentação dos grupos e populações.

¹⁶ Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Existe uma complexidade de relações e circunstâncias que tornam possível evidenciar a organização de diferentes grupos dentro de um ambiente urbano. Neste sentido se ressalta que tal prática só encontra possibilidade através de um jogo de olhares, que obtêm certa distância e proximidade no decorrer da práxis etnográfica. No processo de mapeamento do bairro, observei com atenção certos códigos internos, que me conduziram durante o processo de deslocamento, chamando a atenção para as relações específicas estabelecidas no espaço.

Como visto anteriormente, Certeau (1994) afirma que o espaço deve ser compreendido pela prática e formas de ocupação que nele se verificam, que fica bastante evidente no espaço público aqui descrito, em que se evidenciam os desejos e as necessidades da população, e seu vínculo ao ambiente urbano.

As pessoas precisam desta proximidade, do senso de pertencimento e liberdade nos usos destes recursos. Também a possibilidade da personalização e customização do espaço, em acordo com a multiplicidade de culturas e etnias existentes. Pensando nas diferentes camadas e seguimentos, torna-se essencial a compreensão de que o Guajuviras é Rap, funk, sertanejo, rock, axé, enfim, o Guajuviras é esta colcha de retalhos que descreve a sua pluralidade. Outro ponto importante que pode ser registrado como um contraste destacou-se também na fala do interlocutor Jeferson Christian. Ao referenciar suas memórias afetivas, seguimos por trajetos que ele decidira traçar para a realização de nosso diálogo, mas um espaço em especial chamou a atenção, em principal por todos os sentidos que ali foram ressaltados.

Quero observar que para a construção destes trajetos, algumas das referências utilizadas na elaboração da proposta de constituir as narrativas em espaços que despertassem as memórias afetivas dos interlocutores, fazem alusão ao texto da Colette Pétonnet (2008), conforme explicitado no capítulo anterior, em que é proposto o deslocamento através dos espaços em uma condição de disponibilidade em relação ao ambiente e às pessoas, sem uma mobilização forçada a uma condição específica. Através do que ela designa como observação flutuante, fui desafiado a me permitir ser guiado em meio à dinâmica própria da cidade.¹⁷

¹⁷ De modo semelhante, as estratégias etnográficas sugeridas por Marco Antônio da Silva Melo (et al.) no documentário "10 rue Lesage, Belleville: A arqueologia urbana de um bairro parisiense" (França/Brasil, 2010), também foram inspiradoras neste percurso de percepção dos sentidos que permeiam paisagem urbana em imagens, guiado pelos meus informantes.

Esta concepção de construção das narrativas através da experiência cidadina foi concretizada por meio de imagens que borbulhavam na mente do meu interlocutor, apontando caminhos através de sua experiência com o espaço. Neste sentido a reflexão proposta para Jéferson galgou a possibilidade de construirmos juntos um trajeto transversalmente as nossas conversas, onde ele me levou aos espaços que para ele tinham relevância, possibilitando que através da experiência com o bairro, nós pudéssemos estabelecer a narrativa acessando suas memórias a partir desta relação.

No decorrer desta experiência, ele me conduziu até um campo de futebol localizado nos limites do bairro, próximo a Avenida Nazário. O campo encontrava-se cercado, totalmente fechado para o uso dos habitantes do entorno. Jeferson conta que certa vez os moradores tentaram voltar a reutiliza-lo para pratica de esportes, mas foram expulsos a tiros por alguém que havia sido encarregado pelo município de manter os moradores à distância. Segundo ele que aquele campo esportivo era muito especial para residentes, pois ali havia sido o espaço de um dos primeiros clubes esportivos da região. Também destacou que sua infância deu-se brincando no ambiente afetuosamente denominado de “campinho”, sendo um importante espaço depósito de suas memória e afeição.

Ali Jeferson pode lembrar-se os vários amigos que conheceu através da pratica do esporte, pessoas com quem ainda hoje mantém uma relação muito próxima. Ainda destacou a lembrança do irmão que era um ótimo jogador, apelidado de “gremista”, participando ativamente em muitos dos campeonatos que ali foram organizados.



Figura 29 – Jéferson Cristian – Fonte: do Autor

Foi interessante a forma como Jeferson, ao observar o campo, se comoveu, por momentos, sem poder conter as lágrimas. É importante ressaltar que as sociabilidades se manifestaram por meio da prática esportiva, produzindo toda esta complexa significação, que não só dizia respeito a quem ele era enquanto indivíduo, mas também remetia a significados construídos por aquele grupo que habitava no entorno. Diferente das dificuldades descritas em relação à casa das Juventudes, o campinho se constituía em um oposto às críticas e observações dos interlocutores. Aquele era um espaço personalizado, propriedade das pessoas, crianças, jovens e adolescentes, um espaço do bairro. Ele representava as práticas do cotidiano, o lazer, as amizades, a construção das relações e celebrações que ocorriam entre o grupo.

Gomes (2013) no desenvolvimento de sua dissertação “*Entre campos e cantos: para uma sociologia do futebol amador*”, enfatiza a importância destes espaços, e resalta a força dos vínculos que são estabelecidos entre os moradores, em especial em vilas e favelas. São campos abertos aos usos da comunidade, onde os times que coordenam os jogos estabelecem as regras. São espaços muito valorizados pela comunidade, como também por outras comunidades que estão nas proximidades. O “campinho” é um espaço onde se estabelece uma relação de solidariedade entre os diferentes bairros. Não há uma regra universal concernente

aos vínculos estabelecidos por comunidades, bairros e clubes de futebol amador. Em contrapartida encontra-se uma diversidade de formas de relacionamento entre a comunidade e os clubes, mudando de acordo com as classes sociais, faixas etárias dos participantes, levando em conta a localização espacial do bairro ou campo de futebol.

Nestes casos, pude observar que se trata de clubes que mantêm e a cada dia aumentam seus vínculos com a comunidade às quais pertencem. Este forte vínculo se faz presente, sobretudo, em vilas e favelas. Nestes locais é comum encontrar mais de um campo de futebol aberto à comunidade, nos quais um ou mais times mandam seus jogos. (GOMES, 2013, p.134)

No caso do “campinho” do Guajuviras, ele havia sido construído nos primeiros anos da ocupação, demonstrando importância enquanto representação de parte das histórias dos moradores que foram depositadas através do tempo. Ali as famílias do entorno encontravam-se, as crianças durante a semana brincavam, e os pais nos finais de semana se divertiam e socializavam uns com os outros. Esta percepção estava clara nos sentimentos relatados por Jeferson, que em meio a momentos intensos de emoção, não conteve as lágrimas ao narrar suas histórias e lembranças. Ao conceber suas memórias construídas por meio da proximidade com o espaço de afeição, uma infinidade de nomes brotava em tons de saudade.

Ele ofereceu atenção especial para uma ocasião que destacou com entonação ritual, o momento em que abandonou o status de “irmão do gremista”, e passou a ser reconhecido como Jeferson. Era como uma iniciação onde passara a ser reconhecido por seus pares como alguém, uma pessoa com importância, e não apenas o “irmão do gremista”. Em meio à emoção, ao oferecer consistência a sua narrativa demonstrou grande descontentamento com o uso do campinho na atualidade. Embora triste ainda esbravejou: “Pelo menos as crianças da escola podem usar o campo”. Mesmo com o distanciamento da comunidade de seu espaço de lazer, ainda a escola podia utilizar o local, mesmo que em raras ocasiões.

Estes são dois exemplos que destacam os diferentes usos e significados de espaços que são considerados “públicos”. Também apontam para a grande questão que se encontra entre espaços que são produzidos pela população, em contraste com os que são implementados e geridos pelo poder público. Conforme Lévy (2003) existem diferenças determinantes entre espaços que são gerados pela interação entre pessoas. Ao conceituar o que define como “espaços antropológicos” enfatiza que o homem constantemente produz e reproduz, transforma e coordena os

espaços. Estas estruturas são estabelecidas por pessoas, através da linguagem, imagem, valores e praticas, variando em acordo com a intensidade afetiva que os une. Cada espaço confidencia uma própria infraestrutura que o designa, conferindo autonomia e consistência. O espaço é um plano de existência, contendo diferentes ritmos que são produzidos por meio de uma imagem social. Neste sentido a permanência esta relativamente entrelaçada a quem oferece sentido, como no caso do “campinho”, que embora esteja fechado, ainda conservar-se enquanto espaço na memória dos moradores.

É importante destacar que para o poder público, a perspectiva antropológica que tem o enfoque no cotidiano destes habitantes, consistiria em uma ferramenta fundamental na implementação destes megaprojetos sociais no bairro, em especial no caso das propostas de pacificação e inclusão. Os conflitos operam justamente no âmbito das perspectivas provenientes “de fora e de longe” interpretando aqueles que estão “de perto e dentro do bairro”. Diante da estigmatização social que as zonas de concentração de pobreza urbana sofrem, por vezes associadas ao aumento do crime e violência, torna-se evidente que muitas destas percepções são resultantes do imaginário “de fora e de longe” que por vezes possuem uma condição elevada morando em zonas privilegiadas de maior poder aquisitivo. E é esta tensão proveniente da lógica estigmatizada, sendo também uma construção imaginada que sobrevém do histórico do bairro, que não permite que se encare o lugar enquanto um espaço com rotinas e percepções próprias. Entender os usos dos espaços por parte dos Guajuvirenses, e os símbolos que são estabelecidos, é fundamental para que seja interpretado de maneira correta como estes moradores utilizam o que é por eles considerado “público e não público”.

3.3 Caminhar na rua

Um acerto do município se deu no processo de revitalização das praças e inserção das academias públicas dentro do bairro. Após conversar sobre o estúdio “público não público” com Edimar, ele me conduziu até uma praça central próxima a casa das juventudes. Impressionou-me que ao chegarmos, ali estava um grupo enorme de pessoas utilizando todos os recursos disponíveis naquele pequeno espaço. Era a lotação das quadras de futebol, em contraste com pessoas que

estavam fazendo fila para usar os aparelhos da academia pública instalada em outra parte da praça. O grande número de pessoas não condizia com o tamanho da praça, sendo que era uma quarta-feira à tarde.

O público era um misto de várias idades, inclusive idosos acessavam os aparelhos de musculação com bastante liberdade, contando com o respeito por parte dos mais jovens. Lembrei-me de uma das interlocutoras indiretas, mãe de um dos entrevistados que em meio ao nosso diálogo entreviu com algumas observações bastante interessantes. Embora seu filho com insistência tentasse me apresentar como pesquisador, ela não dava ouvidos, e sem constrangimentos disse que ficou surpreendida ao ver que havia um carro diferente do convencional parado em frente a sua residência. Continuando sua explanação, ela destacou que pelo modelo achou que estava sendo visitada por alguém importante da prefeitura. Em seguida perguntou-me porque eu, enquanto representante do município, não levava as reivindicações de uma academia popular também para a sua região. Meu interlocutor persistia em tentar explicar que eu não era da prefeitura, sendo que a falante senhora nem dava ouvidos, e continuava sua explanação sobre a necessidade da existência de uma praça com um espaço reservado para a academia na região. Destacou veementemente que eu devia falar para o prefeito oferecendo a devida importância para aquela região do bairro, e que uma academia popular melhoraria a saúde das pessoas ali. Ao perceber estas requisições veementes sobre a necessidade de uma nova praça, e percebendo o uso intenso das praças existentes no bairro, entendi que estava posto um problema existente naquele espaço em relação a estes ambientes de uso público.

Ela permitia-se fazer a exposição de suas requisições. Eu não neguei em nenhum momento não ser um agente social, apenas escutei sua fala. A forma que a situação sucedeu, além de ser engraçada, revelava muito do que aquelas pessoas desejavam para a região do bairro.

Percebendo a morfologia, a forma desordenada e caótica como se deu parte da ocupação dentro de espaços reservados para os prédios, foi possível entender a função das praças, compreendendo que seus usos correspondem às necessidades daqueles habitantes que convivem em meio à desordem arquitetônica. Embora parte do bairro fosse planejada com habitações populares, os moradores modificaram os usos dos ambientes internos em acordo com as necessidades de moradia. Dentro dos espaços reservados para as residências, cada sobra possível

foi aproveitada na construção de um anexo ou casa, por vezes até em oficina de trabalho. A maneira como foi idealizada inicialmente, há muito tempo deixou de ser observada, assumindo características personalizadas por seus moradores. Quando pensamos na função de uma praça, no senso comum a primeira ideia que nos ocorre é um espaço de encontro, de lazer, de contato com a vegetação Etc. No caso do Guajuviras, as praças assumem uma importância fundamental, que é causar uma válvula de escape para as tensões produzidas por um espaço reduzido devido a uma produção edilícia desordenada. O problema não é o desenho das ruas, ou das quadras, mas o conjunto da produção arquitetônica comprometida pelo efeito da ocupação. Como já observou DaMatta (1978), “casa” e “rua” não sugerem apenas espaços geográficos ou elementos físicos que podem ser medidos, mas fundamentalmente são entidades morais, esferas de ação social.

Se observarmos dentro do projeto urbanístico, percebe-se que a concepção inicial priorizava as pessoas, onde a ênfase da composição de projeto destaca corredores verdes e evidencia a presença dos *culs-de-sac*¹⁸, influenciados pelo conceito de cidade Jardim¹⁹. Dentro dos espaços reservados para as residências, cada sobra possível foi aproveitada na construção de um anexo ou casa, por vezes até de oficina de trabalho. A maneira como foi idealizada inicialmente, há muito tempo deixou de ser observada, assumindo características personalizadas por seus moradores. Quando pensamos na função de uma praça, no senso comum a primeira ideia que nos ocorre é um espaço de encontro, do lazer, contato com a vegetação etc. No caso do Guajuviras, as praças assumem uma importância fundamental, pois são válvulas de escape para as tensões produzidas por um espaço reduzido devido a uma produção edilícia desordenada. O problema não é o desenho das ruas, ou das quadras, mas o conjunto da produção arquitetônica comprometida pelo efeito da ocupação. Se observarmos dentro do projeto urbanístico, percebe-se que a concepção inicial priorizava as pessoas, onde a ênfase da composição de projeto destaca corredores verdes que ainda hoje permanecem em desuso, resguardados pela população em grande parte do território, provavelmente esperando pela ação

¹⁸ Termo de origem francesa que se refere a uma via sem saída. Zona terminal de uma estrada ou arruamento.

¹⁹ Fundamentando a análise em grande parte na observação das péssimas condições de vida da cidade liberal, Ebenezer Howard, em seu livro publicado originalmente em 1898, propôs uma alternativa aos problemas urbanos e rurais. O livro “Garden-cities of To-morrow” apresenta um breve diagnóstico sobre a superpopulação das cidades e suas consequências. A proposta de um novo tipo de cidade perpetrada por Howard produziu uma ruptura na concepção existente, tendo grande influência no pensamento urbanístico posterior.

pública que possibilite que estes também venham a se tornar em ambientes de uso da população.



Figura 30 - Modificações nos prédios – Fonte: do Autor

Muitas destas praças que são referência para os habitantes, estavam incluídas no projeto original, o que de certa forma mostra que não foi descaracterizada totalmente a proposta urbanística inicial. Em uma análise da imagem abaixo é possível constatar a evolução da ocupação das áreas verdes e institucionais ao longo dos anos. As áreas verdes foram quase em sua totalidade ocupadas irregularmente, permanecendo apenas aquelas situadas junto a equipamentos comunitários e públicos. Quanto às áreas institucionais percebeu-se que foram mantidas, alterando apenas o uso no decorrer dos anos. Um exemplo destas ocupações irregulares é o Loteamento CONTEL, que ocupou uma grande área verde na zona central do bairro conforme figura apresentada.



Figura 31 – Evolução das Áreas verdes e institucionais – Fonte: do Autor

Ponderando sobre os usos oferecidos pelos habitantes a estes ambientes, o efeito da proposta inicial de projeto teve continuidade na ocupação, mostrando a eficiência de certos recursos que foram propostos pensando na população, mesmo em meio ao desenvolvimento desordenado. Os corredores verdes, pequenas áreas localizadas em meio ao do loteamento foram facilmente apropriados pela população como espaços preservados para uso público, enquanto as grandes extensões reservadas para as áreas verdes foram ocupadas, mostrando que a implementação de pequenos espaços produziu uma maior sensação de pertencimento impedindo que estas áreas fossem ocupadas.

O grande conflito está justamente no crescimento populacional que inflou os espaços com um volume de população em muito superior ao idealizado, fazendo com que estas praças hoje existentes fossem insuficientes. Por tratar-se de habitações de interesse social, o ambiente construído individual é muito pequeno fazendo com que os espaços públicos sejam os únicos espaços abertos com que estas pessoas têm contato. Neste sentido estas praças e espaços públicos se constituem como fundamentais. Arantes (2000) define estes espaços enquanto “suportes físicos de significações”, constituídos como espaços de pertencimento. Pensar as praças como continuação das residências eleva a condição destas em nível de significação.

Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de ‘pertencimento’ (ARANTES, 2000, p.106).

As academias de rua também corresponderam a esta necessidade de trânsito para os mais velhos. Os desenhos das ruas não propõem trajetos para prática de corrida ou caminhada, sendo que a avenida principal, 17 de abril, é muito movimentada para indicar este tipo de prática. As academias de rua estão substituindo os elementos propostos para as áreas verdes destacadas no projeto inicial, que previa a construção de centros esportivos, mas que após ocupação tiveram outros usos. É evidente a importância destes espaços que possuem como proposta a união da praça com esportes, mas devido a grande demanda e a falta de outras praças, acaba por gerar um fluxo muito grande nos existentes.

3.4 Avenida 17 de abril, o ponto de observação

Propus-me a aproximar a cartografia da etnografia, encontrando assim o modo de entender a intensidade deste percurso que era definido na Av. 17 de abril, e que ele era fracionado em diferentes regiões de sensibilidade. Percebi que a etnografia iria se produzir neste espaço comum, não somente na forma como eu percebia aqueles ambientes, mas na contraposição de qualquer classificação ou cristalização destas múltiplas expressões de vida. Poderia dizer que etnograficamente o percurso foi sendo construído no relacionamento com meus interlocutores, através dos deslocamentos produzidos na região. Não me ative a um procedimento metodológico rígido, mas pautei minha percepção a questões reguladas por demandas teóricas sobre o tema que estavam postas, flexibilizando o olhar conforme era constituído o trajeto pela avenida. Foi assim que encontrei a possibilidade de perceber a importância deste trajeto, não só por seus elementos urbanísticos, mas por todo um complexo de redes de relacionamento estabelecidas no local, que de certa maneira regem o cotidiano de muitos dos moradores da região por meio das sociabilidades ali encontradas.

Ponderando sobre a reflexão proposta por Bruno Latour (2012) acrescentei esta perspectiva à indicação de uma cartografia, onde as relações permeiam-se mutuamente. Percebi que para compreendermos a intensidade de muitos elementos simbólicos apresentados, não podemos percebê-los como categorias que diferenciam “atores” de “objetos”, distinguindo-os em diferença. Mas os indicamos enquanto elementos híbridos que se produzem na complexidade das afinidades, repulsões e relacionamentos. Seria observar o social conforme se organiza, percebendo as diferentes relações que partem de um espaço, onde a estabilidade da sociedade é sempre, a decorrência da resolução de controvérsias. O “barzinho” ali, o “botequinho” aqui, o xis, a casa do churrasco, o “recinto do petisco”, todas as referências quanto a espaços onde relações são constantemente produzidas e reproduzidas.

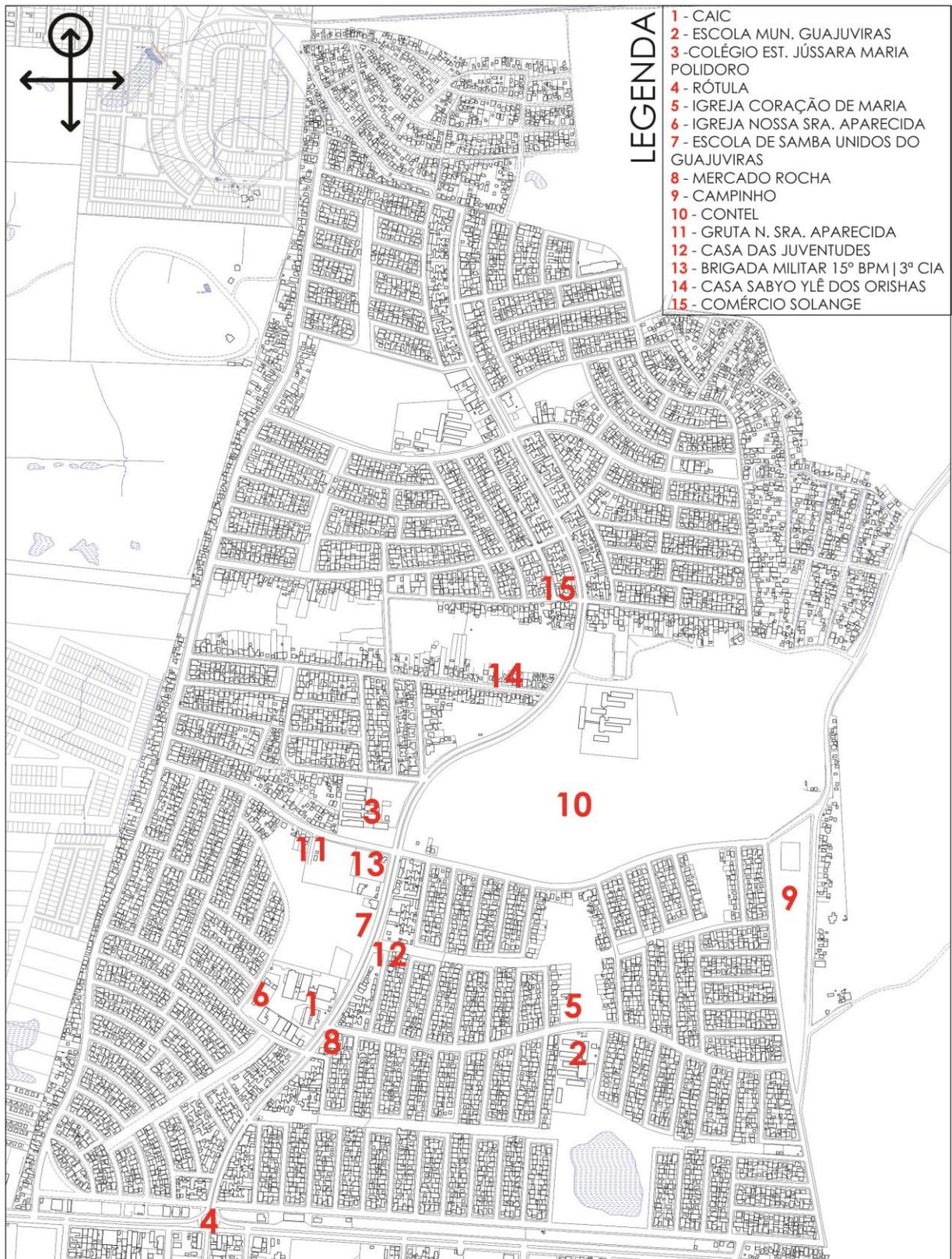


Figura 32 – Mapa de localização - Fonte: Do autor

Entender a proposta urbanística da Av. 17 de abril, neste sentido foi um elemento fundamental. Por seu caráter, já no planejamento proposto para a região, a avenida foi concebida como uma via arterial²⁰ que seria a porta de entrada para o bairro, possuindo uma diversidade de conexões que seguem por toda a extensão do projeto, cruzando e provendo os meios de acesso para estes diversos setores do qual o bairro é composto. Dela também fluem estas ruas e vielas, que permitem um emaranhado de conexões que de alguma forma suportam o bairro constantemente interconectado, sendo a referência para qualquer possível trajeto delineado em meio a este complexo urbano.

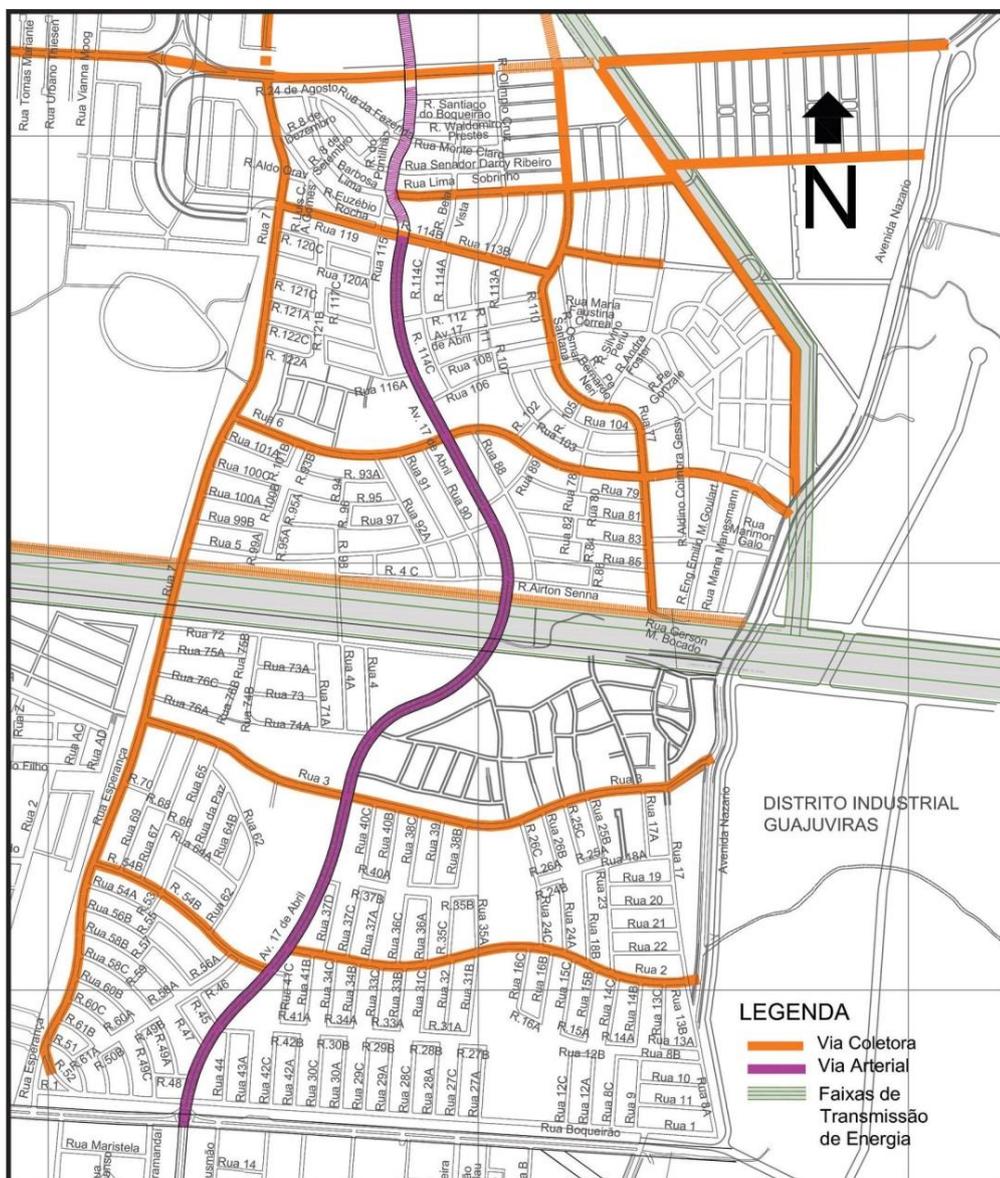


Figura 33 - Sistema viário - Fonte: PPDUA Canoas

²⁰ Via arterial é aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.

A vida do bairro se nutre constantemente dos fluxos que por ela diariamente são traçados. Nela foram assentadas todas as expectativas da região, onde na mão do urbanista o destino idealizado para este organismo era permissão de vida fluindo constantemente por todas as direções, dia e noite. Na atualidade a Avenida não se deteve apenas a questões urbanísticas. Hoje ela assume sua função arterial, empurrando fluxos de sociabilidade para diversas regiões do bairro, apresentando a estima de conter o coração do bairro em seu sentido simbólico, conservando e propagando em si este *Ethos* e *Mores* do bairro.

O significado da avenida já é evocado no título de sua nomeação, Av. 17 de abril, um dia simbólico no ano de 1987, que avulta a referência ao nascimento do bairro, Nesta ocasião, consolida-se a ocupação do então conhecido bairro Guajuviras, um evento onde cerca de 20 mil pessoas freneticamente ocuparam as residências e prédios do conjunto habitacional até então existente. Os interlocutores do passado e presente, encontram significado e essência nesta referência, reconhecendo-a enquanto espaço simbólico, percurso vivo, que contém em si a alma do bairro.

Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão “alma da rua” significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos, festas e devoções (...). A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo (SANTOS; VOGEL, 1985, p. 24).

A intensidade de trajetos que por ela são construídos diariamente denota sua importância. Dela procedem duas linhas de ônibus fundamentais para aqueles que trabalham na capital, que é o Guajuviras/Porto Alegre, e a linha Avenida dos Trabalhadores, sendo também ponto de acesso da linha Integração Guajuviras que permite o acesso ao terminal do Metrô de Porto Alegre. No final da Avenida há outra diversidade de linhas urbanas que conduzem os moradores para diferentes regiões da cidade. O início da Av. 17 de abril centraliza uma enormidade os serviços essenciais, permitindo que muitos dos moradores não precisem sair do bairro para realizar certas necessidades que só seriam possíveis se deslocando em direção ao centro do município. É o que destaca o interlocutor Roberto dos Santos quando se refere que a vida de muitos dos habitantes está centrada no cotidiano do bairro, sendo que além de encontrarem todos os serviços imperativos as suas necessidades, ainda trabalham na região, tornando a saída do bairro quase desnecessária.

O Guajuviras hoje é um bairro autônomo, ou seja, as pessoas podem muito bem morar no bairro Guajuviras, onde no máximo que elas podem fazer é ter que ir até a rótula, onde tem um comércio um pouco maior. Mas a princípio é possível tu morar no Guajuviras e não precisar sair permanentemente para resolver teus problemas particulares, então, inclusive de trabalho. Algumas pessoas trabalham no Guajuviras também. Hoje o Bairro tem uma vida própria. Se tu andar no bairro à noite, nos finais de semana, por exemplo, tu vai ver as famílias na rua, isso é muito legal. (Entrevista Roberto dos Santos, 02/04/2015).

Nos primeiros 485 metros desde a entrada do bairro, encontramos o que chamamos de centro nevrálgico da região, onde uma infinidade de serviços como concerto de eletrônicos, sapateiros, chaveiros, lotéricas, pequenos estabelecimentos com produtos diversos, bazares, ferragens, farmácias, e uma enormidade de espaços de alimentação com diferentes objetivos, como no caso das casas de “churrasco para levar”, permeiam o trajeto.

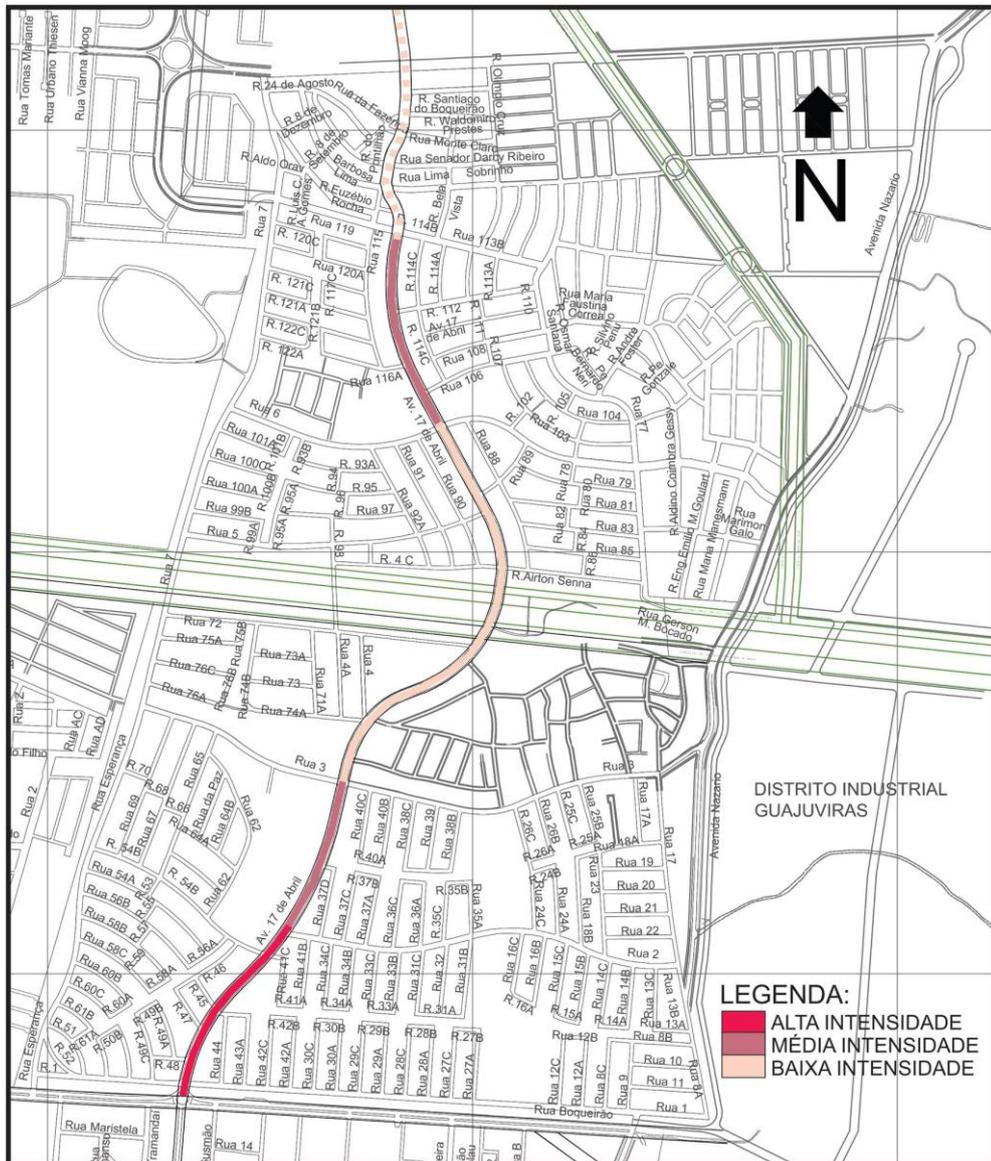


Figura 34 – Avenida 17 de Abril – intensidade de usos: Fonte do autor

Também neste início da avenida encontra-se o maior mercado da região, que é de posse de um dos antigos ocupantes. Este estabelecimento é de extrema importância para o fluxo do bairro, contando com mais de 120 funcionários em grande maioria habitantes da região. Ele se adequa ao ritmo da avenida, não possuindo um horário específico para fechar, estando disponível até o último cliente sair, fato que ocorre por cerca das 3 ou 4 horas da madrugada, reabrindo novamente às 7:30 da manhã. Nele, a fim de corresponder às demandas dos moradores, uma diversidade de serviços é oferecida que vão desde pequenas lembranças, eletrônicos, e uma completa estrutura para a venda de carne assada para os moradores levarem para residência.

A sensação de estar durante o dia ou a noite neste perímetro, denota uma atividade constante, aonde os moradores se vêm servidos ininterruptamente por estes espaços e serviços. Já nos 380 metros que decorrem daí até o primeiro posto de polícia da avenida, encontram-se outros ambientes de importância para a população. Dentre estes, resalto o CAIC Prof^a Márcia Tortelli que é um complexo educacional, onde estão agregados a Escola Municipal de Ensino Fundamental Erna Würth, a Escola Infantil Vó Corina, zsum ginásio de esportes, junto com um posto de saúde. Um pouco mais adiante, encontramos a Associação Beneficente Cultural Unidos do Guajuviras fundada em 1991, que é uma escola de samba destaque tanto na participação do Carnaval de Canoas, quanto no da Região Metropolitana.

De acordo com os interlocutores babalorixás Jorge Grinã e João de Iemanjá, neste espaço de sociabilidade que é reservado para a escola de samba, encontram-se muitas das representações da cultura negra do bairro, mobilizando um grupo enorme de pessoas durante todo o ano para as preparações dos desfiles. Segundo eles, muitas das pessoas que participam das casas de religião, inclusive babalorixás são membros ativos cooperando para o grande momento que ocorre no carnaval. Em frente à escola de Samba se encontra a Casa das Juventudes junto a outro mercado, e ao lado esta a praça que é um espaço utilizado para as manifestações artísticas do bairro. Nesta praça diferentes grupos encontram-se, por vezes produzindo música, em outros momentos, eventos correspondentes à rotina do bairro. Ela também é muito frequentada por praticantes de esportes.

Nesta praça também há um projeto interessante, uma livraria ambulante que é organizada em pequenas estantes, sendo muito apreciada pelos moradores. Ali é possível comprar livros diversos, realizar leituras e quem sabe até trocar algum livro

já lido. Edimar um dos narradores que me apresentou o projeto, inclusive ressaltou ter comprado uma biografia da qual gostou muito, demonstrando muita liberdade no acesso aos livros, podendo manipulá-los com liberdade. Outro importante ponto de referência é o posto policial, que possibilita a solução de muitos dos problemas da região. Neste ponto também se encontra o Colégio Estadual Jussara Maria Polidoro, uma das escolas mais antigas do bairro, que com seus três turnos proporcionam aos moradores de diferentes faixas etárias a possibilidade de acesso à formação necessária. A escola é um importante espaço de sociabilidade no bairro, em principal por sua localização e atuação junto à comunidade.

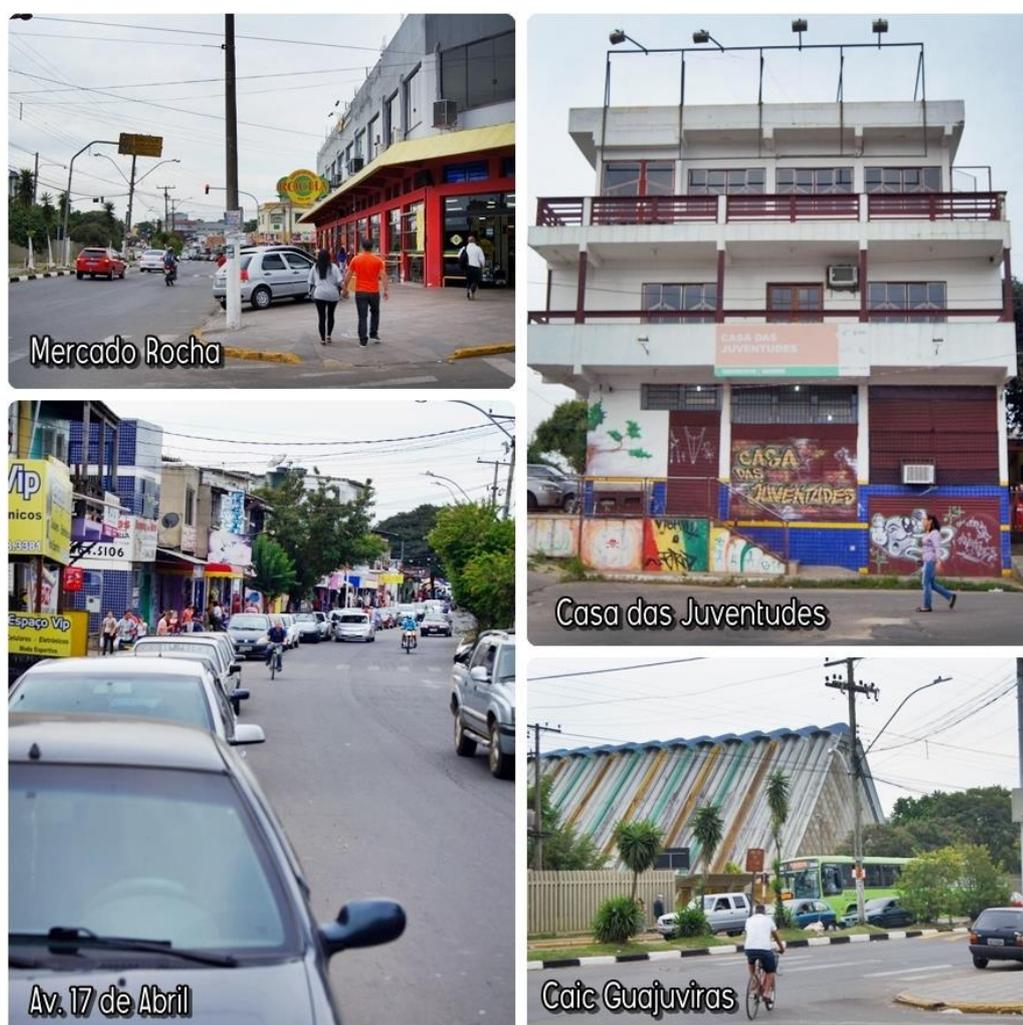


Figura 35 – Avenida 17 de Abril – Fonte: do Autor

Um elemento importante que se descobre na Avenida 17 de abril, são os diferentes bares com temáticas distintas, expressando a pluralidade das culturas que ali são combinadas. Muitas vezes os perfis de frequentadores são definidos nestas cognominações. Como no caso de um dos interlocutores que apontou um dos bares chamados de “era do Gelo” enquanto espaço de namoro para adultos. Já indicando

outro estabelecimento, um bar de motoqueiros, cognominado “clã destinos” como espaço dos jovens que apreciam o rock. A Av. 17 de abril, pode ser percebida desta maneira, dividida em diferentes regiões com locais que fazem referência a distintos grupos que habitam o bairro, e que escolhem estes espaços para socializar com aqueles que possuem as mesmas preferências, ou práticas, tanto alimentares quanto sociais. É o caso de um bar chamado de P.P.P (Papo, Petisco e Pinga), que realiza festas dançantes em frente ao estabelecimento, fechando uma das ruas que tem sua saída na Av. 17 de abril, onde com música ao vivo, tocada freneticamente por um tecladista conduz os moradores a uma festa dançante na rua.

Desde o início até o final da avenida encontramos estes espaços sendo intensamente frequentados pelos moradores. Alguns possuem mesa de sinuca, outros com música e dança, música ao vivo, etc. Oferecendo uma variedade de petiscos e bebidas, inovando em diferentes maneiras de entreter seu público. Existem também bares administrados por evangélicos, onde a música religiosa é reproduzida em alto volume com canções gospel tocando durante todo dia. Em outros pontos, percebe-se um espaço reservado para encontros e namoro. Enfim, esta intensidade estende-se por toda a avenida, encontrando uma heterogeneidade de temáticas, faixas etárias e estilos musicais que vão do Axé ao Rock.

Neste sentido percebe-se que a Avenida 17 de abril manifesta desta forma particularidades onde é possível identificar uma abundância de práticas que se aglutinam de maneira relativamente coesa, quando percebidas em diferentes camadas. Por meio deste entrecruzamento produzido no espaço, encontramos multiplicidades de características, que permitem um aprofundamento da pesquisa. Portanto não deveríamos percebê-la apenas um território social, mas como uma territorialidade que emprega em sua constituição a flexibilidade, produzida em contextos de tempo e espaço flexíveis. Neste sentido Arantes (2000) destaca que:

Como se estrutura o espaço social [...] Qual a natureza destas fronteiras contraditórias que, a um só tempo separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põe em contato, tornando possível o diálogo? Minha hipótese é que a experiência urbana contemporânea propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não lugares, que resulta na formação de contextos espaço temporais flexíveis, mais efêmeros e híbridos do que os territórios sociais indentitários. (Arantes, 2000, p.191)

Tal consideração consentiria em indicar o espaço e o tempo, pessoas, animais e objetos, até discursos e práticas, como atores sociais implicados na constituição de uma rede de relações que determinam o que é a escola, a praça, o

espaço da escola de samba, a Casa das juventudes, bem como a forma como estes Guajuvirenses se utilizam e significam estes ambientes. Também sugere como estas situações ecoam na produção de identidades para estes indivíduos dentro de um espaço que é compartilhado. Neste sentido o autor segue destacando que:

Nesse espaço comum, que é cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações e lembranças compartilhadas, que passam a fazer parte da experiência ao se transformarem em balizas reconhecidas de identidades, fronteiras de diferença cultural e marcos de pertencimento (ARANTES, 2000, p. 106).

Assim como é relacionado por Arantes, a Avenida 17 de abril em meio a estas conjunturas de tempo e espaço flexíveis representa também as diferentes tensões produzidas nos ambientes urbanos da atualidade, que agrega uma complexa simbologia e fronteiras construídas no subjetivo destes habitantes. O social seria uma consequência e não a causadora destas associações entre atores humanos e não humanos, que mediam as ações, instituindo redes em espaços de circulação e agenciamento. Portanto a avenida pode ser identificada como sede da vida do bairro, expressando diferentes ritmos, culturas, identidades e praticas destes habitantes. Sua importância transcende fronteiras, sendo frequentada até por habitantes de outras regiões próximas, que encontram ali solução para muitas das limitações da cidade. A importância da Avenida 17 de abril pode ser descrita na frase pronunciada por um dos interlocutores indiretos: “*Quer encontrar uma ferragem às duas da manhã? Vai lá na 17 de abril que tu acha!*”

Assim, percebemos que a vida na Avenida 17 de abril sempre é fluida, acontece a todo tempo, ainda que em momentos com reduzida intensidade, o fluxo possui força, sendo referência para os habitantes enquanto um lugar que prove soluções, mais que isso, onde podem desenvolver suas sociabilidades. E o espaço para encontrar os amigos, daquela cervejinha, das risadas e danças, mas também é o lugar do ônibus que conduz ao trabalho, da ferragem e lojas onde compra utilidades e roupas, da lotérica onde paga suas contas. A Avenida 17 de abril é bairro, mas também é cidade, refletindo a vida destes Habitantes do Guaju.

Neste capítulo iniciamos analisando os relatos produzidos por moradores que habitaram o bairro em diferentes temporalidades, percebendo como muitas das narrativas tiveram seu encontro, ou desencontro. Algumas ressaltaram a gravidade

das dificuldades enfrentadas pelos primeiros ocupantes, referenciando à importância que é oferecida a percepção do bairro enquanto um espaço de conquista. Já, em outras narrativas se sobressaíram os diferentes personagens que de alguma maneira interpretam o bairro enquanto uma vitória pessoal, ou como um espaço de superação a uma condição de pobreza, também como celeiro de memórias afetivas da infância adolescência. O bairro é um símbolo com muitos significados, que acha referencia e forte conexão nas histórias individuais. Para alguns interlocutores é o espaço do habitar no presente, onde encontram suas amizades e família, é o lar de suas histórias. Talvez seja percebida como uma morada imperfeita, mas torna-se preciosa por conter este “*ethos*”, que oferece o sentido para as vidas que ali estão conectadas. Contrariando o estigma, não é uma vergonha para quem é “de perto e de dentro” ser habitante do guaju, por vezes é orgulho, uma condição de existência que encontra seus sentidos em um passado comum, consolidando seu significado na forma como se porta o habitante do Guaju, o indivíduo que persevera em ser solidário como forma de resistir. Igualmente encontramos a solidariedade como fator determinando na manutenção do equilíbrio social destes moradores, uma solidariedade que encontra suas raízes em um passado de sofrimento e superação, que segue perpetuando dentro deste universo simbólico que é compreendido por aqueles que habitam o local. Também se ressaltou a importância da principal avenida do bairro enquanto espaço fundamental na preservação deste “*ethos*”, lugar que contém muitas das rotinas e sociabilidades destes habitantes, permitindo que o bairro por vezes assuma características particulares na forma como se organiza.

* * *

Em contraste com a visão “de perto e de dentro” que procurei apresentar aqui, no próximo capítulo será explorada a forma como os “de fora e de longe” observam o bairro, a maneira como muitas vezes o estigma não permite que a região seja estimada, dificultando em muito a vida destes habitantes. Perceberemos como as diferentes mídias tratam a condição do bairro como “criminoso”, controvertendo os dados que são oferecidos por diferentes instituições, que por vezes se utilizam de termos estigmatizantes como forma de alcançar desígnios. Perceberemos o quanto esta condição estigmatizada, mascara problemas que são comuns na maioria das metrópoles brasileiras.

4 Guajuviras sitiado: um espaço à mercê do estigma? (Um olhar de longe e de fora)

“o espírito humano se move em um campo limitado de possibilidades, de forma que as configurações mentais análogas podem, sem que seja preciso invocar outras causas, repetir-se em épocas e locais diferentes” (Lévi-Strauss, 1991 p.166).

Partindo da proposição de algumas das perspectivas apontadas por Goffman (1982) e apropriando-me da discussão sobre estabelecidos e *outsiders*, lançada por Norbert Elias e John Scotson (2000), procuro conjecturar sobre os problemas e tensões existentes na relação entre a Cidade e o Bairro. Proponho um exame que parte dos diferentes discursos produzidos por habitantes localizados em outras regiões de Canoas/RS, apropriando-me de publicações e artigos de jornais da cidade, igualmente acessando os materiais divulgados pelo município. Também destaco a análise que surge em minha observação enquanto etnógrafo, do desenvolvimento de alguns projetos sociais de pacificação existentes no Guajuviras, bem como a análise destes dados. Neste sentido, proponho uma crítica que parte da identificação de uma condição estigmatizada sofrida pelo bairro, muitas vezes tratado como marginal e apontado por alguns periódicos como produtor de “sujeira na cidade”, a qual, como contraponto, seria hipoteticamente ordenada.

Este estigma não é casual; possui suas raízes em diversos momentos no histórico desta relação entre o Bairro e a Cidade. Também proporciona razões que indicam a interdependência entre diferentes grupos sociais na cidade, produzindo certo roteiro que predetermina a atuação dos indivíduos, prescrevendo margens na representação de si e dos outros. A dinâmica discursiva e estigmatizante não encontra força no contato ou conhecimento dos moradores; antes, foi construída, obtendo um longo histórico que remete aos primórdios da ocupação, assumindo atualmente novas configurações com características políticas. Este estigma opera no sentido de menosprezar a qualidade humana dos que estão fora do círculo dos estabelecidos. Perceberemos como ele contribui para a instauração de uma autoimagem prejudicada, onde por vezes estes moradores diante desta perspectiva, assumem para si estes ônus, internalizando os parâmetros sociais depreciativos.

Entenderemos que, conforme a descrição de Goffman (1982), para os de longe e de fora, os habitantes do Guaju “transgridam” as normas estabelecidas, representando uma ameaça para sociedade em sua organização, constituindo-se

em um prenúncio de caos e violência urbana que precisa ser rapidamente domado ou “pacificado”. O não ter controle sobre a dita “Bagdá Gaúcha”, denota que a ordem natural da urbe “está ameaçada”.

Neste sentido eu destaco que ao perpetuar estas ações com base no estigma, só produziriam a conseqüente exclusão e submissão destes habitantes. Na perspectiva antropológica, o estigma é percebido como uma construção social e a sua perpetuação também uma forma de controle e dominação. Permanecendo internalizada a dominação, dificilmente estes habitantes poderão se emancipar dela. A superação desta forma de dominação simbólica está na possibilidade dos *outsiders* dissolverem seus laços de subordinação com os estabelecidos, no sentido de não aceitar mais esta mediação que os leva a não permitir o estabelecimento de um olhar sobre si. É assumir uma perspectiva que abandona o estigma produzido e perpetuado pelos “de fora e de longe”, permitindo que a verdadeira face do bairro seja imaginada no “*ethos*” que é compartilhado por seus habitantes.

4.1 Guajuviras sob constante observação: um bairro na mídia

Os meios de comunicação de massa e todo o produto que produzem, constituem-se em elementos fundamentais para que possamos alcançar uma maior abrangência na compreensão dos fenômenos urbanos contemporâneos. Não é diferente quando falamos em Guajuviras, levando em conta todo o impacto que a ocupação causou reverberando nas mídias, produzindo as mais diferentes percepções deste espaço enquanto território ocupado.

Esta antiga tensão ressaltou-se diante das narrativas que ali foram produzidas, por meio de uma percepção estigmatizada que é percebida pelos de dentro, e perpetuada pelos de fora. Embora muitas vezes a mídia consiga galgar sua função social produzindo conteúdo informativo que a faz cumprir seu papel, nem todos os meios sobrevivem de um jornalismo comprometido, na verdade, em sua grande maioria propagam um sensacionalismo com intuito de atrair público, ou por vezes legitimar discursos estigmatizantes.

Para compreender melhor esta relação do bairro com a cidade, procurei, através da análise em diferentes arquivos e meios de comunicação, evidências que me conduzissem a uma compreensão do discurso constante sobre a marginalidade

no bairro. Em especial dediquei-me a examinar o arquivo do principal meio de comunicação jornalístico da cidade, “O Diário de Canoas”, propondo-me a um levantamento de diferentes matérias que remetiam ao bairro em um período de 20 anos.

Na análise destes documentos, foi possível perceber que no decorrer dos seus 28 anos, o bairro foi alvo constante de diferentes formas de estigma, estes produzidos por distintos atores. Não sendo injusto, encontrei algumas matérias específicas onde, em momentos, o jornal acompanhou o histórico de resistência, por vezes apresentando matérias positivas que procuravam chamar a atenção do poder público para as reivindicações dos moradores.

Muitas destas matérias enfatizavam a decadência estrutural da região, em paralelo com a luta de pessoas que militavam por melhores condições. Um exemplo desta preocupação, está no editorial especial da edição de 19 de abril de 1997, em que o artigo de fundo ressaltou a história de duas irmãs que conseguiram resistir ao difícil período da ocupação, devido à solidariedade compartilhada com outros moradores que também ocupavam o território em 1987.



Figura 36 – Edição de 19 de abril de 1997 – Fonte: Arquivo Diário de Canoas

Mas o fato é que percebi que as notícias mais recorrentes do periódico referenciam o bairro enquanto um lugar essencialmente marginal, uma zona de guerra que provocaria medo até para os mais corajosos. Uma das edições de um dos jornais mais sensacionalistas da região metropolitana chega a referir o Guajuviras, como colocado acima, enquanto a “Bagdá Gaúcha”, em alusão à cidade Iraquiana de Bagdá, durante o período de invasão Americana. O termo Bagdá Gaúcha, foi tão bem aceito pelos “de fora e de longe” que chegou a ser apropriado não só pela mídia, mas por parte da administração do município, que o utilizou de maneira indiscriminada até em meios de divulgação governamentais, com intuito de promover publicidade para os programas de pacificação implementados no bairro.

Em outra edição do mesmo ano de 1997, no dia 23 de junho, encontramos um artigo localizado nas páginas policiais (ver adiante), que representa bem a contradição das narrativas produzidas pelo mesmo jornal. A matéria começa com um erro de concordância no título, destacando a violência como um fator insuportável no bairro e advertindo para o fato de que os ônibus metropolitanos eram assaltados quase que interruptamente na região, tornando o transporte no bairro insuportável para os profissionais das empresas .

Para ilustrar o problema, mais da metade do artigo descreve um evento ocorrido em outro bairro da cidade: uma mulher que fôra assaltada ao descer em na parada do bairro Matias Velho, onde foi abordada por meliantes, tendo a sua bolsa, roupas e um revólver 38 roubados pelos assaltantes. O paradoxo repousa no fato do jornal ter-se valido de um evento ocorrido em outra região para justificar a violência no transporte coletivo da cidade.

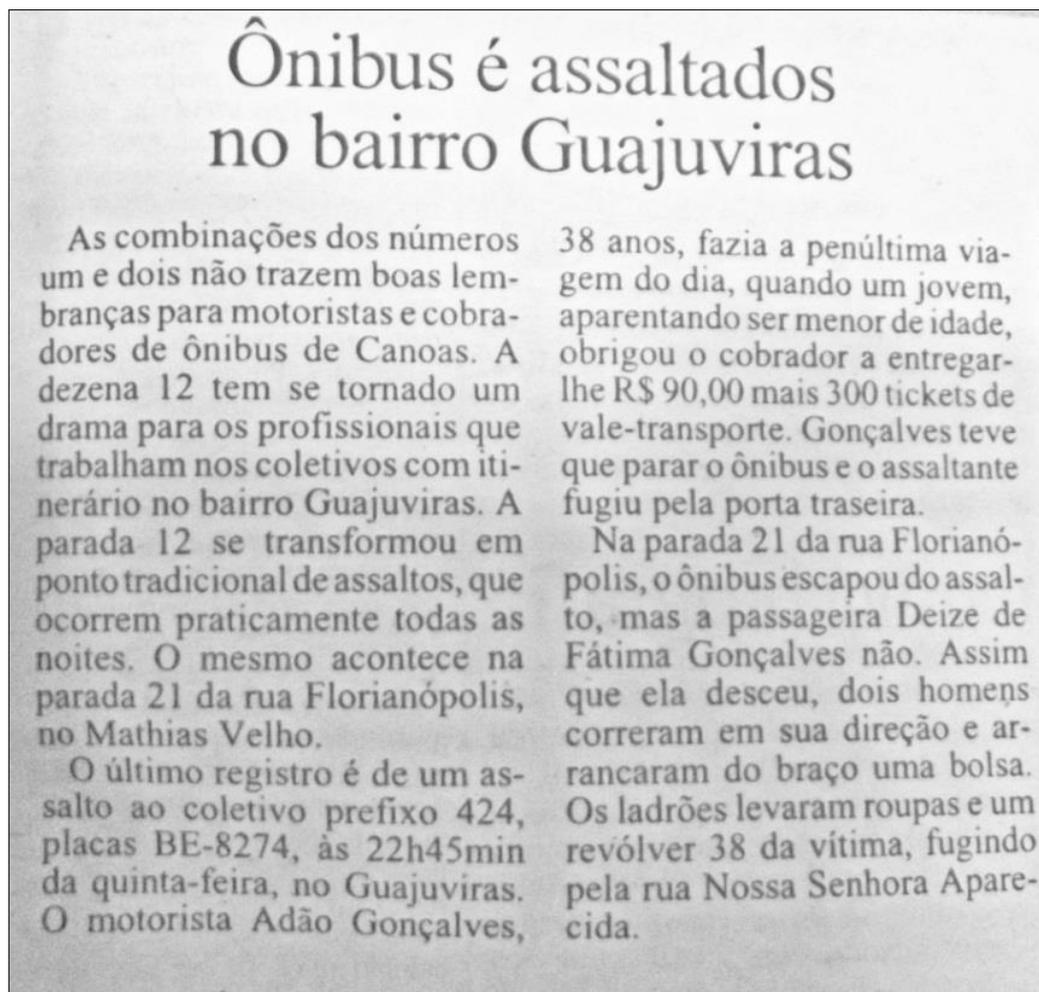


Figura 37 – Edição de 23 de junho de 1997 – Fonte: Arquivo Diário de Canoas

É importante lembrar que este é um exemplo entre vários que seguem nas edições dos próximos anos. Quanto ao caso específico do Guajuviras, percebi que é nos anos 90 que esta trajetória tem seu princípio, talvez pela consolidação real da ocupação e militância. Nesta década, ocorre uma fluência na produção de artigos de mesma ordem, produzindo com isso um protagonismo exclusivo para o bairro, onde o tema violência torna-se carro chefe para apresentar notícias sobre o Guajuviras.

Para percebermos a permanência da perspectiva deste tipo de abordagem na atualidade, ofereço destaque a uma recente matéria do dia 07 de janeiro de 2016, em que o jornalista destaca a ocorrência de dois assassinatos, sendo que só é relatado aquele ocorrido no Guajuviras, ficando de lado qualquer informação sobre o segundo, nem sequer sua localização. Ele inicia a matéria enfatizando que Canoas passava por um momento tranquilo, sem assassinatos, até que a ocorrência deste episódio, que teria vindo novamente a “sujar a cidade”.

Publicado em 07/01/2016 - 21:21
Última atualização em 07/01/2016 - 21h25

Os dois homicídios de 2016 em Canoas foram no Guajuviras

Em princípio sem conexão, as mortes ocorreram em dois dias seguidas no bairro

Diego Figueira - policiadc@gruposinos.com.br



Foto: Divulgação

Entre 20 de dezembro do ano passado e 5 de janeiro deste ano, Canoas teve 16 dias de paz, sem homicídios. Pouco depois de o calendário de 2016 estrear, porém, o sangue de dois assassinatos já vem sujar a cidade no novo ano. Na quarta-feira Felipe Silveira de Souza, o Paulista, 25 anos, inaugurou a estatística do primeiro homicídio do ano.

Ele recém havia saído do pátio de sua casa, no bairro Guajuviras, pouco depois das 16 horas quando um homem saiu pela porta do passageiro de um carro hatch branco (o modelo ainda não foi identificado). Sem proferir uma palavra, o homem aproximou-se da vítima e fez esquentar o cano de sua arma. Diversos disparos foram feitos contra Felipe. Segundo a análise preliminar dos peritos, pelo menos seis projéteis atingiram o jovem pelas costas. Ainda de acordo com a perícia, ele tentou levantar-se e fugir, mas foi impedido pelos disparos. Houve uma tentativa de socorro no local, pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, mas Felipe não resistiu aos ferimentos da pistola .380 usada pelo matador.

Conforme um dos investigadores da Delegacia de Homicídios e Desaparecidos (DHD), o veículo tinha pelo menos dois ocupantes. A suspeita dos policiais civis é de que o crime esteja relacionado ao tráfico de drogas. No Estado, Felipe não tem registros criminais.

De acordo com familiares, Felipe já havia recebido avisos para deixar o bairro. "Disse para ele não ficar, que isso ia acontecer", revelou um parente.

Figura 38 – Guajuviras sujando a cidade – Fonte: Jornal Diário de Canoas

Em contraste com os artigos publicados no Diário de Canoas, atualmente temos ciência de que a violência não é uma tragédia exclusiva do bairro Guajuviras, mas um fenômeno encontrado em bairros populares, e não só na periferia, mas também em bairros de classe média alta. O fato é que o discurso da violência é um dos pontos salientes, e com eficácia proposital na consolidação do estigma, reforçando as temáticas que descredita o bairro no periódico.

Janice Perlman (2003) enfatiza a criação de um “mito da marginalidade”, tendo sua primeira edição em 1977, indicou uma trajetória para a construção desta forma de estigma. Inicialmente ela destaca que os migrantes chegados do campo para a cidade eram percebidos como “mal adaptados”, estorvos para a fluência da vida da cidade. Sendo assim, eram culpabilizados por sua própria pobreza e fracasso, em especial por não reagirem, sendo suprimidos pelo ritmo voraz do mercado de trabalho e moradias. Segundo a autora criou-se a percepção de que os assentamentos ilegais seriam “feridas cancerígenas no belo corpo da cidade”, antros de crime, violência e prostituição, que somente promoviam a destruição social.

Entendia-se que os moradores dos casebres miseráveis também eram igualmente precários, e que se percebessem as melhores condições de vida

daqueles que haviam conquistado o sucesso por suas competências, se tornariam em agitadores raivosos. Era parte do senso comum a disseminação da ideia de que as favelas e ocupações não faziam parte da cidade, recorrendo-se, por vezes a cientistas sociais para embasar as retiradas destes indesejados, por meio de políticas públicas de remoção. Neste sentido, o discurso da marginalidade apresentava uma eficácia, bem como um conceito ideológico, baseado na descrição da realidade social.

[...] o conceito de "marginalidade" foi usado para culpar a vítima ("*blame the victim*") nos discursos acadêmicos e das políticas públicas. Nós demonstramos que além de uma lógica e uma racionalidade nas atitudes e comportamentos, existiam também nas favelas da América Latina forças e valores que desmentiam os estereótipos de déficits, deficiências, desorganização e patologias de todos os tipos. Em "O Mito da Marginalidade" foi mostrado ainda como o poder da ideologia da marginalidade era tão forte no Brasil nos anos 70, que gerou uma profecia autorrealizável: a política de remoção de favelas justificada pela ideologia, perversamente criando a população marginalizada que pretendia exterminar. (PERLMAN, 2003, p.07)

A autora ainda destaca que embora muitos destes conceitos tenham sido contestados já na década de 70, hoje esta noção de marginalidade tem passado por um processo de reinvenção à luz da insistência da pobreza nas cidades.

Uma marginalidade "pós-industrial" tem surgido com características bem distintas. Dessa maneira, trinta anos depois, nós estamos testemunhando o ressurgimento do conceito de marginalidade relacionado a novos constrangimentos, estigmas, separações territoriais, dependências - do Estado de Bem-Estar -, e instituições dentro de "territórios urbanos banidos" com funções paralelas àquelas do Estado (PERLMAN, 2003, p.8-9)

Quanto à ênfase oferecida pelas mídias que mencionam a condição do Guajuviras enquanto espaço de violência, revelar-se-iam disposições antigas que estão presentes desde o momento inicial da ocupação. Estas correspondem a um discurso aceito, e que também referencia o "mito da marginalidade" destacado por Janice Perlman (1977). Ao analisar diferentes artigos do "diário de Canoas", encontramos nas páginas desta mídia diversas formas de reinvenção do que é ser "marginal", no que se refere ao Guajuviras, correspondendo a uma alocação sobre o bairro que é muito bem aceita por aqueles que estão "de fora e de longe".

Remetendo a Norbert Elias e John Scotson (2000), percebemos que esta forma de exclusão, através da imputação de marginalidade ao Bairro, reincidentemente promovida pelos "de fora e de longe", constitui-se em arma poderosa de idealização de uma cidade cuja identidade se afirmaria em sua superioridade. Cria-se, assim uma dualidade e divisão social que remete à antiga

ideia de “civilizados” lutando pela permanência de um ideal que é corrompido pela forma bárbara de viver dos “incivilizados”. Nos termos de Elias e Scotson (2000), é importante destacar que para os “de fora e de longe” (estabelecidos), os habitantes do Guaju são encarados como *outsiders*, não adequados às normas do que seja considerado ideal para estes estabelecidos.

Quando a mídia promove esta ideia de Guajuviras enquanto espaço marginal, legitima este discurso para os de “fora e de longe”, se regulando com desígnios de estabelecer uma configuração que enfraquece as requisições dos habitantes, a interesse de grupos que vêm com maus olhos aquele foco de resistência urbana. Neste sentido criaram-se elementos que acompanharam todo o processo inicial, ressaltando a desorganização, rebeldia e a violência constante, construindo uma narrativa paralela à vivenciada e imaginada pelos moradores. Dar poder à narrativa do bairro como um espaço marginal é consentir na construção de uma imagem daquele lugar enquanto uma ferida da cidade, uma ameaça ativa. Como referido por Janice Perlman (2003), permitir a continuidade desta imagem do Guajuviras enquanto um espaço marginal é perpetuar o estigma, é tratar o bairro enquanto um câncer em Canoas.

4.2. Guajuviras: um território da paz?

Para entendermos melhor algumas das referências utilizadas pelo município, em principal ao termo que foi cunhado para cognominar o bairro Guajuviras enquanto “território da Paz”, é preciso perceber que esta alcunha surge a partir do antigo estigma forjado pela mídia, que é o que se refere ao bairro enquanto Bagdá Gaúcha. Neste sentido o discurso de lugar marginal serviu aos interesses do poder público, assumindo uma característica que possibilitou que o estigma permanecesse, indiretamente passando por ressignificações. Também enfatizaremos que, através da análise de dados de diferentes instituições, perceberemos como o estigma não corresponde à realidade que é apresentada na cidade.

Após a ação do estado representado através do município, a antiga “Bagdá gaúcha” tornou-se alvo de uma série de programas governamentais provenientes do PRONASCI, os quais, diante dos olhos atentos dos estabelecidos, soam como meio

de “domesticação” dos habitantes e pacificação do Bairro, por meio da instauração de recursos coercivos, capazes de controlar aquelas pessoas para que não ultrapassem os limites da “civildade”.

Quero deixar claro que meu intuito não é elaborar uma crítica direta sobre os programas governamentais de pacificação, mas demonstrar o quanto o estigma referente ao bairro interfere na percepção e implementação destes programas. Este é um dos fatores determinantes que provocam tensões entre os diferentes atores que buscam exercer mediação entre a cidade e o bairro. Quanto à proposta elaborada pelo município, outro fato interessante encontra-se no plano de trabalho do Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses do Governo Federal, (SICONV) 013638/2009, implementado sob o argumento da violência dentro do bairro, como referido por uma matéria contendo uma estatística produzida e publicada pelo jornal Zero Hora, de 09 de fevereiro de 2009:

[...] a Prefeitura Municipal de Canoas apresenta o PROTEJO/Canoas, projeto este que faz parte do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI, que visa articular ações de segurança pública e sociais, para reprimir, prevenir e controlar a criminalidade. Como recomendado, o foco territorial será o bairro Guajuviras, comunidade de famílias de baixa renda e carente de infraestrutura básica, com taxas de assassinatos aproximadas às de países em guerra civil (*fonte: ZH 09/02/2009). (PLANO DE TRABALHO PROTEJO/CANOAS, 2009, p.1).

A escolha do tom dramático da matéria, comparando a taxa de assassinato do Bairro àquela de uma guerra civil, amplifica a sua importância diante dos olhares “de fora e de longe”, fortalecendo a atuação do município enquanto órgão pacificador. Esta forma de alocação que reforça o estigma foi também intensamente adotada como estratégia de *marketing* de órgãos municipais. Ela chegou a repercutir até fora do país, inclusive levando autoridades de Canoas a palestrarem na Conferência Ministerial da declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento, através do relato das ações desenvolvidas junto ao Guajuviras, usando como destaque a afirmação de que o bairro registrava um dos índices “mais altos de violência no Brasil”.

Para entendermos um pouco mais a problemática apontada sobre a violência no bairro nestes últimos anos, e percebermos algumas contradições de informações que são indicadas, proponho uma ampliação de nosso olhar no sentido de darmos conta de determinadas estatísticas, que dizem respeito aos homicídios de jovens e adolescentes na cidade de Canoas. Para tal, recorro aos dados produzidos pelo Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL) -

uma iniciativa do Observatório de Favelas, realizada em conjunto com o UNICEF²¹ e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Por meio do relatório desenvolvido pelo Programa de Redução da Violência Letal – PRVL sugiro a análise do IHA²², Índice de Homicídios na Adolescência, para indicar uma estimativa do risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem dentro do território da cidade de Canoas.

A partir da soma das mortes aferidas na faixa etária de 12 a 18 anos, poderemos acompanhar uma estimativa do número de vidas perdidas de adolescentes na cidade. A primeira tabela exemplifica estes dados enquanto números que apontam uma variação desde 2006 até a sua última edição, em 2012. Por meio dos gráficos, é possível constatar que, embora a população entre 12 e 18 anos tenha diminuído consideravelmente entre os anos de 2006 a 2012, os índices de violência permaneceram em sua média, com uma diferença sutil entre 2006 e 2009, reduzindo e aumentando com certa equivalência.

²¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância

²² O IHA (Índice de Homicídios na Adolescência) foi criado com o objetivo de exemplificar o impacto da violência letal neste grupo social de uma forma simples, sintética e que ajudasse na mobilização das pessoas para a gravidade do problema. Paralelamente, o índice pretende também contribuir para o monitoramento do fenômeno no tempo e no espaço e para as avaliações de políticas públicas nesta área, tanto locais quanto estaduais e federais.

	IHA	População 12 a 18 anos	n° total esperado de mortes entre 12 a 18 anos	aumento/ decréscimo percentual em relação ao ano anterior	taxa (por 100 mil hab.)
2006	2,4	44467	107		240,63
2007	2,08	39937	83	-22,42%	207,82
2008	2,34	44010	103	24,09%	234,04
2009	2,4	38565	92	-10,68%	238,56
2010	5,55	36989	205	122,83%	554,22
2011	2,38	36087	86	-58,05%	238,32
2012	3,58	35547	127	47,68%	357,27

FONTE: Observatório de Favelas - Acervo - Publicações

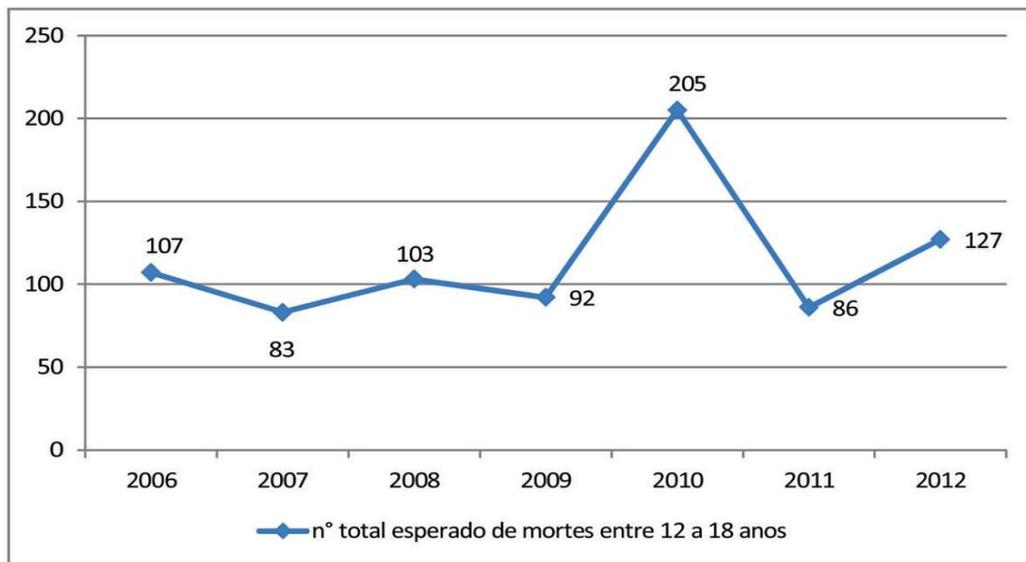
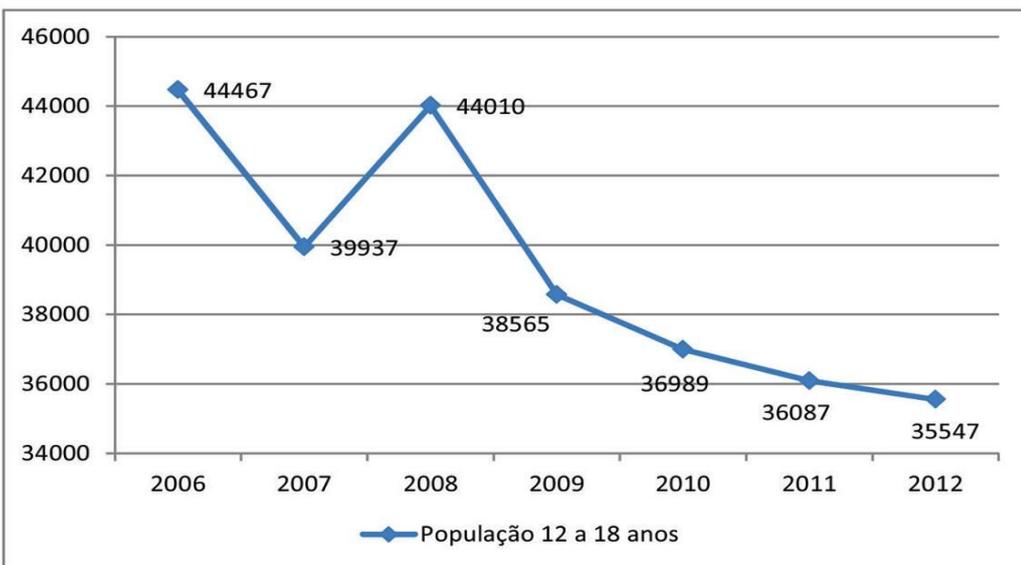


Figura 39 – Dados IHA – Fonte: do autor

Em 2009, ano de implementação das políticas de pacificação no bairro, a cidade teve uma redução de 10% nos homicídios em relação ao ano anterior de 2008. Já em 2010, no segundo ano da instauração das políticas de pacificação no

bairro Guajuviras, constata-se que a estimativa de homicídios de adolescentes na cidade tem um acréscimo de quase 123%, passando por um abrandamento, em 2011, de 58%, mas o agravamento do quadro tragicamente se recupera, tendo novamente um acréscimo de 47.68% em 2012.

É importante ressaltar que a variação destes índices não acompanhou a diminuição da população de adolescentes na cidade, indicando com isso o aumento da violência contra jovens e adolescentes em Canoas. Partindo desta perspectiva, seria possível entender que os problemas deste perfil de violência não dizem respeito somente ao bairro Guajuviras em si, mas destacam uma crise que se estende por todo o município, assinalando que morrem mais adolescentes a cada ano que passa.

Segundo o observatório de segurança pública de Canoas, outras informações são oferecidas sobre a questão da violência entre jovens. O relatório organizado pelo GUAYÍ²³ apresenta uma síntese do diagnóstico território de paz Guajuviras, destacando que o material apresentado foi realizado simultaneamente às ações de mobilização comunitária e articulações com os organismos públicos do município. Segundo este relatório, houve uma redução do número de mortes de jovens entre 15 e 24 anos no período de 2009 a 2012, inclusive ressaltando que no ano de 2010 não houve informação sobre o percentual de mortes de jovens na cidade.

A análise revelou que o número de mortes entre jovens de 15 a 24 anos teve redução de 52%. Na comparação entre os trimestres, foram 17 casos em 2009, 16 em 2012, dez em 2011 e oito neste ano. Em relação às regiões da cidade, em 2009 os homicídios juvenis estiveram concentrados nos bairros Guajuviras, Mathias Velho e Harmonia. Em 2010, houve grande percentual sem informação, já que cerca de um terço dos óbitos ocorreram no hospital, outro terço no Guajuviras e outros 25% no Mathias Velho. Já em 2011, 50% dos homicídios aconteceram no Mathias Velho (cinco óbitos) e os demais foram em outras localidades. [...] Dados do Observatório de Segurança Pública mostram uma redução dos homicídios na região, entre 2009/2011, de 86% entre jovens de 15 a 24 anos e 40% no total dos homicídios. O "Território de Paz" vem mudando o bairro e o tornando um lugar melhor para viver. (Relatório GUAYÍ, p.6-9)

No ano de 2010, que segundo o relatório do IHA, houve uma explosão de homicídios na cidade, alcançando um aumento de 123% em relação ao ano anterior, o que indica uma taxa de 554,22 mortes de jovens a cada 100.000 habitantes jovens. Também poderíamos pressupor que diante da possível veracidade das estatísticas apresentadas pelo município sobre a redução da violência contra

²³ ONG **Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade**. Coordenou o Núcleo de Justiça Comunitária do Território de Paz de Guajuviras, em Canoas, a Guayí participou das ações via contrato de assessoria com a Prefeitura.

adolescentes no “território da paz”, houve no mínimo um aumento considerável de assassinatos em outras regiões da cidade, arranjanado uma explicação para este quadro de acréscimo nas mortes dentro desta mesma faixa etária.

Ao encararmos de maneira displicente os dados produzidos pelo observatório de segurança pública em Canoas, poderíamos intuir subjetivamente a ideia de que ao pacificar o Guajuviras, os problemas da cidade em relação à mortalidade de jovens foram amenizados. Um bom exemplo se encontra abaixo onde podemos verificar a representação gráfica oferecida pelo município. Percebemos que o mesmo contém incongruências, pois os números não se correspondem na representação gráfica, seja por estarem informados de maneira incorreta, seja pelo fato do gráfico encontrar-se fora de escala.

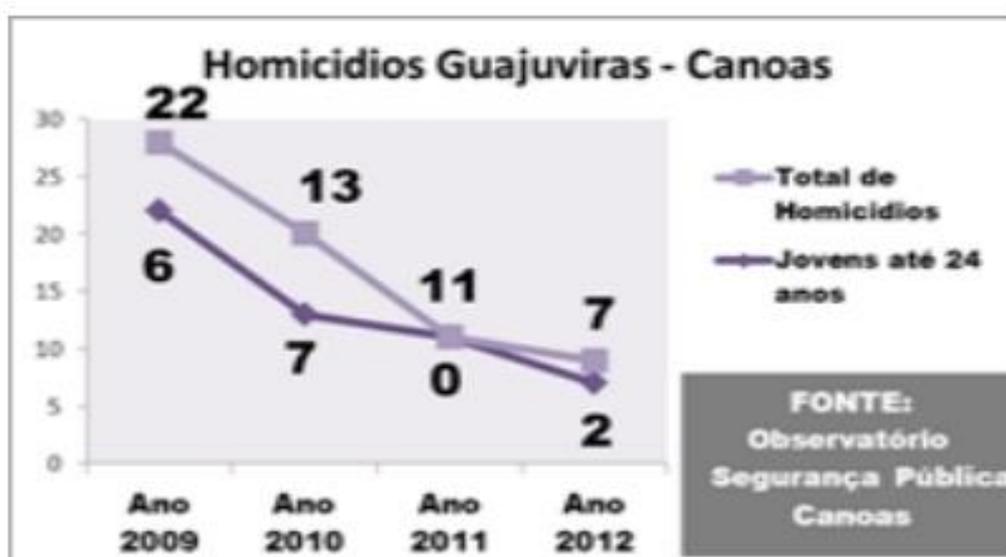


Figura 40 – Gráfico observatório de Segurança Pública Canoas - Fonte: Relatório GUAYÍ, p.09.

Elaborando um comparativo, surgem duas possibilidades sobre estes dados: primeira, que a violência indicada entre jovens para o bairro Guajuviras corresponde a uma média de homicídios na cidade; segunda, levando em conta as estatísticas produzidas pelo observatório de segurança pública Canoas, teria havido uma drástica redução deste índice, como apontado pelos os indicadores do município, que mostram um vertiginoso aumento dos possíveis assassinatos de jovens e adolescentes em outras regiões da cidade.

Percebe-se, portanto, contrassensos nos dados oferecidos por diferentes meios, além da estigmatização e culpabilização de um único território, como se ele

fosse foco de emanção de violência na cidade, segregando, assim, o Guajuviras e desconsiderando o aumento da violência na totalidade do município.

Esta perspectiva de espaço de violência sempre acompanhou aquela região, desde o princípio da ocupação, primeiramente legitimando discursos de remoção destes indesejados e a *posteriori* fortalecendo a militância política de diversos grupos que se aproximaram da ocupação. Já em um segundo momento, devido à forte organização política e solidária, também com o advento da consolidação da ocupação, usar de um discurso político sobre o bairro tornou-se um bom negócio.



Figura 41 – Foto da ocupação com diversas personalidades da política brasileira. Ao centro, Paulo Paim (1), atualmente, senador da República; à direita, Marco Maia (2), hoje deputado federal; ao fundo, Jairo Jorge (3), atual prefeito da cidade – Fonte: Arquivo Municipal de Canoas.

As diversas carências, junto com o estigma, serviram de plataforma para muitos, e ainda hoje apresentam a sua utilidade em um cenário que encontra no bairro sua força enquanto espaço “vitimizado” assim como destacado por Goffman:

Aqui, deve-se mencionar a predisposição à "vitimização" como um resultado da exposição da pessoa estigmatizada a servidores que vendem meios para corrigir a fala, para clarear a cor da pele, para esticar o corpo, para restaurar a juventude (como no rejuvenescimento através do tratamento com gema de ovo fertilizada), curas pela fé e meios para se obter fluência na conversação. Quer se trate de uma técnica prática ou de fraude, a pesquisa, freqüentemente secreta, dela resultante, revela, de maneira específica, os extremos a que os estigmatizados estão dispostos a chegar e, portanto, a angústia da situação que os leva a tais extremos. (GOFFMAN, 1982, p.11)

Muitos dos habitantes vêem-se alvo destes estigmas e acabam por aceitar certas perspectivas que, ao invés de propor soluções para problemas reais, insistem na permanência de uma relação resumida entre domadores e domados. Quanto à procedência questionável das estatísticas referidas, elas foram produzidas por um jornal (como no caso da Zero Hora) que, evidente, mantém coerência com o viés sensacionalista de seu editorial, sem compromisso com um rigor científico na análise dos dados.

Em relação ao Guajuviras, a promoção do estigma de bairro violento, além de contribuir para as vendas do jornal, corresponde aos interesses de quem se vale do discurso de espaço marginal. Chamar o Guajuviras de “território da Paz” é insistir na perpetuação do estigma, pois para alcançar a paz, o bairro necessitou primeiramente ser condicionado à categoria de Bagdá Gaúcha. Existe violência no bairro Guajuviras? Evidentemente que sim, mas o que quero ressaltar é que a mesma corresponde a um problema que fala sobre a cidade, e não somente sobre este espaço estigmatizado.

4.3 Do bairro para o município: o trajeto do bairro

Eu e Edimar estávamos frente à escola, e ele destacava a importância do colégio Guajuviras para sua formação. Ali ele fez amigos, aprendeu a relacionar-se e integrar-se com outras pessoas, experimentando o que é ser morador do Guaju. Por conta da oportunidade, perguntei a ele se existia preconceito no fato de ser um jovem habitante do Guajuviras, quando se deslocava em direção ao centro da cidade. Demonstrando certa tristeza, ele ressaltou:

Preconceito existe sim, o pessoal dos outros bairros tem uma imagem feia da gente. Eles têm uma imagem que não é real né. É uma coisa sub-real. Só que quando a gente conversa, e acaba se conhecendo, eles veem que não é isso. Eles acham que aqui tem muito marginal e tal, que é só drogado, só assaltante, só ladrão. Que todas as piores coisas estão aqui dentro. Eu acho que isso vem de fora sim, porque quem está aqui dentro, sabe que não é assim. Quando eu cheguei, no começo eu tinha um pouco de medo né, porque minha mãe falava, “a gente não pode morar lá no bairro do teu vô porque lá é perigoso”, mas não é tão perigoso, não. Aqui têm pessoas violentas, mas não é a maioria, não, é uma parte pequena, e na verdade eu acho que a violência aqui esta mais relacionado com as pessoas que já estão neste meio, né. Tipo, mataram o gurizão lá que não pagou a droga, o cara mexeu com a mulher do traficante [...] eles veem que o cara é do Guajuviras e têm preconceito sim. Por exemplo, a gente jovem gosta de ir ao shopping para poder para ficar com as gurias e tal... Bah é estranho tu falar pra mina, eu sou do Guajuviras, e pá, dai a mina já fica...

Poooh, tu é do Guajuviras? Dai ela já acha que o cara vai assaltar e violentar ela. Bah, eu vou violentar a menina agora só porque eu sou do Guajuviras? Hahaha... (Entrevista Edimar, 02/05/2015).

Após a gravação da entrevista com Edimar, postei alguns trechos da entrevista no canal do youtube do projeto, para que ele pudesse opinar sobre isso, também com intuito de perceber qual seria sua resposta, mediante a possibilidade dele assistir a própria narrativa. O interessante foi a possibilidade de ele contribuir sobre as impressões de suas próprias histórias, e como ele ainda enfatizou sua experiência e sensação em relação à cidade:

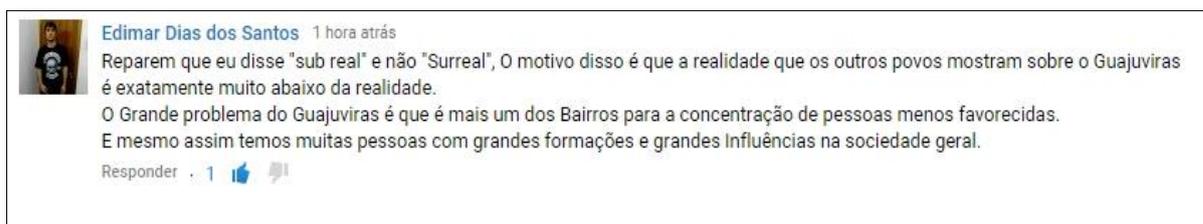


Figura 42 – Relato de Edimar sobre habitar o Guajuviras – Fonte: Canal do Youtube

Gondim (1982) destaca que a situação do estigma não se limita apenas a uma situação periférica geográfica. Ele resulta também de uma situação de pobreza que está submissa a uma condição de subordinação dentro de uma estrutura social, que por vezes gera a condição de manipulação nas políticas habitacionais. Esta associação entre estigma e pobreza e criminalidade provoca uma influencia contraproducente que afeta as diferentes esferas de vida destes habitantes. Ele se reflete no mercado de trabalho, nas possíveis relações amorosas com pessoas de outras regiões da cidade, no tratamento oferecido pela polícia em relação aos moradores, mas, principalmente, no estabelecimento de uma tensa relação com a cidade.

Outro de meus interlocutores, que preferiu não se identificar, mora desde seu nascimento no bairro e têm hoje 23 anos. Chamá-lo-ei ficticiamente de Ademir, ocultando informações essenciais para reconhecimento do personagem. Ademir conta que gosta de morar no bairro, ali conquistou um número grande de amigos, pessoas com quem mantém um relacionamento de proximidade, saindo sempre juntos, indo a festas, e frequentando o shopping da região. Ele destaca o desconforto que é por vezes ir ao shopping principal da cidade, conhecido como Canoas Shopping.

O interlocutor destaca que muitos de seus amigos já são marcados pelos seguranças, que sabem que eles são moradores do Guajuviras, e que é

desconfortável a experiência de estar lá, pois em todos os movimentos do grupo, são constantemente vigiados e acompanhados pelos seguranças. Normalmente eles vão para o estabelecimento aos finais de semana, para celebrar, tomar uma cervejinha, chegam a reunir-se em um grupo de 20 pessoas. Mas por vezes acabam por se estressar pela constante pressão que sofrem por estar brincando e se divertindo no principal local de reunião escolhido pelo grupo, a praça de alimentação. Perguntei para ele como os reconheciam enquanto moradores do Guajuviras, e ele respondeu: *“Todos eles sabem já , todo mundo sabe”*.

Ele narra um acontecimento dentro do shopping onde outro grupo conhecido de jovens do Guajuviras foi perseguido por adolescentes moradores de outras reuniões da cidade. Após muitas ofensas e xingamentos referenciando depreciativamente a origem do bairro, por fim estes grupos acabaram por se atacar em um confronto no segundo andar. Ademir conta que o conflito foi tão grande que um dos integrantes do grupo rival, acabou caindo do segundo andar, vindo a se ferir fortemente com a queda. Perguntei como estas coisas não vieram a publico, e ele disse: *“Isso eles sempre abafam, pega mal pro shopping estas brigas”*.

Noutra ocasião, estávamos, eu e Jéferson, em frente ao seu campinho predileto, quando me ocorreu perguntar sobre como era a violência no bairro. Ele, tranquilamente, não demonstrou nenhum constrangimento em dizer; *“Aqui no Guaju, cada bala tem um nome”*. Contou-me que ali se sabia perfeitamente quem acabava por ser vítima de atos violentos, destacando que elas estavam sempre envolvidas com alguma forma de crime. Ele fez questão de salientar que quem participava deste circulo de envolvimento com situações ilegais, costuma temer o pessoal da região, por medo de represália. Enfatizou que ali só acabava sendo vítima, quem tinha algum envolvimento ou dívida, cobrada por meio da violência. Não me detive no assunto, e procurei explorar mais o tema perguntando como ele se sentia em relação às pessoas de fora que vinham e diziam que o bairro era violento. Ao ouvir minha pergunta, Jéferson lembrou um evento específico onde estavam presentes algumas lideranças políticas junto com moradores no bairro. Neste evento, um dos palestrantes teria se exaltado, começando a discorrer sobre a precariedade do bairro, enfatizando que ali era um espaço criminoso e violento. Jeferson diz não ter se aguentado ao ouvir aquela alocução e por isso interrompeu o palestrante dizendo: *“Ei, você não conhece o meu bairro! Você não sabe do que esta falando!”*. Ele ressalta que acabou por repreender o palestrante, destacando que a visão que

ele tinha sobre o local era equivocada, pois ali as pessoas viviam bem e mantinham uma ótima relação uns com os outros.

Através destes relatos, podemos perceber que o processo de estigmatização social que tem como alvo as zonas de concentração de pobreza urbana, como no caso do Guajuviras, provém na maioria das vezes, da ideia de que o bairro integra o imaginário construído por aqueles que são “de fora e de longe”, que associam estas regiões à ideia de crime e aumento da violência. Em um primeiro momento parecem contraditórios os índices de criminalidade diante das narrativas dos habitantes, que percebem o espaço no qual habitam, “de dentro e de perto”.

No caso específico do Guajuviras, percebemos que diferentes moradores não reconhecem o estigma no cotidiano do espaço que compartilham, os fundamentos plausíveis para a profusão deste estigma. Eles entendem que haja violência, mas enfatizam que a mesma só vitima aqueles que se envolvem diretamente com práticas criminosas. Já a ideia de violência é interpretada pelos “de fora e de longe” enquanto uma doença, da qual todos que habitam aquela região, são passíveis de contrair ou transmitir. Logo, para os moradores, a violência é uma pratica isolada de sua vivência, em que aqueles que estão envolvidos diretamente, seriam as verdadeiras vitimas. É uma forma de negação do estigma, uma maneira de zelar pelas relações que acontecem no espaço. O não reconhecimento de moradores, famílias, vizinhos, como parte de um núcleo de violência, é também forma proteger os “de dentro e de perto”, os quais, segundo os “de fora e de longe”, são estigmatizados enquanto naturalmente violentos e desordeiros. A alocação de uma das interlocutoras indiretas é importante para demonstrar como os moradores entendem o espaço em que habitam:

“Se há alguém incomodando, o “território da paz” se encarrega de dar um jeito nele. Violência aqui, no comércio, sempre vem de fora. Nunca é alguém aqui de dentro. Aqui é um lugar bom de morar, adoro meus vizinhos, eles são meus companheiros” (interlocutora indireta – 08/08/2015).

É importante salientar que os habitantes estão cientes de que, ao saírem em direção à cidade, estão passíveis de sofrerem rechaço devido ao estigma, e ainda reconhecem que ser morador daquele espaço da cidade é também ser tachado de desordeiro, ou vulgarmente apelidados como “maloqueiro”. Esta antipatia ocorre de forma tensa, pois fora do bairro a relação apresenta uma diversidade de conflitos, que refletem desde os momentos de lazer, até as possibilidade de estabelecer amizades com pessoas de outras regiões, ou mesmo serem humilhados por apenas

morarem no bairro. Talvez isso indique um dos motivos do sucesso do comércio e dos lugares de sociabilidade presentes nos fluxos da Avenida 17 de abril, permitindo que muitas das relações comerciais centralizem-se na região, criando uma aproximação maior entre os moradores que oferecem características próprias com aquele lugar.

4.4 Do município para o bairro: fluxos e percursos

Quando pensamos sobre a perspectiva da constituição de um trajeto em direção ao bairro, surgem muitas questões que podem ser facilmente consideradas enquanto parcela desta exterioridade que assume o estigma que paira sobre o bairro. Ao conversar com uma interlocutora indireta sobre a circulação de diversos ônibus que seguiam em direção à região do Guajuviras, ela me relatou que seu bairro estava localizado nas proximidades da região. Mas por uma questão de preferência, mesmo que estivesse atrasada, procurava não pegar o ônibus que fazia o trajeto para o Guajuviras, pois o considerava demasiadamente popular e tinha medo de ser furtada. Algumas pessoas que interpelei sobre a não utilização da mesma linha, chegaram a comparar o ônibus a um barco pirata, devido à diversidade de pessoas desprivilegiadas que o mesmo transportava. Gilberto Velho (1971) em seu texto “*estigma, comportamento desviante em Copacabana*”, narra a dificuldade de convivência entre moradores que habitavam a mesma região, mas se diferenciavam por questões de estigma. Estes habitantes de Copacabana acabavam militando contra os habitantes dos prédios (“balança”), sendo que estes, ao não quererem receber o estigma, atribuíam à má fama a outros moradores que, por uma série de elementos ambíguos, eram caracterizados como não adaptados.

Os moradores dos dois prédios apresentam um claro problema de ambiguidade em sua identidade social. Consideram que morar em Copacabana é um símbolo de status e prestígio. Mas por outro lado, são estigmatizados pelo fato de residirem em prédios balanças, mal afamados. A maneira que encontram para enfrentar esta contradição é achar “bodes expiatórios” que possam ser apontados como responsáveis pelos problemas dos edifícios. Assim surgem acusações contra pessoas que, por sua vez, apresentam sinais de ambiguidade e “impureza” mais explicitamente. Homens maduros não-casados, mulheres jovens vivendo em grupo, ocupações “duvidosas”, etc. São objeto de discriminação e preconceito, podendo traduzir-se em aberta atitude de hostilidade como nos movimentos

para remover os indesejáveis. O fato de se sentirem marcados por morar onde moram, afetando seu prestígio social, leva-os a uma atitude moralista militante, em que fica reafirmada sua condição de pessoas de “família” e “direitas”. (VELHO, 1971, p.123-4)

Tentando entender a semelhança desta situação com meu universo de estudo, quando minha interlocutora, que mora em um bairro pobre, designa uma condição marginal aos habitantes do Guaju, ela atualiza e reproduz o estigma sobre estes moradores, como uma figura piorada do preconceito que ela próprio sofre enquanto habitante do bairro vizinho, Estância Velha. De certa forma é importante ressaltar que os bairros das regiões de proximidade com o Guajuviras também sofrem em relação ao estigma produzido na cidade, e que abrange as regiões periféricas e de pobreza em Canoas. Embora ele se configure de modo diverso, em especial no caso dos bairros que não são alvo de programas de pacificação com viés midiático, acabam por não serem vistos como um problema tão grave quanto o da região do Guajuviras. Para os habitantes de outras regiões de Canoas, o estigma destinado às regiões de pobreza é real, e tal fato evidencia que também não é um problema exclusivo da região onde se localizam.

Embora sejam todos moradores de bairros periféricos, o Guajuviras e o Estância Velha, áreas divididas apenas por uma avenida (Boqueirão), esta linha imaginária define categorias distintas de habitantes. Quando se estabelece a diferença de condição por apenas questões resumidas a um lado ou outro da via, percebemos aí, que o tecido urbano é recortado por diferentes formas de encarar o estigma da violência. Permitir que estes moradores do Guajuviras, que se deslocam da cidade em direção ao bairro sejam encarados enquanto tripulantes de um barco pirata ocasiona a sensação de que o ônibus esteja lotado de dessemelhantes e deslocados da cidade. Como no caso do texto acima referido de Velho, embora vivendo a mesma situação de pobreza, e tendo as mesmas características, e até compartilhando de zonas de comércio, eles são caracterizados enquanto piores do que os habitantes dos bairros centrais, mantendo o estigma designado em sua forma “violenta de existir”.

Usando o exemplo do Bairro Estância Velha, e levando em conta outras narrativas produzidas por moradores de distintas regiões de pobreza na cidade, mesmo a condição de habitarem em bairros pobres de Canoas, diante do estigma de que também são alvo, ainda estão estabelecidos em uma categoria superior a

daqueles que habitam o Guajuviras. Embora o Estância Velha não seja ainda um bairro considerado ideal, estando constituído de moradores de classe média baixa e também alvo de estigma, no imaginário destes habitantes, ele não se encontra na condição de um bairro constituído por ocupação “irregular”, embora muitas de suas regiões tenham sido alvo de intensa ocupação. Esta lógica se reflete no mercado imobiliário, onde uma residência localizada no bairro Estância Velha, fixada no outro lado da Avenida Boqueirão, possui um valor duplicado ao seu equivalente dentro do bairro Bairro Guajuviras. Outro ponto importante que encontrei através da análise de comunidades virtuais e mídias sociais, em especial no Facebook, que fazem referência à cidade.



Figura 43 – Guajuvirenses Vida Loka – Fonte: Mídia Social (Facebook)

Gerenciadas por moradores de diversas regiões, elas possuem como proposta um perfil humorístico, que satiriza os problemas da cidade e generaliza os diversos estigmas e personalidades dos moradores. Impressionou-me os recortes que faziam menção ao Guajuviras, por vezes reforçando o estigma, em outros momentos destacando características imaginadas de seus moradores.



Figura 44 – Imagens produzidas sobre os moradores do bairro – Fonte: Mídia Social (Facebook)

Muitas destas concepções que são construídas sobre o bairro Guajuviras, fazem parte de uma criação do imaginário de outros “menos” pobres, que imaginam um perfil do bairro conforme idealizado na cidade e mídia. Também partem destas idealizações recorrentes as situações históricas, que remetem a configuração de como este espaço foi constituído, e como foram produzidos estes percursos. Como demonstrado, a própria condição da ocupação em temporalidades, refletem a permanência do estigma que se valeu de diferentes discursos e formas de continuidade, se reproduzindo não só na cidade, mas também no entorno e em outras regiões de pobreza.

Michel Maffesoli, (2001) destaca que o imaginário é algo que está além do indivíduo, ultrapassando-o, impregnando-o do coletivo, ou pelo menos com parte deste coletivo. Ele segue destacando o imaginário enquanto um “estado de espírito do Grupo”, pode também ser de um país, de um estado, cidade, comunidade, etc. Como destacado, poderia dizer que este imaginário ativo nos moradores de outras regiões da cidade é refletido no medo produzido em relação aos trajetos que convergem em direção ao bairro, demonstrando o que a cidade imagina em relação ao Guajuviras. Durand (2001) menciona que o ser humano é dotado de uma ampla aptidão de formar símbolos em sua vida sociocultural. Ponderando sobre tal função ele destaca; “O imaginário, longe de ser a “epifenomenal louca” da casa, a que a

psicologia clássica o reduz, é, pelo contrário, a norma fundamental, a justiça suprema” (Durand, 2001, p.14).

Neste sentido, Durand acaba por se utilizar da expressão imaginário em vez de adotar o termo simbolismo, sendo que os símbolos, intrinsecamente relacionados entre si, se constituiriam em uma maneira de manifestação do imaginário, partilhando de suas funções sociais. Partindo desta perspectiva, poderíamos pensar este mecanismo de poder, associado à força simbólica deste imaginário sobre a violência do bairro, com diferentes funções ideológicas. Neste sentido entenderíamos a força simbólica da expressão “território da paz” como um potente produtor de imagens dentro do mundo social. Manter o Guajuviras nesta condição imaginada suscita o poder, principalmente em sua dimensão política, explorando e provocando representações coletivas.

Neste capítulo destacamos a proposta de análise, distinguindo as tensões existentes entre os de fora e de longe e habitantes do bairro. Ponderaremos as dificuldades e problemas, envolvendo com isso os efeitos de um longo processo de estigmatização que hoje implica diretamente na relação dos moradores com a metrópole. O próximo capítulo dá sequência a uma reflexão sobre as memórias destes habitantes do Guaju, suas narrativas, suas referências à duração, considerando os espaços compartilhados para, assim passar às considerações finais desta dissertação.

5 No Guajuviras quem lembra é quem conta

De qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se "dar conselhos" parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história [...] O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história (Benjamin, 1994, p.200-01)

Para analisar os relatos sobre o Bairro Guajuviras, faz-se necessário apresentar algumas definições e instrumentos teóricos relativos aos aspectos coletivos, individuais e sociais do tempo e da memória.

Maurice Halbwachs (2004) enfatiza que a memória apoia-se sobre um "passado vivido", permitindo a constituição de uma narrativa do passado de maneira viva e natural, elemento que transpõe a ideia de "passado apreendido pela história escrita" (HALBWACHS, 1990, p.75). Para o autor, a memória individual é constituída a partir das referências e lembranças que remetem ao grupo, referindo-se a um ponto de vista sobre a memória coletiva. Esta seria uma perspectiva que considera o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e as relações estabelecidas com outros meios. O autor assinala que as reminiscências, a partir do cotidiano de um grupo, podem ser reconstruídas ou simuladas. Portanto poderíamos criar representações de um passado ajustadas na percepção de outros, naquilo que imaginamos ter ocorrido, ou pela internalização das representações de uma memória histórica.

Já em Thomson (1997) a memória seria vinculada diretamente à personalidade individual, isso porque nós decidimos como reconstruímos nossas lembranças. Neste sentido a memória torna-se uma busca por sentido, ela se interliga com outras concepções do ponto de vista individual, criando sentidos, intermediando os conflitos, sanando as feridas, edificando os destroços, calando as consternações. A memória está vinculada ao ato de recordar, evidentemente também ao esquecimento. Recordar e esquecer constitui uma dualidade que se integra e, ao mesmo tempo, se opõe. São os indivíduos que constroem as representações de distintas temporalidades e eventos que marcam sua história individual. Neste sentido, o autor nos diz que:

Reminiscências são passados importantes que compomos para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior consonância entre identidades passadas e presentes (...) Sentimentos e impulsos reprimidos (...) são descarregados atravessando sorrateiramente as barreiras da coerência consciente de forma específica. Sonhos, erros, sintomas físicos e piadas que permitem vislumbrar os significados pessoais ocultos (THOMSON, 1997, p. 57-8).

Pollak (1992) indica que a memória social se constitui em um fenômeno fundado no coletivo e passível de mudanças constantes. Ela comunica a cultura local, que também é recebida pelos sujeitos como um legado, e é composta por eventos partilhados e vividos socialmente. Então, nesta perspectiva encontramos os três elementos que proporcionam suporte à memória: os acontecimentos experienciados, as pessoas e os lugares – todos eles responsáveis pela consolidação de laços afetivos entre os grupos.

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p.201)

Segundo Pollak, a memória possui caráter seletivo, sendo que nem todos os eventos são registrados pelos indivíduos, os quais selecionam a forma de recordar e oferecer importância, permitindo que tais elementos sejam registrados subjetivamente. Igualmente, as reminiscências podem ser assimiladas através de uma herança narrada, em eventos que tenham relação com os antepassados. Assim, o autor realça como a experiência pessoal por vezes une-se a eventos que paralelamente ocorreram, ativando o imaginário e constituindo assim a memória individual e coletiva de uma vivência. Esta experiência é tão intensa que por vezes o sujeito não distingue se estava presente ou não, assumindo para si a memória sem se situar no espaço-tempo. Do mesmo modo, Pollak sublinha que:

Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. [...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas

também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p.204)

Para dialogarmos sobre a memória do espaço, é importante ressaltarmos a função do tempo social, conceito importante, também explorado pelo autor. Em sua abordagem, Haalbwachs ressalta que o tempo social é um elemento inteiramente exterior às durações vividas e percebidas através da consciência. O tempo só possui conteúdo na medida em que confere ao pensamento concretude diante dos acontecimentos. O principal meio no qual nossa memória se apoia não se encontra na história aprendida, mas na história vivenciada. Assim, não devemos perceber a narrativa enquanto uma sucessão dotada de cronologia, marcada por eventos e datas, mas caracterizá-la por tudo o que diferencia o período narrado em si, em relação a outros. As narrativas geralmente proporcionam imagens de arranjos incompletos, percebidos por diferentes experiências. O tempo é concebido como algo que se refere ao conjunto de seres, uma criação artificial, palpável somente através da soma combinada, entre múltiplos dados tomados por empréstimo das durações individuais. Sobre o tempo e a cidade, Haalbwachs destaca que:

Mais a cidade é cidade, quer dizer, um meio onde o mecanismo se introduziu não somente nos trabalhos produtivos, mas regula também os deslocamentos, as distrações e o jogo do espírito. O tempo esta dividido como deve ser, ele é o que deve ser, nem muito rápido, nem muito lento, já que esta em conformidade com as necessidades da vida urbana. (HAALBWACHS, 1990, p. 119-20)

Portanto, o tempo experienciado e o tempo imaginado não são iguais. Embora duas pessoas vivenciem um mesmo período, presenciando os mesmos acontecimentos, a memória dos eventos é permeada por diferentes impressões sobre o tempo. A própria interferência do trauma permite que a experiência seja revivida de dessemelhantes maneiras. Assim, a percepção da duração de um fenômeno sobre um mesmo evento também é percebida de maneira distinta, mesmo que os mesmos indivíduos tenham compartilhado de uma experiência, ou seja, de um mesmo fenômeno. Assim é importante ressaltar que na constituição da narrativa sobre um acontecimento específico, não necessitamos necessariamente encontrar os mesmos relatos, pois o tempo é pensado de diferentes maneiras, ainda que a experiência seja temporalmente localizada no mesmo ponto de referência dentro da história de um espaço. Deste modo, Haalbwachs enfatiza que o tempo é social, mas cada indivíduo faz a sua própria leitura particular do social.

O tempo não é em si, uma imagem paralisada, imóvel, mas está em constante movimento apresentando diferentes durações. Neste sentido entendemos as diferenças existentes em distintos grupos, variando em proporções e aspectos, manifestos por meio das marcadas maneiras de compreender e imaginar o tempo. As sociabilidades, as datas festivas, as cerimônias religiosas e rituais, a própria percepção da existência dentro de uma finitude definem aquilo que uma cultura significa ou simboliza no próprio tempo, ou no que consideram culturalmente enquanto “tempo”. Conforme Braudel (2004), tempo do acontecimento, da conjuntura e da longa duração ou estrutura podem acarretar a perda da composição da narrativa, bem como, a possibilidade de sua articulação, não só entre diferentes temporalidades, mas também em seu ritmo, que é estruturado pela duração.

Neste sentido o autor considera a dimensão tempo e seus diferentes ritmos, destacando que os processos históricos não ocorrem apenas no tempo, mas também no espaço. A partir do reconhecimento destes diferentes ritmos, é que percebemos a densidade do que podemos abranger nas narrações, suas temporalidades e durações. Neste ponto encontramos a ênfase de Bachelard (1994) ao conceito de duração, na perspectiva de tempo descontínuo, destacando que “é necessário estudar os fenômenos temporais cada qual segundo um ritmo apropriado, um ponto de vista particular” (BACHELARD, 1994, p. 7).

Assim, ao percebermos o fenômeno da duração, precisamos concebê-lo como um constructo artificial que faz referência as nossas escolhas, e não como uma narração que possui continuidade, ordem, fluindo de maneira constante. Portanto a percepção do tempo desliza sobre o próprio tempo, indiferente as nossas percepções imaginadas. A percepção do tempo é variável, conforme o utilizamos e nos apropriamos dele.

Quando estamos ocupados, percebemos o tempo passar velozmente, mas quando ansiamos a espera por algo, o tempo se alonga, transformando cada minuto em aflição. O que quero destacar é que cada narrativa exposta é caracterizada pela percepção do tempo de cada narrador, assim como o significado acompanha esta maneira particular de cada sujeito perceber o tempo, representando as múltiplas maneiras de constituir narrativas, expressões que são representadas na forma com que cada interlocutor compreende o social.

5.1. A memória do espaço, o ontem e o hoje

O Guajuviras é um bairro marcado por um histórico de sofrimento e luta, é o que assinalam os diferentes registros destes 29 anos de sua história. Mas não só o que foi produzido a respeito do bairro indica este histórico, pois também é possível perceber estas memórias, no eco de diálogos do cotidiano, através de sentimentos que atravessam diferentes temporalidades e durações, compartilhadas oralmente entre os habitantes, mas também reforçadas pelos modos como os moradores percebem e representam o que consideram real, suas subjetividades, que ordenam e produzem formas de ser e agir. Como afirmado em outro momento, este “ser do Guaju” implica em carregar sobre si este legado, que é manifesto através do *ethos* do bairro, equilibrando as relações entre os habitantes.

Mas não somente as vozes narradas são indicadores destas memórias, mas o espaço significado pelos moradores também determina estas distintas maneiras de perceber o tempo e narrar esta história. Embora o estigma de certo modo afete muitos dos novos habitantes, nas narrativas dos mais antigos, e também daqueles que no passado moraram no bairro, percebo que a força do estigma não possui mesmo efeito no que diz respeito à experiência individual de habitar um bairro ocupado. Durante o trabalho de campo muitas vezes inquiri meus interlocutores sobre suas memórias em relação ao bairro, e percebi que a referência à resistência e à solidariedade sempre foram fundamentais para dar autoridade e autenticidade à narrativa. As histórias circulam entre momentos de tensão, quando se reuniam em lugares que hoje ainda são rememorados enquanto simbólicos para aqueles que vivenciaram o período dos primeiros anos de ocupação. Cada narrador ressaltou elementos diferentes sobre o bairro, enquanto formas distintas de pensar a sua experiência com a ocupação.

Antonio Cechin, um dos interlocutores desta pesquisa é irmão marista, e atualmente está com 88 anos. É um conhecido ativista das causas sociais no estado do Rio Grande do Sul. Antônio é um militante que influenciou uma geração no estado e país na luta por terra e moradia. É também criador da Romaria da Terra, da Romaria das Águas e idealizador da missa em honra a São Sepé Tiaraju. Foi cofundador do Movimento Nacional Fé e Política.



Figura 45 – Irmão Antonio Cechin em sua residência – Fonte: do autor

Antônio encontra a sua relação com o bairro Guajuviras através da amizade com outro interlocutor da pesquisa, o Padre Armindo Cattelan. Ambos compartilharam de uma importante experiência em auxiliar diferentes ocupações na cidade de Canoas, em especial a da vila Santo Operário. Em sua experiência particular, ele ressalta que foi perseguido e torturado pela ditadura militar. Ele

recorda que neste mesmo período em que foi morar em Canoas, foi incompreendido em sua própria Congregação religiosa por suas posições teológicas, pois percebia a experiência religiosa enquanto essencialmente ligada à defesa dos mais pobres.

Antônio também possuía fortes laços no passado com a Ação Católica (AC) e o movimento da teologia da libertação. Ele lembra que em 1979, foi ano que aconteceu o 1º Encontro Estadual das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e também ocorreu o início das ocupações rurais das CEB's rurais, hoje conhecido como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo ele, este também foi o ano dos princípios das ocupações urbanas em Canoas, que acabaram por originar a Vila Santo Operário. Ele conta que acabou por vir morar em Canoas após duas prisões e uma terrível experiência de tortura que quase o levou a morte. Após ser libertado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Porto Alegre, seguindo a sugestão de amigos, resolveu afastar-se da capital onde estava sob ameaças de morte.

Mas ai, a gente foi pra Canoas, minha mana e eu, porque eu já tinha tido duas prisões e aqui (Porto Alegre) eu tava muito em vista, com os militares e tudo, então lá a gente foi morar nas periferias de Canoas, Lá era o coadjutor o padre Armindo que depois virou vigário, então à sombra dele, nós começamos um trabalho na parte sul, e o Guajuviras ficava na parte Norte, [...] parando ai, construímos as primeiras comunidades Eclesiais de Base, e lá nós fizemos a primeira ocupação, na vila Santo Operário, em Canoas. Da Santo Operário, construímos a Getúlio Vargas, e da Getúlio Vargas fomos lá pro outro lado, que tinha uma ocupação, fomos fortificar o chamado Beco do Resvalo. [...] (Entrevista Antonio Cechin, 2015)

Segundo o interlocutor, a experiência com a ocupação da Vila Santo Operário foi muito singular, servindo de laboratório para muitos religiosos engajados pensarem novas ocupações na cidade. Para Antônio, a experiência com o Guajuviras é também um reflexo do tempo ligado a uma conjuntura política e desigual a que estas pessoas desfavorecidas viviam. Quando se refere ao nascimento do bairro, sua narrativa sempre evoca a conjuntura política opressiva que assombrava o momento. Mesmo que a ocupação do residencial tenha ocorrido após o fim da ditadura militar brasileira, para Antônio aquele período ainda refletia a sombra de suas experiências negativas com o regime.

Sobre o Guajuviras a gente achava que foi uma maravilha, porque veio gente de tudo que era lado, e os próprios militares que tinham o negócio de controlar, eles mesmos pegaram terreno, polícia, tudo né, que era uma área imensa e depois já tinha casas construídas e tudo, e na hora que eles entraram eu disse: Matilde olha, eles não correram atrás de terra, mas esperaram que fabricasse um bairro para eles ocupar. (Entrevista Antonio Cechin, 2015)

Como alguém que junto a outros religiosos compunham as Comunidades Eclesiais de Base em Canoas, ele prestava auxílio na consolidação destas ocupações. Segundo Antônio a ocupação do Guajuviras foi a consolidação de um dos movimentos de resistência e busca por moradia na cidade, que sobreviveu à opressão de uma ditadura que não priorizava políticas habitacionais para os mais pobres. O tempo em sua narrativa não encontra seu fundamento na especificidade das datas, mas sim na experiência traumática vivenciada em sua militância. Embora o fim da ditadura tenha ocorrido em 1985, o ano da ocupação do Guajuviras ainda estava presente à experiência de repressão.

Diferentemente de outros interlocutores, para Antônio a ocupação do Guajuviras carrega muitos dos significados simbólicos do passado, ela representa a resistência diante de uma conjuntura política de tensão, que não pode apenas ser percebida sem entender à relevância de outros movimentos que a acompanharam em seu tempo. Em sua narrativa, a ocupação do Guajuviras não é um evento isolado de outros, mas faz parte de um momento que se seguiu à consolidação de diversos movimentos sociais e políticos de seu tempo. Uma afinidade importante com a narrativa do interlocutor Gerson Rocha é a opressão vivida em meio ao espaço recém-ocupado, auferindo culpa aos policiais militares que agiam com truculência no tratamento dos ocupantes, o que ele chamou de “resquícios da ditadura militar”. Mas Gerson, quando menciona a sua experiência solidária em sua relação com os ocupantes de sua época, acaba por se comunicar com a vivência narrada pelo interlocutor e morador Jeferson Christian.

Já no caso de Jeferson, a ênfase encontra seu ápice por meio da solidariedade que ele, ainda criança, descobriu no início da ocupação, uma experiência que o alcança no tempo presente, e simboliza a possibilidade de descobrir novas formas de família através da criação de fortes vínculos de parentesco com seus vizinhos. Já o Padre Armindo Cattelan dirige esta experiência para si, interiorizando-a, ressaltando que percebe a ocupação enquanto a realização de um sonho, de um projeto de militância, mas de forma muito particular, ao ponto de relacionar a analogia de um filho que nasce.

Também Armindo destaca a importância de sua experiência com o espaço enquanto líder religioso, pois considera o período que viveu no bairro como o melhor momento de sua experiência religiosa no passado. Para o Padre, o Guajuviras é mais que um espaço de memórias, é transcendência, é solidariedade, é afetividade

e família. Mas também se assemelha a narração de Antônio, afirmando que o Guajuviras se constitui em uma vitória política, representativa de um segmento que reivindicava por seus direitos em uma sociedade desigual. Sobre estas diferentes percepção de duração é importante ressaltar que encontramos em diferentes memórias e narrativas relativas às experiências históricas compartilhadas na ocupação do bairro, elementos que podem ser resumidos em três eixos:

- conquista política para uma categoria desfavorecida.
- experiências comuns de compartilhamento e solidariedade em situação dramática.
- sentimento de pertencimento ao espaço, dentre o seus habitantes.

Estas três perspectivas simbolizam distintos aspectos contidos nas narrativas de meus interlocutores, que se manifestam através destas memórias sobre o espaço. São elementos que circundam os sentimentos de diferentes habitantes que possuem temporalidades assinaladas por meio da narração de suas experiências. É a representação de como são articulados de maneiras díspares os significados que compõem também este “ser do Guaju”. Assim como referenciado na fala de meu interlocutor Edimar, ao se aproximar dos espaços de memória, ele resalta justo sua experiência com estas reminiscências, enfatizando a sensibilidade que sente quando se percebe como participante deste esquema.

Ele lembra como se sentiu envolvido por este sentimento de pertencimento, manifestado através das narrativas do passado e presente que pode conhecer. Ali, caminhando no bairro, ele destaca que o espaço é seu, assim como reconhece que também pertence ao espaço. Este sentimento se concretiza especialmente na maneira com que se relaciona com outros moradores, em sua afinidade com os habitantes, em especial na vivência que desenvolve com seus vizinhos. Esta também é a fala do interlocutor Jeferson, que afirma com veemência compartilhar e fazer parte desta história do espaço, enfatizando a força destas memórias para ele no presente, e que sente o compromisso de oferecer continuidade para a mesma memória do espaço, estabelecendo seus futuros laços familiares dentro do bairro. São as reminiscências de outros do passado, sendo resinificadas em sua experiência particular com o bairro no presente. Como ele mesmo referenciou, “eles,

a história deles, também sou eu, e eu sou eles também nesta história” (entrevista Jeferson Cristian).

5.2 A memória e seus espaços de compartilhamento

O Guajuviras possui a sua poética, a sua forma e energia próprias, exibida na face e modos de ser de seus habitantes, nas diferentes maneiras de habitar, nos trânsitos percorridos por seus moradores, nas vozes que ecoam através de pequenas vielas cercadas por lojas e habitações. A memória é denunciada por meio deste complexo urbano, sendo percebida pelo olhar treinado do antropólogo que se volta para seu entorno, observando, assimilando olhares, percebendo com isso que o espaço em si é carregado de memória. Mas também existem lugares que evocam de maneira intensa esta experiência com o espaço, permitindo que os significados assumam diferentes proporções, comportando um compartilhamento destas reminiscências.

A simplicidade com que encontrei diferentes maneiras de expressar a memória narrada me surpreendeu. Foram experiências simples, como quando eu estava frequentando o comércio, e na compra de pães no mercado, a atendente naturalmente começou a contar a sua história no bairro, expressando códigos particulares de convivência entre vizinhos, advertindo sobre como os habitantes não gostavam daqueles que não respeitavam as consonâncias do convívio. Foi também no caminhar pela avenida, onde em conversa casual, encontrei este partilhar de lembranças relativas ao evento da ocupação: “Sabe como cheguei aqui? Foi terrível o dia! Ali na casinha morava um vizinho que estava aqui há muitos anos, que pessoa querida! Ele era um garoto que só dava problema, que bom que foi embora!” Assim, nestas pequenas conversas casuais, de maneira informal e simples, identifiquei muitas das narrativas cotidianas, carregadas de significados e evocando a memória do bairro.

Mas foi através da experiência com diversas lideranças religiosas do bairro que percebi que os espaços de fé são importantes locais de compartilhamento da memória. Estes elementos são ressaltados nas falas de meus interlocutores, os pais de Santo João de Iemanjá e Jorge Grinã. Assim como, nas narrativas de Jeferson Cristian quando se refere à experiência com a Juventude Católica do

Bairro, no diálogo com Padre Armindo, e igualmente com outros líderes que proporcionaram seu relato indiretamente. Assim percebi que nestes espaços religiosos, a memória do bairro é compartilhada e enfatizada por seus moradores, por meio das relações que ali são desenvolvidas em paralelo às reuniões, cerimoniais e ritos. Esta forma de compartilhar também ocorre através de um circuito em que diferentes religiões passam a partilhar de espaços considerados sagrados. Muitas vezes estas relações se estabelecem no ato de prestar solidariedade a eventos promovidos, visitar os templos de diferentes crenças, e presenciar rituais de seus homólogos.

Esta ênfase foi reforçada na fala dos pais de Santo João de Iemanjá e Jorge Grinã, que ressaltaram como muitos dos espaços religiosos são compartilhados no bairro. É o caso da gruta para Nsa. Senhora Aparecida, importante referência de devoção católica, mas também de religiões de matiz africanas, muitas das quais, também praticam seus rituais neste mesmo espaço religioso.

O compartilhar dos espaços religiosos, o ato de ser solidário, coexistindo, é também uma forma de potencializar a memória do bairro assim como destacado pelo interlocutor Padre Armindo, ao lembrar que no espaço do barracão, reservado para as reuniões dos ocupantes, havia naturalmente representação de pessoas com diferentes credos, que atuavam juntos em prol de oferecer unidade ao grupo, este que passava por diferentes dificuldades na ocupação. Neste sentido as religiosidades oferecem este importante papel, o de prezar pela harmonia nas relações inter-religiosas do bairro.



Figura 46 – Gruta em homenagem à N. Sra. Aparecida no Guajuviras – Fonte: do autor

Outro lugar importante de compartilhamento da memória são as escolas. Ainda que muito permeadas pelos estigmas do bairro, grande parte dos educadores tem uma preocupação particular em discutir a história do bairro com os alunos. Eu mesmo participei de uma destas iniciativas onde diferentes exercícios de memórias são praticados com os alunos, no intuito de conhecer melhor o bairro em que habitam. Nas aulas, eram oferecidos panoramas sobre a cidade, recorrendo aos usos da cartografia, referenciando um vasto trabalho com imagens do passo e presente, permitindo que os alunos reconhecessem as transformações urbanas ocorridas na cidade e no bairro. Através do jogo com as imagens fomentava-se o uso da imaginação como meio de permitir que os educandos se apropriassem dos espaços importantes no bairro. Também era exibido um depoimento em vídeo que eu havia registrado de um dos antigos moradores contando a sua história, enfatizando como conseguiu superar as dificuldades para conseguir residir no bairro.

Um dos exercícios feitos, era a proposta da gravação de pequenos relatos em vídeo com os celulares ou câmeras dos alunos. Neste sentido os educandos eram

incentivados a coletar histórias de antigos moradores do bairro, trazendo uma perspectiva dos diferentes momentos que foram vividos por estes habitantes. Ainda hoje um dos professores de uma das escolas do bairro, mantém um blog chamado de “Registro Histórico do Bairro Guajuviras²⁴”, onde ali compartilha muitos destes relatos que são gravados por seus alunos.



Figura 47 – Aulas de Educação Patrimonial na Escola Municipal Guajuviras – Fonte: do autor

É importante ressaltar que quando desenvolvi a entrevista com dois de meus interlocutores mais jovens, Jeferson e Edimar, ambos escolheram a “flanagem” nas dependências da escola para a nossa experiência. Ali ressaltaram o fato de aquele lugar ser produtor de memórias, tanto individuais como coletivas, mas ainda, para o

²⁴ <http://historiaguajuviras.blogspot.com.br/>

compartilhamento das mesmas. A escola tem se constituído enquanto um importante espaço para os habitantes mais jovens do bairro, em especial pela forma como muitos dos professores tem se posicionado em relação à educação cidadã de seus alunos.

As diferentes formas de compartilhamento e produção das memórias apresentadas neste capítulo demonstram a sua importância para as sociabilidades e relações de solidariedade próprias do *ethos* dos habitantes do Bairro. Elas manifestam-se no cotidiano destes habitantes, que identificam no próprio conjunto arquitetônico urbano um forte produtor de memórias, em especial pela ocupação ter ocorrido em um bairro com infraestrutura semi-acabada, contando com prédios e residências. Entendemos as diferentes formas de perceber o bairro através de temporalidades narradas pelos interlocutores. Os espaços religiosos e escolas estudados atuam como instrumentos de preservação de uma memória não oficial que anda à contramão do estigma pelo qual o Bairro é percebido de um olhar “de fora e de longe”.

6 Considerações Finais

Conforme descobria um pouco das memórias e histórias expressas nas narrativas, desvendava-se este “*ethos*” dos habitantes de uma enigmática porção da cidade de Canoas, o bairro Guajuviras. Destaco a possibilidade de abrir a minha pesquisa analisando os meus próprios deslocamentos em direção à alteridade . Neste sentido foi necessário questionar a minha posição em campo, impulsionado por meus interlocutores a compreender as diferentes perspectivas sobre o espaço em que habitam. Ao assumir a posição do “aprendiz”, submeti minha própria experiência, o que me levou a assumir uma atitude aberta e sensível, zelando para não pré-estabelecer valores ou induzir interpretações equivocadas.

De certa maneira, foi por conta desta atitude despojada que consegui ser reconhecido e significado por meus interlocutores, sendo conduzido à condição de ouvinte e participante, aumentando a proximidade na relação com os habitantes em diferentes momentos. Foi justamente pela prática de uma “hermenêutica de si”, conforme a sugestão de Eckert e Rocha (1998), que procurei ressaltar o caráter reflexivo do pesquisador, apresentando este aspecto tanto nos trabalhos de campo, quanto no distanciamento para a escrita.

Também enfatizei o recurso à imagem enquanto elemento fundamental no meu trabalho, utilizando-as em momentos em que considerei imperativo acessar a diferentes aspetos da realidade social, imperceptíveis ou minimizados por meios não visuais. Assim, em conjunto com os textos e as imagens, procurei expandir as perspectivas do leitor, buscando aguçar o seu imaginário sobre o espaço narrado. A reflexão sobre as imagens nesta pesquisa antropológica, tomou como princípio o fato dela ser uma linguagem que participa do universo simbólico humano. Assim encontrei no conjunto da produção textual e videográfica a possibilidade de expandir a comunicação com meus interlocutores no processo de pesquisa, alargando nossa intersubjetividade e promovendo um constante questionamento sobre a produção de dados e de interpretações. Consecutivamente, priorizei os diálogos e as narrativas, analisando os aspectos simbólicos deste material empírico, que apontam para a relevância de suas crenças, experiências, memórias, do passado e perspectivas sobre o presente e futuro. Assim pude perceber que o espaço do bairro é permeado por significados e símbolos, que muitas vezes se expressam na forma de habitar e

modificar suas moradias, na maneira com que se apropriam dos espaços públicos, naquilo que é considerado “público não publico”, bem como nos espaços de afeição que representam as sociabilidades constituídas em diferentes temporalidades.

Explorei como se identificavam estes habitantes de maneira particular, descobrindo o termo “ser do Guaju” enquanto uma importante referencia de pertencimento. Ele se assemelha à noção de pedaço de Magnani (1998), sendo este também um termo nativo que foi elaborado pelos habitantes, como forma de designar um segmento concreto da vida urbana. O “ser do Guaju” é também uma noção territorialmente localizada, e indica que a pessoa assim nomeada tem conhecimento das redes de parentesco e amizade que fortalecem as práticas e sociabilidades, que igualmente constituem uma identidade local própria.

Também me foi possível compreender a perspectiva solidária que estes moradores compartilham, revelando por meio das narrações um traçado que transcendeu o tempo, e hoje conduz muitos dos modos de estabelecer vínculos na vizinhança. Esta solidariedade compartilhada cria sociabilidades e vínculos permitindo que a atuação transcenda as relações de boa vizinhança, chegando a atingir militâncias políticas. Reconheci que a Avenida 17 de Abril tem potente função na centralização das sociabilidades, atraindo para si a maioria dos trajetos internos e externos do bairro. Também indiquei esta via enquanto centro nevrálgico da região, contendo não só espaços de sociabilidade, mas também nutrindo um grande comercio e serviços essenciais para a população.

Com base na diferenciação proposta por Magnani (2002) sobre o olhar “de fora e de longe” e “de perto e de dentro”, identifiquei ambas as perspectivas ao analisar meus dados de campo, com consequências sobre a implementação de políticas públicas municipais, devido ao estigma que recai sobre a região. Também evidenciei as mídias como propagadoras deste estigma sobre o bairro, por vezes calcada em informações inconsistentes e contraditórias, com termos pejorativos que reforçam e promovem esta imagem depreciativa do Bairro. Assim enfatizei que para a consolidação de uma condição favorável para estes habitantes, faz-se de suma importância que os moradores do bairro abandonem estas cognominações que referenciam a condição estigmatizada, e assumam as referências que já são compartilhadas por seus habitantes enquanto elementos determinantes, como consolidando esta sensação de pertencimento.

Investi na produção de uma coleção etnográfica da qual derivam constelações de imagens, compondo um acervo que faz parte deste trabalho. Com o registro das narrativas dos interlocutores, realizei um vídeo documentário e um DVD interativo que conduz o expectador a uma experiência com o bairro. Estive atento às formas virtuais de comunicação e a sua importância para a organização social que deriva das mesmas na atualidade. E para exemplificar minha proposição, apresento a constituição do blog etnográfico, mostrando o quanto ele me auxiliou no decorrer desta etnografia.

Por fim, encerro retornando às memórias produzidas pelos interlocutores, ressaltando elementos do passado, presente e futuro, evidenciando modo como vivenciam e significam o espaço. Proponho a definição de três eixos de convergência na circulação das narrativas e suas referências que são a conquista política, as experiências comuns de compartilhamento e solidariedade e o sentimento de pertencimento ao espaço. Procurei conhecer alguns dos lugares de compartilhamento destas memórias, considerando o cotidiano, o comércio e trajetos construídos por seus habitantes no bairro. Destaquei o papel das instituições religiosas, atuando sob a perspectiva da solidariedade e permitindo a muitos de seus frequentadores a criação de vínculos ancorados em experiências dramáticas compartilhadas no espaço. E não menos importante, a função social da escola visando à promoção da memória do bairro, por meio de projetos educativos que valorizam e refletem sobre o histórico das lutas sociais no bairro e o futuro de cidadania almejada aos/pelos alunos.

Referências

- AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade**. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011, 213 pp.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARANTES, Antônio Augusto. “**A Guerra dos Lugares**”. Paisagens Paulistas: transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000. pp. 105-130.
- ARDEVOL, Elisenda. Por una antropología de la mirada: etnografía, representación y construcción de datos audiovisuales. In: **REVISTA DE DIALECTOLOGÍA Y TRADICIONES POPULARES**, vol. LIII, nº 2, 1998. ISSN: 0034-7981
- ASSMANN, Hugo e MO SUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: Educar para a esperança. Petrópolis, Vozes, 2000.
- AUGE, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Editora EDUFAL / UNESP: Maceió/ Alagoas, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARBOSA, Andréa; et Al. **Antropologia e imagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BATESON, Gregory; MEAD, Margaret. **Balinese Character: A Photographic Analysis**. New York: The New York Academy of Sciences, 1942.
- BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BENJAMIN, W. **Sobre a arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

_____. O Narrador – Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e Técnica, Arte e Política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. SP: Brasiliense, 1994, p. 201.

BONTE, Pierre; IZARD, Michel. **Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie**. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 1991.

BOSI, Ecléa. **MEMÓRIA e SOCIEDADE**: Memórias de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 2003.

BRAUDEL, F. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMPOS, Ricardo. Cruzamentos e convergências entre a antropologia visual e a comunicação. In: **Portal Comunicación**, Barcelona, Dez/2014, ISSN2014-0576. Disponível em: <http://portalcomunicacion.com/lecciones_det.asp?lng=esp&id=87>. Acesso em julho/2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede – a Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura (vol. 01). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAPLIN, E. **Sociology and Visual Representation**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1994.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

DAMATTA, Roberto. O ofício do antropólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DEVOS, Rafael Victorino, ROCHA, Ana Luíza Carvalho da. **Constelações de imagens e símbolos convergentes no tratamento documental de acervos audiovisuais de narrativas orais**. Sessões do imaginário, v. 1, n. 22, p. 106-120, 2009.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DORNELLES, J. **Antropologia e Internet: quando o "campo" é a cidade e o computador é a "rede"**. In: Horizontes antropológicos, vol.10, n.21, Porto Alegre Jan./Jun., 2004.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **O imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2001.

ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . **Etnografia da duração – Antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marcavisual. 2013.

_____. 2011. **Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais**. Política & Trabalho 34(s/n): 107-126.

_____. "Etnografia: saberes e práticas". In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação.

_____. "Etnografia de rua, estudos de antropologia urbana". In: **Revista Iluminuras**, Nº 7, ano 2003.

_____. Etnografia de rua e câmera na mão. In: **Revista Studium**, n.8, Campinas, SP, 2002. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/idenx.html>.

_____. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2001. 25 f. (**Iluminuras**; n.44)

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESTALELLA, A.; ARDÈVOL, Elisenda. Ética de campo: hacia uma ética situada para la investigación etnográfica de internet. In: FQS – **Forum: Qualitative Social Research**, Barcelona, Volume 8, n°3, 2007. Disponível em: <http://portalcomunicacion.com/uploads/pdf/87.pdf>. Acesso em julho/2015.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso:** pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 10, p. 58-78, jan-abr 1999.

_____. Família, Fofoca e Honra: uma etnografia das relações de gênero e violência em contextos populares. UFRGS: Porto Alegre, 2000.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e antropologia.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997, 366 pp.

_____. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local:** novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOFFMAN, G. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDMAN, Marcio. **O fim da antropologia.** Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 89, p. 195-211, mar. 2011. Resenha de A invenção da cultura.

- GOMES, L. R. Entre campos e cantos: para uma sociologia do futebol amador. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- GOOGLE EARTH – MAPAS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>> Acessado em junho, 2015.
- GONÇALVES, Marco Antonio. **O real imaginado**: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Topbooks. 2008, 239 pp.
- GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Org.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 308 p.
- GONÇALVES, Marco Antônio (Org.) ; MARQUES, R. (Org.) ; CARDOSO, Vânia Zikán (Org.) . **Etnobiografia**: Subjetivação e etnografia. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. v. 1. 267p .
- GONDIM, L. M. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. In: **Revista de Ciências Sociais**, v.12/13, nº1/2. Fortaleza: Edições UFC, 1982.
- HAALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice ed., 1990.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2003.
- HARAWAY apud SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN (eletrônico) 2176-2767**, v. 16, 1998.
- HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. Londres: SAGE Publications, 2000.
- HORST, H. A.; MILLER, D. **Digital Anthropology**. London: Bloomsbury, 2012.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acessado em Jul 2015.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro, "O local enquanto elemento intrínseco da pertença", em Cláudia Leitão (org.), *Gestão Cultural: Significados e Dilemas na Contemporaneidade*. Fortaleza, Banco do Nordeste, 75-87, 2003.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 208p. (Série Métodos de Pesquisa).

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, 399p.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**. São Paulo. Loyola, 2003.

LIMA, A. S. Representações do eu em comunidades virtuais e weblogs. In: *Informação e Comunicação no século XXI: [Multi]referencialidades*, IV Feicom - Feira de Comunicação e Informação, 2010, 15-24.

LOMNITZ, Larissa. *Redes sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2009.

MACDOUGALL, David. **Transcultural Cinema**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

_____. "Novos princípios da antropologia visual". In **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, 21(2), 2005.

MAFFESOLI, Michel. **Tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. O imaginário é uma realidade. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v.1, nº15 (2001), p. 74-82.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSOS, R. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P.127-140.

- _____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira Ciências Sociais [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. ISSN 1806-9053.
- _____. **A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003.
- _____. Etnografia como prática e experiência. In: **Revista Horizontes Antropológicos Etnografias.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009, pp.129-156.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editora Abril, 1984.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU, 1974.
- MÁXIMO, M. E. **O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs.** In: Civitas, Porto Alegre, v.7, n.2, jul.-dez. 2007, p. 25-47.
- MEAD, M. **A antropologia visual como uma disciplina verbal.** C.de France (dir.). La Haye, Mouton, 1979.
- MILLER, D. **Talles from Facebook.** London: Polity Books, 2011.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Unesp: São Paulo, 1998.
- _____. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica.** Editora UNB: Brasília, 2010.
- PENNA, Rejane; CORBELLINI, Darnis; GAYESKI, Miguel. **Guajuviras: História de uma luta.** Canoas: La Salle, 1998.
- PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade: Favelas e a política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. Marginalidade: Do mito a realidade das favelas do Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio, Estudos nº102, 2003.

PÉTONNET, C. A observação flutuante: exemplo de um cemitério parisiense. Traduzido por Soraya Silveira Simões. Antropolítica, n. 25, p. 99-111, 2008.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PINHEIRO, A. P.; MOURA, C. Cultura, Religião e Cinema Documentário. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, Diversidades e (Des)igualdades, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011, UFBA.

Plano Diretor Urbano Ambiental de Canoas/RS. Lei Municipal nº5.341, de 22 de outubro de 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 5 (10), 1992, 200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15. São Paulo, 1997.

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA (Pronasci). Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca/pronasci> Acesso em: 19 dez. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROCHA, G. Aprendizagens: a lógica e a dramática. In: GROSSI, E. P. (Org.). **Porque ainda há quem não aprende?**: a teoria. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 99-114, 2006, disponível em http://www.fflch.usp.br/da/cadcampo/ed_ant/revistas_completas/14-15.pdf Acesso em 02 de dezembro de 2015

- _____. Coleções etnográficas, método de convergência e etnografia da duração: um espaço de problemas. In: **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- _____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAMAIN, Etienne (org). **Como pensam as imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- SANSOT, Pierre. **Poétique de la ville**. Paris : Klincksieck, 1978.
- SANTOS, C. F; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.
- SCHERER, Joanna. "Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica". In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, nº. 3. Rio de Janeiro: NAI/UERJ, 1996. p. 69-83.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras, São Paulo, Edusp, 2000.
- SIMMEL, G.. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O.G. (org.). O fenômeno urbano. pp.11-25. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. "**O problema da sociologia**" In: MORAES FILHO, E. (Org.) Simmel. São Paulo: Ed. Ática, 1983. p. 60
- _____. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. "Sociability: The lie". In: Wolff, Kurt (editor) **The Sociology of Georg Simmel**. New York: The Free Press, 1950. (há tradução de "Sociabilidade" em português)

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22, n°44, p. 341-364, 2002.

_____. Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias. In: **Projeto História**, São Paulo, n°15, p. 51-84, Abr 1997.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – **A Aventura Sociológica**, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 36-47.

_____. **Individualismo e Cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A Utopia Urbana**: um estudo de antropologia social. 5 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1989.

_____. **O estudo do comportamento desviante**: a contribuição da Antropologia Social. In: Desvio e divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999,

_____. (org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **Um antropólogo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. SP, CosacNaify, 2010.

WORTH, Sol. **Studying visual communication**. University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 1981.

YOUNG, Colin. Observational Cinema. **Principles of Visual Anthropology**, P Hockings. Mouton Publishers, The Hague, 1975.

Anexos

ANEXO A – Termos de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Jefferson Cristiano Gutierrez de Carvalho, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº 5085797933, inscrito no CPF sob nº 005.671.860-83, residente e domiciliado na Av/Rua Quaranta P, setor 01, nº 17, município de Conceal/RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Conceal, dia 10 de março de 2015.

Jefferson C. G. de Carvalho
(assinatura)
Nome: Jefferson Cristiano Gutierrez de Carvalho
Telefone p/ contato: (51) 9619-7711

ANEXO A – Termos de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Jorge Antonio Pinto Schimski, nacionalidade Brasileiro, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº 5008489725, inscrito no CPF sob nº 613.241.160-72, residente e domiciliado na Av/Rua F2, nº 528, município de Grammaes /RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Grammaes, dia 14 de março de 2015.

Jorge Antonio Pinto Schimski
(assinatura)
Nome: Jorge Antonio Pinto Schimski (Jorge Grina)
Telefone p/ contato: 99071051 | 96817578

ANEXO A – Termos de Consentimento

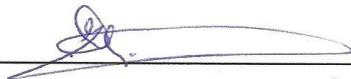
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, João Batista da Silva, nacionalidade Brasileira, estado civil casado, portador da Cédula de identidade RG nº 1038 399495, inscrito no CPF sob nº 448.950.960-49, residente e domiciliado na Av/Rua Vitória, Sudoeste, DL, nº 528, município de Pameos /RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, video-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Pameos, dia 14 de Março de 2015.



(assinatura)

Nome: João Batista da Silva

Telefone p/ contato: (51) 3468 6494 / 9560 98 25

ANEXO A – Termos de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Padre ARMINDO CATTELAN, nacionalidade _____, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº 2004465361, inscrito no CPF sob nº 014.508.830-37, residente e domiciliado na Av/Rua _____, nº _____, município de _____/RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou à qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

_____, dia _____ de _____ de _____.

Nome: Pe. Armindo Cattelan ^(assinatura)
 Telefone p/ contato: (51) 97104450

ANEXO A – Termos de Consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Antônio Cecchin, nacionalidade brasileiro, estado civil solteiro, portador da Cédula de identidade RG nº 6000123148, inscrito no CPF sob nº 062.558760/04, residente e domiciliado na Av/Rua Coronel Vicente, nº 444, município de Porto Alegre /RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Porto Alegre, dia 09 de maio de 2015.

Antônio Cecchin

(assinatura)

Nome: Antônio Cecchin

Telefone p/ contato: _____

ANEXO A – Termos de Consentimento



PPGant – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daiane D. dos S., portador(a) de cédula de identidade nº 00300003005 responsável legal pelo(a) menor Edimar Dias dos Santos, portador(a) de cédula de identidade nº 6122902693, RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Canoas, de de 2015.

ANEXO A – Termos de Consentimento

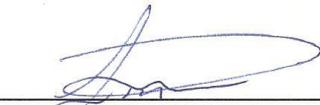
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Gerson Rocha, nacionalidade Brasileiro, estado civil Casado, portador da Cédula de identidade RG nº 2047267568, inscrito no CPF sob nº 555.800.250-68, residente e domiciliado na Av/Rua Adolfo de Castilhos, nº 824, município de Caracas/RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Caracas, dia 21 de Março de 2016.


 _____ (assinatura)
 Nome: Gerson Rocha
 Telefone p/ contato: (51) 98775821

ANEXO A – Termos de Consentimento



PPGant – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Selange Oliveira Fagundes, portador(a) de cédula de identidade nº 4028885319, responsável legal pelo(a) menor _____, portador(a) de cédula de identidade nº _____, RS. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos, som e documentos, para ser utilizada no projeto etnográfico no bairro Guajuviras desenvolvido por Leandro Barbosa dos Santos, mestrando da Universidade Federal de Pelotas. Permito que imagens, vídeo e som sejam destinados à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoór; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros). Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Canoas, de _____ de 2015.